



JOSÉ HUMBERTO DA CRUZ CUNHA

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS:
diretrizes para a divulgação de informações.**

BRASÍLIA
2009

JOSÉ HUMBERTO DA CRUZ CUNHA

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS:
diretrizes para a divulgação de informações.**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Orientador: Prof. José Matias Pereira, Ph.D.

BRASÍLIA
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Cunha, José Humberto da Cruz Cunha.

Captação de Recursos para Entidades Sem Fins Lucrativos: diretrizes para divulgação de informações./ José Humberto da Cruz Cunha – 2009.

135 f. : il.; 30 cm.

Orientador: José Matias Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2009.

1. Captação de Recursos. 2. Fatores para Decisão. 3. Informações úteis. 4. Entidades Sem Fins Lucrativos. I. Matias-Pereira, José. II. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Reitor:

Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior.

Vice-Reitor:

Prof. Dr. João Batista de Sousa

Decano de Pesquisa e Pós-graduação:

Prof^a. Denise Bomtempo Birche de Carvalho, Ph.D.

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da

Informação e Documentação (Face):

Prof. Dr. Tomás de Aquino Guimarães

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA):

Prof. Msc. Elivânio Geraldo de Andrade

**Coordenador-Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-
graduação**

em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

TERMO DE APROVAÇÃO

José Humberto da Cruz Cunha

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS:
diretrizes para a divulgação de informações.**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Brasília, 15 de setembro de 2009.

Comissão Examinadora

Prof. José Matias Pereira, Dr.
Presidente da Banca
(UnB, UFPB e UFRN)

Prof. Gileno Fernandes Marcelino, Dr.
Membro interno
(UnB, UFPB e UFRN)

Prof. José Antônio Gomes de Pinho, Dr.
Membro externo
UFBA

DEDICATÓRIA

Deus merece minha dedicatória,
porque sei que ele é fiel e tudo posso confiar.
Obrigado Senhor, por ser amigo e companheiro.

*“O sábio ouvirá e crescerá em conhecimento,
e o entendido adquirirá sábios conselhos”. Pv.1:5.*

AGRADECIMENTOS

À equipe dos professores do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que se não fossem dedicados como são, não teríamos a oportunidade de aprender num lugar de excelência.

Agradeço ao meu orientador José Matias Pereira, que sempre respondeu e orientou minhas dúvidas, seja por e-mail ou dispondo do seu tempo presencial. Um excelente exemplo de orientador, que em poucas palavras dirimiu todas as dúvidas que eu tinha levantado durante a pesquisa.

Em especial agradeço ao prof. Dr. Jorge Katsumi e prof. Dr. César Tibúrcio que há alguns anos atrás solidificaram a batalha de construir esse mestrado e o curso de extensão onde os mestrandos têm a oportunidade de trocar conhecimentos com ouvintes e demais colegas do mestrado; possibilidade essa que ajuda a melhorar as dissertações apresentadas.

A todos os demais professores do mestrado que de certa forma contribuíram generosamente para meus conhecimentos em busca dessa conquista e lições que sempre as terei comigo. São eles: Prof. Otávio Medeiros, PhD; Prof. Gileno Marcelino, PhD; Prof. Dr. José Dionísio; Prof. Dr. Paulo Lustosa; Prof^a Solange Garcia.

Aos funcionários do departamento de contabilidade (graduação e pós-graduação) que sempre foram presentes e amigos, principalmente a Aline, a Luciane e o Renato.

Aos professores Alex Laquis e Cláudio Santana, amigos com quem desde a graduação venho aprendendo e compartilhando conhecimentos.

Ao grande amigo e irmão Pedro que me apoiou em momentos difíceis e me deu forças para prosseguir.

Ao grande amigo Edmilson e a amiga Isabel que também me incentivaram a iniciar e seguir essa jornada de estudos desde seu início.

À amiga Ludmila, que numa simples frase fez valer todo meu esforço quando disse que minha pesquisa acendeu a sua vontade em pesquisa na contabilidade. Pois, acredito que dessa forma ela percebeu minha vontade em ajudar um setor que precisa de ajuda.

Aos amigos e companheiros de trabalho, tanto do BID, quanto do CFA, que compreenderam minha necessidade de estudo em busca de aprimorar meus conhecimentos e então retribuir a todos que possam precisar. São eles: Ismael, Luciano, Kátia, Marcis, Alberto Jorge, Douglas e Roberto.

À turma de amigos do mestrado, José Lúcio, Mateus, Bonifácio, Diones, Arrio, Ricardo, Camila, Brunna, Daniele, Denise, que juntos estamos num barco rumo à vitória.

Aos amigos e colegas que participaram do curso de extensão e fizeram sugestões importantes para o aprimoramento da minha pesquisa.

A todos que gentilmente responderam o questionário aplicado nessa pesquisa e que devido a sigilo de informações não posso divulgar os nomes.

Ao Ministério da Justiça que concedeu os dados para realizar essa pesquisa, em especial ao Genário e Andréa, pessoas de humilde coração que gentilmente foram companheiros e contribuíram para a pesquisa brasileira.

Aos amigos Flávinha, Ivaldo, Emília e Jacson que reacenderam minha fé e sem fé sem sentido será o homem.

A Narinha e a todos, independente de não ter sido citados diretamente aqui, mas que contribuíram para meus conhecimentos, dentro ou fora do mestrado e que tenho certeza que consegui aprender algo para a vida.

Agradeço especialmente à minha família, que sempre me deu apoio e soube aceitar a ausência do meu amor e carinho em função do tempo dedicado aos estudos.
São:

- a) meus avós Afonsina e Abílio, Cidelcina e Santino, que muito pouco estudaram, sempre trabalhando com a força do corpo, plantando, costurando e conduzindo boiada, mas sempre sabiamente incentivaram os estudos e hoje têm um neto concluindo o mestrado.
- b) meus pais Dulce e José Humberto, referências para minha vida, em quem me espelho para seguir meus passos. Exemplos de seres humanos batalhadores que antes não tinham nada e passaram por dificuldades que nem imagino a intensidade. Porém conseguiram vencer e dar conforto aos filhos e que hoje posso dizer que toda essa vitória é de vocês (me orgulho muito de toda história de vocês);
- c) meus irmãos Carlos Eduardo e Sérgio Luiz que são amigos para todas as horas, especialmente ao Carlos que fez o questionário eletrônico e me ajudou diretamente na pesquisa (Valeu).
- d) E, de maneira incansável sempre me apoiando, dia e noite, dando amor e carinho, minha mulher e companheira Leidiane e meu filhão Victor Gabriel. Em vocês vejo minha motivação para o futuro em busca de uma vida melhor, porque sei que vocês merecem.

Só Deus sabe o quanto amo vocês e sou grato por tudo que conquistei, pois nada seria se não fossem vocês.

E, tão importante quanto, foram meus familiares, tios(as) e primos(as), que carinhosamente me deram palavras de apoio e motivação, principalmente à Angélica que me ajudou nas etapas metodológicas (e emprestou seus livros).

A todos vocês, **MUITO OBRIGADO!!!** Que Deus retribua toda essa força a vocês.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos. Na literatura levantada existe a afirmação de que existem quatro fatores (Eficiência, Estabilidade Financeira, Disponibilidade de Informações e Reputação) que afetam o montante de doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos e, conseqüentemente essas informações são úteis aos doadores. Assim, para alcançar o objetivo, essa pesquisa aplica um questionário aos doadores visando captar suas percepções, utilizando testes estatísticos para comparar as proporções entre as alternativas respondidas. Complementar a isso, são trabalhados os dados contábeis das próprias entidades brasileiras sem fins lucrativos através da análise fatorial. Como resultado essa pesquisa encontra evidências de que os quatro fatores são úteis aos doadores, porém as entidades, em sua maioria, não divulgam os dados necessários para dar esse tipo de informação. Em destaque, na percepção dos doadores, os dados sobre a estabilidade financeira e a disponibilização de relatórios já auditados são as informações que as entidades menos disponibilizam aos doadores. Além disso, é afirmado que pelo menos três dos quatro fatores existem na realidade brasileira. Para o quarto fator, Disponibilidade de Informações, não foram encontrados dados suficientes divulgados aos usuários externos capaz de identificá-lo. Contudo, os quatro fatores perfazem um conjunto de diretrizes para divulgação de relatórios aos doadores.

Palavras chave: Percepção dos doadores. Captação de recursos. Entidades sem fins lucrativos. Informações úteis. Diretrizes para divulgação de relatórios.

ABSTRACT

This research aims to analyze the perception of the professional bodies that grant money to fund social projects about the usefulness of accounting information disclosed by nonprofits. In the previous studies there is an assertion that there are four factors (Efficiency, Financial Stability, Reputation and Information Available) that affect the amount of donations received by nonprofits, and consequently this information is useful to donors. Thus, to achieve the objective, this research applies a questionnaire to donors to capture their perceptions, using statistical tests to compare the proportions between the alternative answers. In addition, the accounting data of Brazilian's nonprofit entities are used to develop a factor analysis. As a result this research finds evidence that the four factors are useful to donors, but the nonprofits, mostly, do not disclose the information necessary to give such information. Headlines in the perception of donors, the data about financial stability and reports audited are the information that the nonprofits fewer offer to donors. Furthermore, it is stated that at least three of the four factors exist in Brazil. About the fourth factor, information available, the data able to identify it were not founded. However, four factors make up a set of guidelines for dissemination of reports to donors.

Keywords: Perception of donors. Fundraising. Nonprofits. Information. Guidelines for disclosure of reports

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fonte de Recursos das entidades brasileiras do terceiro setor.	30
Tabela 2: Indicadores de Estudos Anteriores.	53
Tabela 3: Fonte de Recursos das entidades brasileiras do terceiro setor combinada com o PIB brasileiro de 2008	69
Tabela 4: Conglomerado das principais fontes de receita.	70
Tabela 5: Subdivisões da População.	72
Tabela 6: Demonstrativo de aplicação e respostas do questionário.	73
Tabela 7: Resultado do Teste de Kruskal Wallis para questão 1.	84
Tabela 8: Frequência de uso dos Relatórios de Atividades e Financeiro.....	88
Tabela 9: Qui-quadrado sobre a frequência de uso dos Relatórios de Atividades e Financeiro	89
Tabela 10: Comparativo entre as respostas da Questão 2 x Questão 3.	91
Tabela 11: Frequência de respostas da Questão 3 – agrupamento das respostas na alternativa “Sempre”.	91
Tabela 12: Qui-quadrado sobre a frequência de respostas da Questão 3 – agrupamento das respostas na alternativa “Sempre”.	92
Tabela 13: Frequência de respostas da Questão 4A1 – agrupamento das respostas nas alternativas consideradas como “Útil”	95
Tabela 14: Qui-quadrado sobre a frequência de respostas da Questão 4A1 – agrupamento das respostas nas alternativas consideradas como “Útil”.	95
Tabela 15: Conjunto de tabelas com as frequências do agrupamento das respostas Mais que Úteis e Demais.	98
Tabela 16: Qui-quadrado sobre as frequências do agrupamento das respostas Mais que Úteis e Demais.	98
Tabela 17: Conjunto de tabelas com as frequências do agrupamento das respostas sobre Disponibilidade de Informações.....	101
Tabela 18: Qui-quadrado sobre as frequências do agrupamento das respostas sobre Disponibilidade de Informações.....	102
Tabela 19: Teste de Adequação da Amostra e de Esfericidade	108
Tabela 20: Resultado do teste de comunalidades.....	109
Tabela 21: Demonstrativo de variância total explicada pelos fatores da análise..	110
Tabela 22: Novo teste de Adequação da Amostra e de Esfericidade, excluindo um indicador	111

Tabela 23: Resultado do novo teste de comunalidades, excluindo um indicador	111
Tabela 24: Resultado diagonal das correlações da Matriz Anti-Imagem, após a exclusão de um indicador	112
Tabela 25: Demonstrativo dos fatores encontrados.....	112
Tabela 26: Frequência da quantidade de entidades que divulgam informações suficientes para preencher os indicadores <i>versus</i> a quantidade das que não divulgam.....	115
Tabela 27: Qui-quadrado sobre a frequência da quantidade de entidades que divulgam informações suficientes para preencher os indicadores <i>versus</i> a quantidade das que não divulgam.....	115

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades	85
Gráfico 2: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades – Subdivisão Outros	86
Gráfico 3: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades – Visão Geral	87
Gráfico 4: Freqüência com que os instrumentos são utilizados.....	90
Gráfico 5: Comparativo entre as alternativas A até E das questões sobre utilidade dos quatro fatores	96
Figura 1: Pesquisa Google Scholar	20
Figura 2: Processo Explanatório de Accountability	32
Figura 3: Diferenças principais entre a contabilidade financeira e gerencial.....	46

LISTA DE QUADROS E EQUAÇÕES

Quadro 1: Maneiras de Interação entre Doadores e Receptores	50
Quadro 2: Estrutura da Metodologia.....	63
Quadro 3: Respostas obtidas com aplicação do questionário.....	81
Quadro 4: Indicadores utilizados no estudo de Trussel e Parsons (2008).....	105
Quadro 5: Resumo das contas de despesas utilizadas como específicas dos programas	106
Quadro 6: Síntese dos resultados a partir do questionário.....	116
Equação 1: Fórmula de cálculo da concentração de receitas	57
Equação 2: Fórmula de cálculo da taxa de eficiência de captação de recursos	58

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS.....	14
LISTA DE QUADROS E EQUAÇÕES.....	15
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Contextualização	18
1.2 Problema de Pesquisa	22
1.3 Objetivo Geral.....	24
1.4 Objetivos Específicos	24
1.5 Justificativa	25
1.6 Delimitação do Estudo	27
1.7 Limitação	28
1.8 Estrutura do Trabalho	29
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	30
2.1 Necessidade da informação.....	30
2.2 Divulgação de Informações.....	35
2.3 Relatórios Financeiros	41
2.3.1 Comparabilidade	41
2.3.2 Informações precisas, relevantes e úteis	44
2.4 Fatores que influenciam uma decisão.....	47
2.4.1 Fatores Diversos	47
2.4.2 Estudo de Trussel e Parsons	52
2.4.3 Eficiência	54
2.4.4 Estabilidade.....	55
2.4.5 Disponibilidade de Informação.....	57
2.4.6 Reputação	59
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 Métodos Estatísticos	63
3.1.1 Freqüência.....	63
3.1.2 Qui-quadrado (X^2)	64
3.1.3 Kruskal-Wallis	65
3.1.4 Análise Fatorial.....	66
3.2 Questionário	67
3.2.1 Amostragem.....	67
3.2.2 Aplicação do Questionário.....	74
3.2.3 Apresentação das Questões	78
3.2.4 Análise das Respostas.....	81
3.3 Dados das Entidades Sem Fins Lucrativos.....	103

3.3.1	Análise Fatorial.....	107
3.4	Análise dos Resultados	116
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
5	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE I – Questionário aplicado.....	128
	APÊNDICE II – Plano de Contas do Cadastro Nacional Eletrônico (CNE's).....	132

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O terceiro setor no Brasil recebe atenção especial de toda a sociedade e, independente das características operacionais e área de atuação, as entidades desse setor devem atender às expectativas e interesses de seus *stakeholders*. Estes são seus clientes, funcionários, fornecedores, proprietários e a comunidade (MILANI FILHO, 2004).

Dentre os *stakeholders*, também se encontram os doadores de recursos, que são de certa forma, financiadores dos projetos sociais executados por entidades sem fins lucrativos, a fim de realizar os projetos direcionados aos seus beneficiários carentes.

Apesar do recente foco direcionado ao terceiro setor, de acordo com Camargo e Leite (2005) ainda existe nesse meio uma precária divulgação de informações contábeis; uma característica negativa das entidades desse setor.

Ao tentar esclarecer essa ausência de informações, Falconer (1999) atribui o problema a questões culturais, onde por diversos motivos, as organizações do terceiro setor brasileiro não cultivam a transparência.

Contudo, existe uma lacuna das entidades receptoras de recursos para com os *stakeholders*, inclusive os financiadores de projetos sociais, existindo uma necessidade de prestação de contas; por sua vez denominada *accountability*, segundo Neto (2007).

“A *accountability*, em termos sintéticos e aproximativos, pode ser pensada como a transparência, o engajamento dos governantes com a prestação de contas [...]” (PINHO, 2008).

O *accountability* pode significar mais do que a simples publicação de relatórios anuais, pois também representa uma questão de responsabilidade para com o público interno e externo – *stakeholders* (FALCONER, 1999).

Essa necessidade de prestação de contas enseja a produção de relatórios com qualidade. A precisão, a quantidade de informações e sua qualidade são características indispensáveis para subsidiar decisões acertadas dos gestores de fontes de recursos.

Num ambiente de competição por recursos públicos e privados, as organizações do terceiro setor devem ter capacidade de demonstrar posições claras e resultados concretos para se destacar (FALCONER, 1999).

“Além de respeitar as leis e obedecer a todas as suas obrigações contratuais, as organizações devem fornecer ao público informação suficiente para que este possa se posicionar ao seu respeito, principalmente se esta organização solicita doações deste público: quem controla a organização? Quais são os seus interesses? De onde provem seus recursos? Para que são utilizados? São eficientes no seu uso?” (FALCONER, 1999, p.131).

Nos Estados Unidos, as organizações sem fins lucrativos necessitam preencher o *Form990* para prestar contas ao governo e também divulgar ao público em geral com o objetivo de fornecer informações úteis para os doadores tomarem suas decisões (MARUDAS; JACOBS, 2008).

No Brasil as entidades sem fins lucrativos que queiram usufruir de benefícios fiscais ou fazer convênios com o poder público, devem ser cadastradas e obter um certificado concedido pelos governos federal, estadual e ou municipal. Assim devem disponibilizar informações ao governo brasileiro, uma situação imposta a todas que buscam esse benefício fiscal (PAES, 2006).

Um dos órgãos para cadastro das entidades do terceiro setor no Brasil é o Ministério da Justiça, o qual concedeu dados para essa pesquisa. Esse órgão brasileiro federal divulga informações, pela internet, sobre as entidades nele cadastradas, inclusive informações necessárias, segundo Falconer (1999) anteriormente mencionado. Tais como, dados de seus gestores, objetivos e finalidade, origem dos recursos e em que são aplicados.

Ademais, além de contribuir como informações úteis aos doadores, os dados divulgados pelo Ministério da Justiça podem servir como fonte de dados para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, prevenindo e repudiando a “pilarantropia” existente no Brasil (ROMÃO, 2007).

Algumas fontes de informação direcionada ao público externo são mais utilizadas, além da obrigatória ao governo. São pela internet, jornais e revistas, cartazes e outras. Dentre essas as publicações pela internet são as mais utilizadas segundo a pesquisa de Falconer e Vilela (2001).

Com base na internet é pertinente demonstrar a diferença entre as culturas brasileira e estadunidense, pois nos Estados Unidos a pesquisa sobre e o próprio terceiro setor recebe uma atenção maior que no Brasil. Isso pode ser percebido pelos dados a seguir levantados no Google Scholar demonstrando a quantidade de referências encontradas quando escritas as expressões demonstradas em português comparadas com as escritas em inglês.

Pesquisa Google Scholar	
Expressões (português)	Resultados (Qtd)
"Não governamentais"	21.500
"Sem Fins Lucrativos"	14.200
"Terceiro Setor"	9.210
"Não governamental"	8.560
Total	2.458.070
Expressões (inglês)	Resultados (Qtd)
"Non profit"	371.000
"Not for profit"	130.000
"Third Sector"	26.100
Total	12.497.100

Figura 1: Pesquisa Google Scholar.
Fonte: Elaboração própria.

No cerne dessa discussão o foco principal deve ser voltado para a prestação de contas e captação de recursos. Visando maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém (FALCONER, 1999, p.131).

A prestação de contas para o usuário externo, normalmente é necessária para justificar gastos feitos com recursos do próprio financiamento externo, incluindo as doações.

Identificar as origens de recursos é fundamental para a continuidade das entidades sem fins lucrativos (MILANI FILHO, 2004; FALCONER; VILELA, 2001). Ademais, não somente a detecção de origens, mas também a manutenção da mesma pode ser uma necessidade fundamental.

Assim, as informações divulgadas pelas entidades captadoras são fundamentais para sustentar sua continuidade, pois através da prestação de contas, os financiadores das entidades são informados sobre a utilização dos recursos por eles concedidos.

As organizações do terceiro setor buscam a sua continuidade, assim como reza as bases conceituais da contabilidade para todas as entidades. Para sua sobrevivência, buscam recursos no mercado para financiar suas atividades, que podem, por exemplo, ser obtidos por parceiras com instituições de representação internacional que gerenciam fundos multilaterais de investimento ou através de convênios com os Estados e até por entidades também do terceiro setor de outros países. Além das fundações nacionais e empresas nacionais e internacionais como coloca Bettiol Júnior (2005).

Instituições tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização das Nações Unidas têm a prática de repassar recursos para financiar projetos sociais. A escolha dos projetos e das entidades executoras, a serem contempladas com os recursos, é feita a partir de critérios pré-definidos em cada instituição. Além disso, os executores devem prestar contas sobre seus gastos e resultados dos projetos, afinal, os financiadores necessitam de informações para decidir sobre uma nova concessão de recursos.

Da mesma maneira, normalmente com intuito de destacarem-se no meio das financiadoras com Responsabilidade Social, empresas também repassam recursos - voluntariamente ou por incentivo tributário - às entidades do Terceiro Setor para financiar projetos sociais. Entretanto, é possível que haja empresas que escolhem

algumas entidades por apresentarem alguns critérios melhores do que outras quanto ao desempenho operacional e ou aspectos financeiros mais sólidos.

Nesse contexto, é perceptível a existência, de um lado, da necessidade em captar recursos por parte das entidades do terceiro setor e, do outro, de instituições com interesse em financiar projetos sociais. Contudo, possuem a necessidade de se comunicar; transmitir informações de um para outro.

O presente trabalho encontra-se no centro desses interesses uma vez que pretende analisar a utilidade de determinadas informações contábeis passíveis de divulgação pelas entidades sem fins lucrativos, observando se as mesmas atendem às necessidades de informações dos gestores desses recursos a serem concedidos, quanto à decisão de conceder o dinheiro para financiar projetos sociais.

Para isso, é necessário pesquisar fontes de dados dos dois lados interessados. Ou seja, do lado de quem financia é importante saber se as determinadas informações são úteis à tomada de decisão desses financiadores e, do lado de quem capta recursos, verificar se, na prática, as informações divulgadas pelas entidades estão convergindo para a necessidade dos financiadores.

1.2 Problema de Pesquisa

Durante anos o terceiro setor brasileiro segue em desenvolvimento, entretanto a gestão das entidades desse setor é precária (FALCONER, 1999). As entidades sem fins lucrativos necessitam de gestores qualificados e de informações para tomada de decisões adequadas, tanto para os usuários internos, quanto os externos.

Dentre os usuários externos estão os financiadores que necessitam saber se seus recursos doados foram aplicados de maneira adequada, assim como antes de concedê-los, conhecer as entidades onde investirão seus recursos.

Nessa pesquisa não foi identificado estudo no Brasil com o objetivo de conhecer quais fatores afetam o montante de doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. Normalmente são publicados estudos sobre conceitos do terceiro setor, de suas entidades, fontes de captação e outros que não especificam sobre os tipos de informações úteis para a concessão de recursos (FALCONER; VILELA, 2001; FALCONER, 1999; EBSEN; LAFFIN, 2004).

O terceiro setor no Brasil durante essa década passa por um processo de conceituação, buscando definir o que é o terceiro setor (FALCONER, 1999), assim como mapear suas financiadoras (FALCONER; VILELA, 2001) e delimitar as diferenças entre diversos tipos de organizações de um setor que juridicamente é privada com finalidade de serviço pública (PAES, 2006).

Nos Estados Unidos, as pesquisas estão além dos conceitos e atualmente buscam compreender relações entre fatores que influenciam os resultados gerados por essas entidades e ou influenciam as decisões de gestores das entidades que financiam e das que recebem doações (TRUSSEL; PARSONS, 2008; GORDON; KUMAWALA, 1999; KUMAWALA; GORDON, 1997; BUCHHEIT; PARSONS, 2006)

Nesse sentido, a presente pesquisa procura além dos conceitos e mergulha diretamente na utilidade de determinados fatores que podem afetar a decisão dos financiadores de projetos sociais no Brasil. Além de estudar informações buscando fazer um elo entre a necessidade dos financiadores do terceiro setor e a prática adotada pelas entidades brasileiras que têm a intenção em captar tais financiamentos, o que pode facilitar a integração entre financiadores e executores possibilitando otimizar a transferência de recursos para financiar projetos sociais.

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa:

Qual a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos?

1.3 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos.

1.4 Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral enunciado, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

a) Verificar qual a percepção dos doadores de recursos a respeito da utilidade das informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários.

b) Constatar até que ponto as informações divulgadas pelas entidades do terceiro setor no Brasil permitem analisar a eficiência em alocar recursos aos programas, a estabilidade financeira, a quantidade de informações disponibilizadas e nível de reputação das organizações sem fins lucrativos.

1.5 Justificativa

Trussel e Parson (2008) afirmam que quatro fatores afetam o montante de doações recebido pelas entidades sem fins lucrativos estadunidenses, contudo são informações úteis aos doadores. São as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários.

De fato, inclusive no Brasil, a literatura considera a existência e utilidade dessas informações. A eficiência em alocar recursos, por exemplo, assim como a eficácia nos resultados são virtudes que serão atribuídas a um terceiro setor de acordo com Falconer (1999). Não menos importante são consideradas importantes as informações sobre a continuidade das organizações desse setor (MILANI FILHO, 2004; FALCONER; VILELA, 2001).

A análise dessas virtudes ou informações importantes enseja a análise também dos indicadores financeiros, permitindo subsidiar decisões a respeito da concessão de recursos, a partir inclusive da comparação de entidades. Isso ocorre no processo decisório, uma vez que o tomador de decisão necessita de alternativas e avaliação de resultados para decidir sua análise comparativa (OLIVEIRA, 2007).

Diante disso, uma vez que os fatores encontrados por Trussel e Parsons (2008) sejam úteis aos doadores de recursos e o resultado dessa pesquisa conhecido, as entidades sem fins lucrativos poderão considerar tais fatores como, ao menos básicos a serem divulgados, sem prejuízo a demais informações úteis. Entretanto são fatores (informações) que podem direcionar a confecção dos relatórios de prestações de contas, caso sejam úteis.

Dessa forma, a contribuição da pesquisa tem essência social, considerando que há a necessidade das entidades sem fins lucrativos em obter recursos para financiar seus projetos sociais. E, a partir dos resultados será possível consolidar a opinião dos doadores de recursos, divulgando isso às entidades captadoras, para que essas por

sua vez conheçam o que o gestor efetivamente considera como informação útil para poder divulgá-las.

E, dessa maneira, o fato de conhecer fatores úteis para a tomada de decisão quanto à concessão de dinheiro, bem como saber se as demonstrações contábeis divulgadas no Brasil permitem demonstrar tais informações úteis, poderá motivar as entidades a buscar mais recursos com os agentes doadores; e, facilitar que esses façam comparações e escolham mais facilmente a entidade que melhor convier para conceder os recursos.

Na mesma linha de raciocínio é justificada a contribuição ao mercado, pois, uma vez que as entidades passarão a conhecer a necessidade dos tomadores dessas decisões, talvez essas comecem a divulgar informações melhoradas e com maior padronização no intuito de facilitar a obtenção de recursos já a partir dos seus dados contábeis.

Tal fato pode motivar melhora no desempenho e alocação dos recursos nas entidades sem fins lucrativos e também pode beneficiar a competição entre as entidades do terceiro setor pela busca de recursos. Um fator positivo sob a ótica de que quanto mais competitivas forem, essas entidades poderão prestar melhores serviços à sociedade e, utilizando menos recursos.

Quanto à contribuição acadêmica, o trabalho se insere no âmbito da linha de pesquisa “Contabilidade para tomada de decisão”, do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN propiciando uma contribuição para área do terceiro setor que possui poucas publicações relacionando a prática de elaboração dos demonstrativos contábeis com as necessidades das organizações que financiam projetos sociais no Brasil.

Outra contribuição acadêmica é para todos os pesquisadores interessados no Terceiro Setor que diante da incipiente produção acadêmica nessa área, esse trabalho serve como mais uma referência aos estudos mais aprofundados.

Essa afirmação é observada na literatura. Segundo Falconer e Vilela (2001), nas duas últimas décadas o terceiro setor tornou-se emergente na sociedade brasileira. Apesar disso esse setor é extremamente necessitado de pesquisas, dificultando

conhecer mais seu perfil e o impacto no Brasil. Há pouca informação disponível sobre o terceiro setor da América Latina como um todo (TURITZ; WINDER, 2003).

1.6 Delimitação do Estudo

A presente pesquisa busca verificar na prática brasileira a existência de utilidade de quatro fatores considerados importantes e decisivos para a concessão de recursos doados nos Estados Unidos, contribuindo para a literatura a respeito do terceiro setor no Brasil, a partir dos resultados obtidos e da conglomeração da bibliografia levantada.

Entretanto, não é objeto de análise da dissertação o estudo e a crítica sobre se os indicadores demonstrados com base na pesquisa de Trussel e Parsons (2008) são capazes de expressar as informações dos quatro fatores.

Assim como não tem a pretensão em julgar a capacidade de informação dos indicadores a respeito das informações que os mesmos se propõem a evidenciar a partir de seus cálculos.

Porém é reconhecido nessa dissertação que a pesquisa desses autores tem robustez mediante a utilização de métodos quantitativos provando a relação entre esses indicadores e os quatro fatores, da mesma forma que formulam uma relação matemática entre os quatro fatores e as doações efetuadas.

Dessa maneira, a presente pesquisa pretende contribuir com o terceiro setor através da publicação de informações que possam facilitar a relação entre entidades doadoras e captadoras de recursos, visando melhorar a evidenciação de informações contábeis e outras complementares que por ventura sejam úteis nessa relação.

1.7 Limitação

Alguns fatos merecem destaques neste ponto, pois de certa forma limitam essa pesquisa. As restrições aqui apontadas são principalmente de natureza financeira e temporal e coloca barreiras para a extrapolação dos resultados.

Inicialmente o tempo de resposta ao questionário foi determinante ao planejar a pesquisa e construir esse instrumento de coleta de percepções.

Os respondentes são pessoas ligadas ao processo de decisão das entidades que financiam projetos sociais no Brasil e em função das responsabilidades de seus cargos e elevada demanda de trabalho, no princípio, o questionário foi confeccionado de maneira simples e com 10 itens (7 questões) para que reduzisse o tempo de resposta e aumentasse a quantidade de respostas. Porém limitando a quantidade e os tipos de dados coletados, restringindo a obtenção de dados para aprofundamento da pesquisa.

Outra questão que limita a pesquisa foi a amostra, composta por pessoas que em geral não divulgam seus contatos diretos, sendo necessário passar por terceiros antes de chegar aos que se encaixam no perfil para responder ao questionário.

É na amostragem inicialmente dar-se-á suporte para extrapolar as afirmações para a população, assim esse fato limita essa pesquisa, pois o universo de entidades que financiam os projetos sociais no Brasil não foi mapeado em sua totalidade por pesquisas anteriores.

O que existe são grupos com a finalidade de reunir esses doadores; além disso, algumas entidades financiadoras divulgam através de sites e outros meios de comunicação que financiam projetos. Assim, a quantidade de entidades com acesso para aplicação do questionário fica prejudicada, assim como a projeção dos resultados para toda a população.

Além dessas limitações, outra é a financeira, que considerando uma parte significativa de entidades que fazem doações concentrarem seus escritórios em

Estados distintos da origem dessa pesquisa, inviabilizando a realização de entrevistas presenciais e aprofundamento os resultados.

1.8 Estrutura do Trabalho

Esse trabalho está estruturado em quatro capítulos. Inicialmente é apresentada uma visão geral sobre o terceiro setor, focando a necessidade de informações úteis para a tomada de decisão por parte dos doadores de recursos para financiar projetos sociais. Além de conter a relevância da pesquisa, demonstrando os aspectos que a justificam e, evidenciar o objetivo geral, assim como os específicos visando responder ao problema de pesquisa.

Em seguida faz-se necessário a presença do referencial teórico para fundamentar os conceitos e análises aqui estudadas, objetivando ter subsídio para desenvolver o trabalho.

Logo após o referencial foi encaixada a metodologia de trabalho, demonstrando desde o processo de confecção do questionário aplicado, amostragem para aplicação do mesmo até a coleta de dados contábeis das entidades sem fins lucrativos, indispensáveis para alcançar os objetivos, inclusive os específicos.

Além de demonstrar os procedimentos estatísticos para análise das respostas assim como o tratamento dos dados contábeis. Concomitante a isso foram efetuadas análises dos dados testados estatisticamente.

Por fim, o presente trabalho discute os resultados encontrados, analisando as evidências obtidas com a aplicação do questionário e comparando-os com os resultados dos testes estatísticos sobre os dados contábeis, para então concluir a obra e sugerir assuntos para futuras pesquisas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Necessidade da informação

Numa amostra de 4.589 entidades cadastradas espontaneamente no Mapa do 3º Setor¹ foi realizada uma pesquisa com objetivo de mapear o Terceiro Setor no Brasil. Divulgada em julho de 2005, foi demonstrado em percentual como se dá a divisão da origem dos recursos que financiam as entidades do Terceiro Setor, onde 46% são provenientes das atividades próprias, 33% financiados com investimentos privados e 21% com recursos públicos.

Dessa amostra, 3.546 entidades foram mais específicas ao responder sobre a fonte de recursos, onde 29,6% recebem doações de pessoas jurídicas e o total de 9,4% recebem recursos através de convênios e subvenções governamentais e de empresas, além de 4,3% serem doações de organizações filantrópicas e organizações internacionais.

Fonte de Recurso	%
Doação pessoa jurídica	29,6
Doação pessoa física	13,8
Associados	10,4
Eventos	9,9
Geração de renda (venda de produtos e serviços)	9,1
Campanhas	8,1
Convênios e subvenções governamentais	6,7
Convênios e subvenções de empresas	2,7
Aplicações financeiras	2,4
Doação de organizações filantrópicas	2,4
Doação de organizações internacionais	1,9
Outros	1,7
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (aluguel)	1,3

Tabela 1: Fonte de Recursos das entidades brasileiras do terceiro setor.

Fonte: FGV – Mapa do Terceiro Setor (2005)

¹ Iniciativa da FGV – Fundação Getúlio Vargas. Acesso: <<http://www.mapa.org.br>> em 10 fev 2009.

Em dados quanto aos projetos sociais, 2.271 entidades afirmaram ter ao todo 5.730 projetos, dos quais 25% são direcionados à Educação e 17% à Assistência e Promoção Social, 15% Desenvolvimento Comunitário, Social e Econômico/Moradia, 12% Cultura e Recreação, 9% Saúde e os demais 22% com outras finalidades.

As entidades que captam recursos junto às empresas privadas e setor público para financiar projetos, ou seja, excluindo os que obtêm em atividades próprias, podem estar sujeitas à prestação de contas e divulgação de informações financeiras; pois, essas informações podem ser consideradas úteis pelos financiadores dos projetos.

Elaborar relatórios financeiros de maneira transparente e que satisfaçam as necessidades dos doadores, evidenciando o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados pelas entidades e os valores despendidos para o custeio de suas atividades pode facilitar a obtenção de recursos num ambiente onde existe escassez como o Terceiro Setor (BETTIOL JUNIOR; VARELA, 2006).

De maneira análoga ao setor público, a transparência é efetivada por meio do acesso de informação a respeito da entidade, tornando mais democrática a relação entre a entidade e a sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2004).

Bettiol Junior e Varela (2006) mencionam que no Brasil a demanda por *accountability* às vezes é prejudicada pelo fato das demonstrações contábeis do Terceiro Setor serem calcadas nos moldes da legislação societária brasileira, a qual tem sua essência nas empresas com finalidade lucrativa.

Nesse contexto, é perceptível que existe uma relação entre a contabilidade e a prestação de contas pelas entidades do terceiro setor, focando a transparência.

Prestar contas de maneira que produza informações úteis aos usuários, ou seja, informações que sirvam para algo. No caso das entidades sem fins lucrativos o foco é distinto do lucro (SILVEIRA, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2008).

Isso não significa que as entidades sem fins lucrativos não devam ter resultados positivos, os quais inclusive são fundamentais para a continuidade de uma organização. Mas, as entidades sem fins lucrativos podem focar, nas prestações de contas, seus

resultados sociais da área de sua atuação ao invés do lucro. Por exemplo, essas entidades podem divulgar informações sobre quanto é gasto, qual a previsão de receita e outras informações direcionadas aos doadores de recursos e, caso necessário, também aos seus beneficiários.

No ponto de vista de Benjamin (2007, p. 6, tradução nossa), a expressão *account* se divide em duas vertentes. Pode ser entendida como a ação em ceder algo à verificação de acordo com as expectativas (*verification account*) ou explicar algo quando as expectativas implícitas ou explícitas não são conhecidas ou suficientes (*an explanatory account*).

Exemplificando, a primeira corresponde à entrega das demonstrações para que os usuários, tais como os agentes financiadores, verifiquem se estão de acordo com essas informações divulgadas. Senão, as explicações adicionais de acordo com as expectativas dos financiadores devem ser supridas pela explanação das contas (*an explanatory account*).

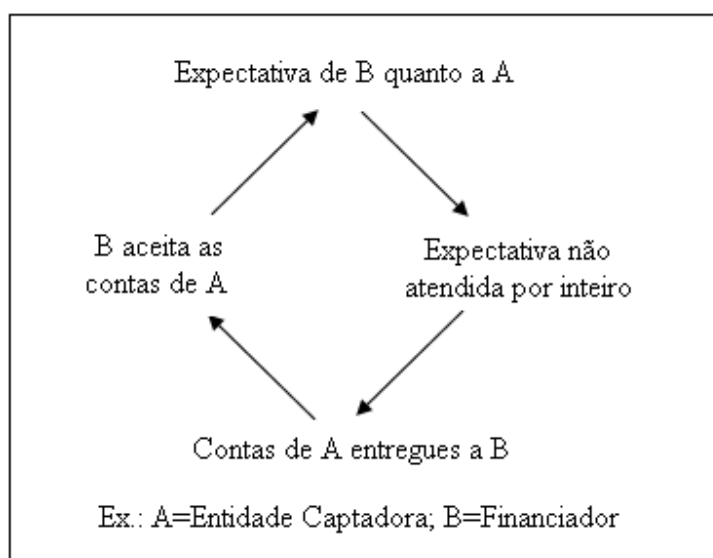


Figura 2: Processo Explanatório de Accountability.
Fonte: Benjamin (2007, p.7, tradução nossa).

Assim, qualquer que sejam as expectativas dos usuários das informações divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, essas expectativas devem ser

atendidas, mesmo mediante complementação. Nessa linha de pensamento é possível dizer que existe risco da entidade ter o custo totalmente perdido em decorrência da inutilidade das informações com a confecção de demonstrações que não sejam úteis, que não tenham serventia. Ou parcialmente perdidas caso o usuário interessado aproveite parte do relatório e tenha, ao menos em parte, suas expectativas suprimidas por uma explicação adicional.

Dessa maneira, o público alvo que analisa as prestações de contas do terceiro setor necessita de informações úteis e direcionadas para as questões das entidades sem fins lucrativos, evitando investir recursos em informações desnecessárias.

Não apenas as demonstrações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos seguem uma cultura voltada para as entidades com fins lucrativos como também é percebido que entre as próprias sem fins lucrativos não existe um padrão para confeccionar tais demonstrações. Conseqüentemente, os gestores ao analisar diversas entidades do terceiro setor podem ter dificuldades em fazer comparações, uma vez que informações não padronizadas podem prejudicar uma análise por conter, em essência, dados diferentes na sua divulgação.

Uma pesquisa feita por Miranda *et al* (2009) objetivou investigar a terminologia contábil utilizada nas prestações de contas e verificar o grau de aderência das demonstrações contábeis das ONGs brasileiras às Normas Brasileiras de Contabilidade direcionadas ao Terceiro Setor. Por fim, concluiu que a terminologia utilizada não é padronizada, o que pode comprometer compreensibilidade e ou comparabilidade das informações divulgadas. Encontrou também que a aderência às NBC T 10.19 e 10.4 do Conselho Federal de Contabilidade é baixa e que a maioria prefere utilizar as regras para as empresas com fins lucrativos.

A padronização das informações do terceiro setor, não é apenas uma realidade enfrentada no Brasil, mas também nos Estados Unidos. Na década de 90 os órgãos reguladores da contabilidade já demonstravam essa preocupação diante da realidade estadunidense pela falta de padronização dos relatórios das entidades sem fins lucrativos, devendo a padronização focar os interesses daqueles que são usuários das demonstrações financeiras nesse setor.

Na visão do FASB, os objetivos dos relatórios financeiros das entidades sem fins lucrativos derivam dos interesses daqueles que provêm recursos às entidades. A saber, no FAS 117 está esclarecido que:

The objectives [of financial reporting by not-for-profit organizations] stem from the common interests of those who provide resources to [not-for-profit] organizations in the services those organizations provide and their continuing ability to provide services. In contrast, the objectives of financial reporting [of business enterprises] stem from the interests of resource providers in the prospects of receiving cash as a return of and return on their investment. Despite different interests, resource providers of all entities look to information about economic resources, obligations, net resources, and changes in them for information that is useful in assessing their interests. All such resource providers focus on indicators of organization performance and information about management stewardship. (FASB, 1993, p.19)

Numa visão geral a respeito da citação anterior, é verificado que

“os provedores de recursos de todas as organizações procuram por informações sobre recursos econômicos, obrigações, reservas líquidas, e mudanças ocorridas, além disso, informações que sejam úteis para avaliação de seus interesses. Tais provedores de recursos concentram-se em indicadores de performance e informações sobre gestão administrativa” (FASB, 1993, p.19, tradução nossa).

Quanto à realidade brasileira, é demonstrado na pesquisa de Miranda *et al* (2009) que a contabilidade do Terceiro Setor no Brasil não segue padrões além de utilizar regras definidas para empresas com fins lucrativos.

Nos Estados Unidos, a experiência descrita na norma do FASB deixa claro que os doadores, aqueles que provêm recursos às entidades do Terceiro Setor, buscam informações úteis para avaliação de seus interesses; informações sobre recursos econômicos, obrigações, reservas líquidas e as mudanças ocorridas.

Diante da falta de padrões e de um contraponto de opiniões provenientes de outro país a respeito de quais informações são úteis aos usuários dos relatórios contábeis, essa pesquisa foca os doadores de recursos e aqueles que de alguma forma participam das decisões em conceder recursos às entidades sem fins lucrativos. Buscar

saber, na opinião destes, qual o grau de utilidade que determinadas informações têm para influenciar suas decisões a respeito da concessão de recursos e financiamento de projetos sociais.

Nesse contexto, é justificável uma pesquisa que contribua demonstrando a realidade brasileira focando e investigando quais informações são úteis àqueles que tomam uma decisão de conceder dinheiro para financiar os projetos sociais. Isso porque essas informações serão úteis tanto às entidades que buscam recursos através de doações, pois poderão publicar as informações já consideradas úteis, assim como para os doadores que não necessitaram garimpar informações ao escolher uma determinada entidade.

Na medida em que as entidades do Terceiro Setor publiquem seus relatórios financeiros, contábeis e ou prestações de contas com determinadas (padrões) informações e que as mesmas sejam úteis ao gestor, o qual concederá recursos para financiar projetos sociais, tais informações podem facilitar a tomada de decisão, inclusive possibilitando a comparação dos indicadores entre as diversas entidades.

2.2 Divulgação de Informações

É perceptível, não só no Brasil como também no âmbito mundial, que existe a discussão sobre os interesses de quais informações contábeis e financeiras podem ser úteis aos provedores de recursos (doadores, financiadores em geral etc.).

Os órgãos reguladores e orientadores das normas contábeis acreditam que os doadores preferem entidades honestas e eficientes, mas tem sido pouca a quantidade de pesquisas que demonstram quais informações devem auxiliar os doadores na avaliação das entidades sem fins lucrativos (GORDON; KHUMAWALA, 1999). E, em posse do melhor entendimento sobre as atitudes dos doadores, esses órgãos poderão

estabelecer padrões de relatórios sobre o ambiente organizacional que conduzam para a mais adequada alocação dos recursos escassos.

Dessa maneira, os relatórios financeiros deverão conter informações sobre aspectos que permitam aos doadores de recursos analisarem se as entidades são honestas e eficientes, podendo também analisar outras características além dessas entidades a partir das informações demonstradas.

Isso pode ser feito através de determinadas formas de divulgação das informações nos relatórios financeiros, inclusive a partir dos indicadores evidenciados. Entretanto, diante da pequena quantidade de pesquisas, existe a necessidade de estudos que demonstrem quais informações são úteis aos doadores. Esses usuários da informação podem tomar uma decisão mais adequada possível se forem alimentados com dados considerados úteis, os quais provavelmente não seriam descartados. Ao contrário das informações inúteis.

Com as informações úteis em mãos, o doador poderia tomar a decisão mais acertada possível para entregar seus recursos à entidade que melhor atenda seus padrões e critérios de avaliação.

Ao analisar uma entidade e comparar com outras, é importante o doador conseguir fazer uma comparação mediante os mesmos critérios tanto para uma quanto para as outras entidades analisadas. Isso é possível se as informações forem padronizadas.

O FASB – Financial Accounting Standard Board publicou em 1993 o FAS 117 que, em linhas gerais, estabelece padrões para os relatórios financeiros a serem divulgados aos usuários externos com o objetivo de melhorar a relevância, entendimento e comparabilidade dos relatórios financeiros emitidos pelas entidades sem fins lucrativos. E requer que tais relatórios financeiros forneçam informações básicas focando a entidade por inteiro para satisfazer as necessidades do usuário externo sobre esse relatório. Incluindo informações financeiras e não financeiras.

De acordo com esse normativo do FASB, os usuários externos do terceiro setor têm interesses em comum quanto aos relatórios financeiros (*financial statements*). Dentre os quais obterem informações a respeito dos serviços prestados pelas entidades

desse setor, bem como a habilidade dessas em continuar prestando os serviços e, serem informados sobre como os gestores administram suas responsabilidades além de outros aspectos quanto ao desempenho destes.

Khumawala e Gordon (1997) ressaltam que o relatório financeiro é um caminho onde as organizações agrupam informações de acordo com seu dever em prestar contas. Esses autores pesquisaram se doadores individuais usam o relatório financeiro preparado sob as normas do FASB nº116 e nº117 em suas decisões. Dentre seus resultados, há evidencia de que a informação não financeira é mais útil que a financeira propriamente dita, o qual demonstra que informações sobre esforços e realizações (*efforts and accomplishment*) são vistas mais como obrigatórias do que optativas.

Entretanto a informação com essência financeira não é descartada. Ao contrário da dicotomia que existe, quando se fala em informações “financeiras” e “não financeiras” não significa necessariamente que esses dois tipos de informações são mutuamente excludentes. Mas tanto a não financeira quanto a informação financeira pode ocupar o espaço no mesmo relatório a fim de completar o máximo possível a necessidade do seu usuário, possibilitando a melhor tomada de decisão no momento de avaliar uma entidade.

As dificuldades inerentes na avaliação das entidades sem fins lucrativas têm conduzido às demandas de informações adicionais que o FASB e o GASB (Government Accounting Standard Board) denominam de Esforços de Serviços e Resultados (*SEA – Service Efforts and Accomplishments*) (KHUMAWALA; GORDON, 1997).

O GASB é um setor do FASB que tem como missão estabelecer e melhorar padrões dos relatórios contábeis e financeiros do Governo estadunidense para resultar em informações úteis aos diversos usuários, seja gestores, contribuintes ou auditores².

Em consonância com o FAS nº117 (FASB, 1993), o relatório contendo *service efforts* das entidades auxilia doadores, credores e outros usuários no acesso aos esforços que a entidade tem realizado, incluindo os custos dos serviços e a forma como a entidade está utilizando seus recursos.

² Fonte: <<http://www.gasb.org>> acesso em 2/3/2009.

Pesquisas com instrumentos de mensuração relatando esforços e resultados (SEA) é um primeiro passo, essencial, o qual o GASB espera ser seguido pelas pesquisas para estabelecer como a relevância, a compreensibilidade, a comparabilidade, a consistência e confiabilidade e a utilidade podem ser medidas para os tomadores de decisões (KHUMAWALA; GORDON, 1997).

O GASB apesar de ser um órgão direcionado para o Governo não deixa de ser exemplo para o terceiro setor, onde estão inseridas as entidades sem fins lucrativos. Dessa maneira, é possível afirmar que o relatório de esforços e resultados (SEA) utilizado pelas entidades governamentais estadunidenses está diretamente relacionado com o terceiro setor, pois da mesma forma que o setor público, as entidades do terceiro setor proporcionam bens e serviços à população em geral.

E, como o terceiro setor capta recursos através de doadores é interessante que as entidades desse setor divulguem informações sobre o desempenho de suas atividades e resultados, assim como o governo dos Estados Unidos devem fazer para seguir as orientações do GASB.

“O terceiro setor é composto por um diversificado grupo de instituições que atuam no fornecimento de bens e serviços, tendo como objetivo principal a melhoria das condições de vida de todos os indivíduos” (BETTIOL JUNIOR, 2005 p. 10).

Em comparação com o setor público, a diferença basilar, além dos aspectos jurídicos, está na forma como ocorre a obtenção de recursos, que para o Estado é através de recolhimento tributos (MATIAS-PEREIRA, 2009) e para o terceiro setor é feita geralmente através de angariações, arrecadações não obrigatórias. Já as semelhanças mais evidentes estão no foco e na necessidade de prestação de contas.

O foco é a prestação de seus serviços e fornecimento de bens direcionados para grupos da sociedade ou para todos os indivíduos desta; finalidade social. E a necessidade de prestação de contas ocorre assim como na administração pública, pois é dever de todo ente estatal prestar contas dos bens ou recursos sob sua responsabilidade (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Dessa maneira, o terceiro setor também deve divulgar informações que evidenciam não somente seus dados financeiros como também os resultados e suas

realizações. Os relatórios que demonstram os esforços e realizações da entidade auxiliam os usuários com dados financeiros e os não financeiros. Importantes e necessários para a tomada de decisão, sendo um item obrigatório do ponto de vista dos doadores (GORDON; KHUMAWALA, 1999).

Na experiência brasileira, a necessidade de informações sobre o desempenho das entidades sem fins lucrativos demonstrando onde e como os recursos são aplicados revela que a contabilidade é um dos principais instrumentos de gestão. As informações geradas pelas organizações do Terceiro Setor para prestação de contas e análise de desempenho tendem a ser estabelecidas tanto por orientações legais e por agentes internos, quanto por agentes externos, ou seja, por aqueles que financiam os projetos (PEREIRA; OLIVEIRA; PONTE, 2008).

Essa realidade evidencia que existe uma necessidade dos usuários externos, devendo a entidade do terceiro setor divulgar informações úteis a esses usuários. Além disso, as normas contábeis do terceiro setor, apesar de não praticáveis por todas as entidades sem fins lucrativos no Brasil, são uma fonte de padronização. Entretanto, talvez não haja obediência a essas normas devido ao nível de utilidade das informações, estabelecidas pelas normas, ao usuário externo.

Segundo Falconer (1999), devido a motivos diversos, as entidades sem fins lucrativos criadas no Brasil não cultivam a prestação de contas. Em sua maioria, foram criadas em um ambiente de repressão atuando durante muitos anos como entidades semi-clandestinas.

É fundamental que as entidades do terceiro setor sejam gerenciadas focando a prestação de contas, produzindo informações contábeis tradicionais e não-tradicionais (PEREIRA; OLIVEIRA; PONTE, 2008). Desde que sejam úteis.

Falconer e Vilela (2001) afirmam que as organizações filantrópicas deveriam operar com transparência revelando critérios de acesso aos recursos. Porém demonstram que essa prática não é freqüente e afirmam que no Brasil são poucas as organizações que publicam informações complementares tais como as diretrizes e guias de aplicação de recursos, mesmo sendo este um dos meios de promover a transparência.

A utilização de informações complementares aos relatórios normalmente é comentada na literatura brasileira e do exterior, dentre os autores internacionais. Buchheit e Parsons (2006) realizaram uma pesquisa com potenciais doadores e demonstram que informações como as contidas no relatório de esforços e resultados (SEA) foram mais informativas que as normalmente requeridas nas prestações de contas em eventos sociais para arrecadação de recursos (*fundraising*)³.

Adicionalmente, foi identificado por esses autores que a divulgação dessas informações adicionais incrementou a percepção sobre a qualidade da organização requerente aumentando o percentual de doadores que alegaram doar no futuro. Isso demonstra que não apenas informações financeiras são úteis aos doadores de recursos.

Com a percepção dessa necessidade, os relatórios financeiros padronizados pelo FAS nº117 incorporam ao relatório financeiro a obrigação de divulgar informações sobre os esforços e resultados alcançados pela entidade sem fins lucrativos, informações não financeiras (FASB, 1993).

As informações não financeiras complementam as informações financeiras historicamente divulgadas nos relatórios financeiros. Isso porque, apesar dos objetivos de recursos das entidades sem fins lucrativos focar questões financeiras, muitas pessoas baseiam decisões econômicas sobre as entidades sem fins lucrativos e essas informações são, desse modo, inseridas nos relatórios financeiros (KHUMAWALA; GORDON, 1997).

Segundo o SFAC nº4, parágrafo 13 (1980), o relatório financeiro é útil para tomar decisões econômicas, que consistem em escolhas razoáveis entre alternativas de recursos escassos.

Nesse contexto é percebido que existe um elo entre a tomada de decisões dos doadores de recursos e a divulgação de informações financeiras e não financeiras que demonstrem os esforços e resultados alcançados pelas entidades sem fins lucrativos.

³ Definição Segundo Buchheit e Parsons (2006): *a social event or an entertainment held in order to collect Money for a charity or na organization*.

Em sua maioria as pesquisas focam dados não financeiros, entretanto os financeiros não são deixados de lado, pois assim como aqueles, esses são úteis para a tomada de decisão (KHUMAWALA; GORDON, 1997).

2.3 Relatórios Financeiros

As informações evidenciadas nos relatórios da contabilidade podem seguir dois caminhos, o usuário externo ou o interno. Quanto ao Relatório Financeiro, direcionado ao público externo é pertinente observar que algumas características não devem ser desprezadas. Tais como a comparabilidade e a divulgação de informações precisas, relevantes e úteis para esse grupo de usuários.

2.3.1 Comparabilidade

A respeito da padronização, em 1993, no SFAS nº117, o FASB relatou que as entidades sem fins lucrativos, abrangidas no terceiro setor, até aquele ano não divulgavam demonstrações financeiras aos usuários externos de maneira padronizada tanto no conteúdo quanto na forma.

A realidade descrita em 1993 pelo FASB sobre a falta de padronização ainda pode ser aplicada ao Brasil. Mesmo existindo as normas contábeis voltadas para o terceiro setor essas entidades brasileiras, de um modo geral, não divulgam suas informações dentro de um mesmo padrão (MIRANDA *et al*, 2009).

Há falta de informações uniformes tanto nos lançamentos da contabilidade, quanto nos relatórios financeiros. Não apenas há falta de padronização no produto final da contabilidade, ou seja, nas demonstrações contábeis contidas nos relatórios financeiros, mas também a uniformidade não é observada nos procedimentos contábeis adotados pelo terceiro setor (SANTOS SILVA, 2004).

Sem uniformidade nas informações divulgadas, a qualidade das demonstrações contábeis quanto à comparabilidade entre as entidades sem fins lucrativos fica prejudicada. Assim, os usuários dos relatórios financeiros não têm condições de fazer escolhas adequadas entre as diversas entidades a partir de comparações de informações feitas com padrões distintos.

O item BC2.25 do Conceptual Framework emitido pelo FASB (2008), conceitua a comparabilidade como a qualidade da relação entre duas ou mais peças da informação, por exemplo, dois relatórios financeiros de entidades distintas.

A comparabilidade das informações contábeis é vantajosa à medida que os doadores de recursos possam encontrar com facilidade as informações confeccionadas harmonicamente sob os moldes de estruturas semelhantes dos relatórios financeiros e, então fazer suas comparações, decidindo a partir de informações confeccionadas com os mesmos fundamentos.

Com o intuito de melhorar as informações contábeis e convergir às normas internacionais, atualmente no Brasil foi publicada a Resolução nº 1.121 de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade a respeito da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A contabilidade brasileira passa por um processo de convergência às Normas Internacionais, conforme considera a própria norma. É um fato marcante para a contabilidade brasileira porque as normas contábeis agora são direcionadas a uma visão mundial e não restrita a apenas um país, o que poderá permitir a comparabilidade com outras entidades do resto do mundo adequadas às mesmas normas.

A Estrutura Conceitual foi produzida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil a partir do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB – International Accounting Standard Board.

É uma estrutura conceitual, um conjunto de conceitos agrupados, não para definir normas ou procedimentos para qualquer questão particular, mas para fundamentar a preparação e apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Tendo como finalidade, inclusive apoiar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas.

Segundo a Estrutura Conceitual, as demonstrações são divulgadas para os usuários externos em geral, inclusive neste caso, os doadores; os quais também possuem suas necessidades distintas de outros usuários. Entretanto a necessidade de um determinado tipo de usuário não deve afetar as demonstrações contábeis de acordo com a Estrutura Conceitual, mas devem ser suficientes e úteis na tomada de decisões.

Isso não impede que as Demonstrações Contábeis especificamente direcionadas aos doadores contenha algo a mais, além da Estrutura Conceitual, pois esta serve como alicerce de todas as demonstrações direcionadas a todos os usuários de um modo geral, seja de entidade com ou sem fins lucrativos.

Dessa maneira, está subtendido que a partir dessa Estrutura Conceitual, as demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos no Brasil incluem:

[...] “normalmente, balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações na posição financeira (fluxo de caixa), a demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações contábeis.” (CFC, 2008)

Todos esses demonstrativos compõem o conjunto completo sugerido pela Estrutura Conceitual, entretanto é sabido que determinados usuários necessitam de algumas informações distintas das normalmente apresentadas. Assim como os doadores de recursos possam ter interesse de saber sobre a qualidade do atendimento aos beneficiários.

Nos moldes como está explanado, a Estrutura Conceitual não abrange nas demonstrações contábeis algo além da posição patrimonial e financeira, do desempenho e das mudanças na posição financeira da entidade. Deixando evidente que as demonstrações contábeis “não fornecem todas as informações que os usuários

possam necessitar, uma vez que retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem, necessariamente, informações não-financeiras".

Da mesma maneira que as normas brasileiras convergindo às normas internacionais, as normas estadunidenses prevêm também uma estrutura basilar para a contabilidade e, mais especificamente em um normativo distinto da estrutura conceitual contábil nos Estados Unidos, a informação não financeira é destacada. Devendo, de acordo com o SFAS nº117, ser demonstrada pelas entidades sem fins lucrativos no relatório de *Services Efforts and Accomplishments (SEA)* (FASB, 1993).

2.3.2 Informações precisas, relevantes e úteis

A contabilidade desempenha um importante papel em qualquer entidade, seja com ou sem fins lucrativos, permitindo fazer um controle da situação patrimonial estática assim como as suas variações. Não menos importante que a função de controle, os relatórios financeiros confeccionados pela contabilidade das entidades do terceiro setor também devem ser objetos de prestação de contas e demonstrar ao usuário, fundamentalmente, a relação da entidade com o ambiente externo (EBSEN; LAFFIN, 2004).

Dessa maneira, a utilidade da contabilidade não se esgota em prestar contas aos agentes arrecadadores, nem confeccionar seu produto (as demonstrações financeiras) para simples arquivo. Sua utilidade vai além desses dois pontos destacados. As demonstrações contábeis são de extrema relevância para os usuários externos em seu processo decisório, inclusive para fazer análise a respeito da continuidade da organização, além de existir a possibilidade de identificar se a entidade é eficiente e também se merece crédito externo (ALVES; ARIMA, 2006).

Nesse contexto, é evidente que a informação deve ser relevante e útil para o usuário. Seja esse um doador, credor ou outros interessados na entidade. Isso é uma

questão primária para a confecção dos relatórios financeiros conforme é explanado no SFAS nº117.

“The primary purpose of financial statements is to provide relevant information to meet the common interests of donors, members, creditors, and others who provide resources to not-for-profit organizations. Those external users of financial statements have common interests in assessing (a) the services an organization provides and its ability to continue to provide those services and (b) how managers discharge their stewardship responsibilities and other aspects of their performance.” (FASB, 1993)

A contabilidade deve observar os fatos relevantes do ponto de vista do usuário para o processo decisório. Isso é permitido a partir do momento que a contabilidade é estruturada como um sistema de informações eficiente com o objetivo de atender aos usuários das demonstrações financeiras.

Essa afirmação é dada por Libonati *et al* (2004, p. 8), ressaltando que a contabilidade para produzir tal tipo de informação de maneira eficiente deve ser vista como um “banco de dados” abrangendo informações econômicas, mensuradas por medidas físicas e financeiras.

Ao final do processamento no sistema de informações a contabilidade deverá cumprir seu objetivo de fornecer informações econômicas relevantes para seus usuários tomarem as decisões, sejam eles internos ou externos.

Nesse sentido, as entidades devem perceber as necessidades do usuário interno ou externo com o intuito de satisfazê-las, mesmo que tenham que modificar suas rotinas operacionais. Por exemplo, suprir a carência de informações que o usuário externo possa ter, objetivando captar recursos a partir da melhor divulgação de informações.

Nesse contexto é sabido que as entidades (organizações) interagem com os usuários externos, portanto “deve ser capaz de perceber suas relações para com um objetivo prefixado e de modificar seu comportamento organizacional, no sentido de alcançar esse objetivo” (MARCELINO, 2000).

Aos usuários externos a contabilidade deve produzir as demonstrações contábeis, que são relatórios confeccionados por informações da contabilidade

financeira. E, para os internos é interessante o uso da contabilidade gerencial, direcionada aos que decidem internamente sobre os passos da entidade.

Garrison e Noreen (2001) demonstram as diferenças entre a contabilidade financeira e gerencial.

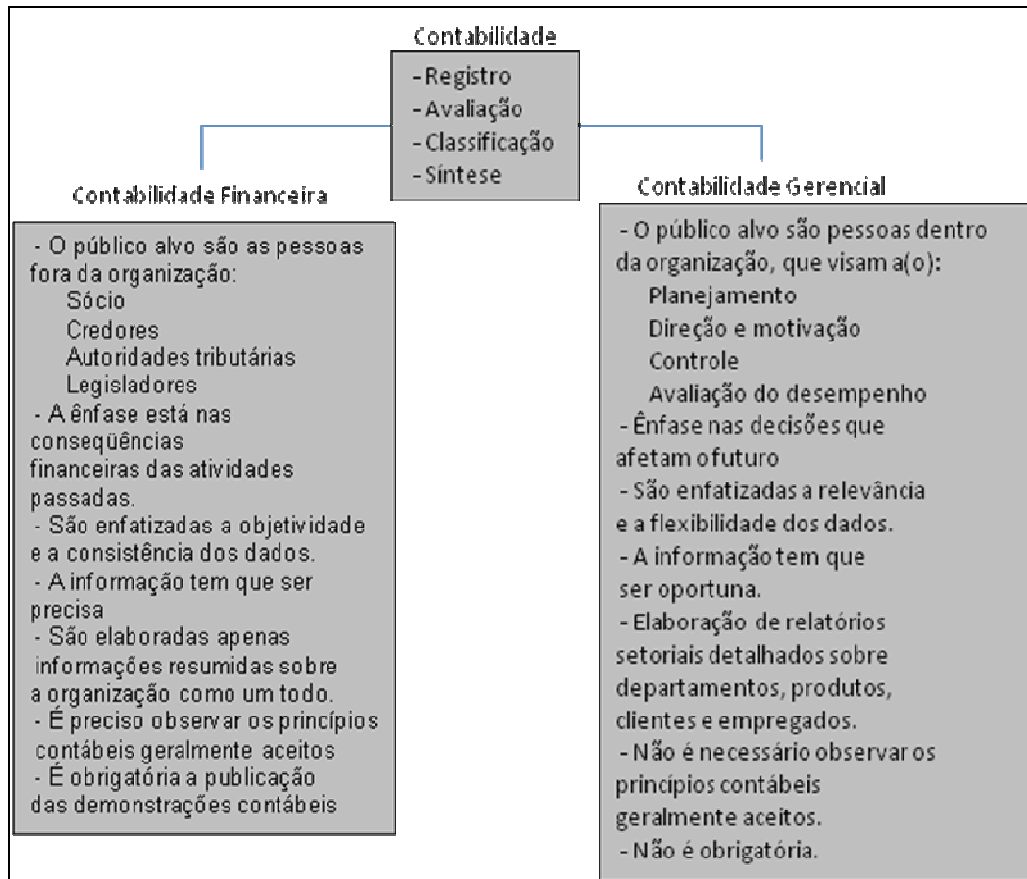


Figura 3: Diferenças principais entre a contabilidade financeira e gerencial.

Fonte: Garrison e Noreen (2001, p. 4, adaptado)

O foco aqui tratado encontra-se na contabilidade financeira que é direcionada aos usuários externos. Nesse caso específico, o estudo está envolto pelas necessidades dos doadores de recursos quanto às informações sobre as entidades sem fins lucrativos.

Quanto a essas principais diferenças, é interessante comentar sobre a necessidade de informações precisa na contabilidade financeira além do seu foco que são os usuários externos.

Numa pesquisa realizada por Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007), o grau mais elevado de confiabilidade na contabilidade financeira é mais exigido que na contabilidade gerencial, devendo inclusive os relatórios financeiros serem examinados por auditoria externa.

Isso porque uma informação não precisa pode alterar a opinião de um usuário externo, tomador de decisão; nesse caso, o doador. Talvez por ocasião de uma informação inconsistente, o doador poderá doar menos ou deixar de fazer a doação. Informações não precisas, com viés, podem influenciar, ajudando ou prejudicando, a obtenção de receita e a imagem da entidade.

Azevedo *et al* (2004) coloca ainda que a contabilidade tem entre seus objetivos, servir usuários na compreensão das operações ocorridas na entidade e o próprio usuário determina o que se deve informar. Assim, é possível satisfazer seus anseios demonstrando o que esse usuário ou grupo de usuários consideram como informações úteis.

2.4 Fatores que influenciam uma decisão

2.4.1 Fatores Diversos

O trabalho de Trussel e Parsons (2008) é um tipo de pesquisa que pode contribuir principalmente para as entidades sem fins lucrativos que estão em busca de recursos. Ao saber se medidas contábeis são úteis e quais são essas medidas úteis, facilita a confecção de demonstrativos contábeis, que a partir dessa resposta poderão elaborar os relatórios direcionando-os aos doadores conforme a necessidade de informações para tomar decisões.

O direcionamento não significa que as demonstrações contábeis terão viés, mesmo porque os relatórios financeiros e contábeis devem representar fidedignamente a realidade (FASB, 2008). Contudo, aqui, direcionar deve ser entendido como colocar as informações necessárias e suficientes para a tomada de decisão de um determinado usuário das demonstrações, deixando as informações não úteis ou pouco úteis em segundo plano para divulgação.

Questões a respeito de quais fatores afetam a decisão de um doador de recursos financeiros e econômicos impulsionam as pesquisas também de outros autores como Gordon e Khumawala (1999), os quais fazem uma revisão bibliográfica e descrevem diversos fatores que influenciam a decisão individual para fazer uma doação de caridade.

Em sua pesquisa, Gordon e Khumawala (1999) demonstram questões desde a filosofia até fatores relacionados aos relatórios financeiros; escrevendo sobre outras pesquisas relacionadas ao processo de decisão individual de doação, analisando fatores internos e externos ao indivíduo.

No campo da filosofia os autores relatam que há três vertentes de pensamento que motivam as doações, são elas:

1. Dar generosamente, mas de maneira prudente;
2. A bondade e misericórdia ao invés de questionamentos rígidos e apenas cálculos;
3. Caridade como virtude é a própria recompensa.

Outro conjunto de fatores demonstrados, agora com 10 itens, não é especificamente filosófico, mas demonstra itens que podem ser encontrados nos relatórios financeiros, mesmo que em notas explicativas. Assim, desses 10 itens, são 4 os que podem estar contidos ou ter alguma relação com os relatórios financeiros. São eles:

- a) **Estratégia:** qual estratégia deve defender – socorro imediato versus ajuda de longo prazo para prevenir sofrimento; organizações bem sucedidas com história marcada ou promissora, mas lutando.

- b) **Seminário para doações:** Uma vez que há muito mais organizações dignas do que posso ajudar, qual escolher?
- c) **Forma:** qual a forma que deveria ter minha contribuição: dinheiro, itens de valor econômico, tempo e talento, uma combinação?
- d) **Proximidade:** Deve enfatizar fisicamente mais comunidades locais, nacionais que internacionais, geração presente ou futura, etc?

A partir dessas informações nos relatórios financeiros o doador pode avaliar se doará recursos a uma entidade que foca a utilização de recursos para cobrir as despesas imediatas ou para aquelas que investem para se permanecerem sustentáveis.

Não menos importante, mas também através dos relatórios financeiros é possível demonstrar as informações de maneira padronizada, para que em eventos de captação de recursos os doadores possam analisar uma determinada entidade e compará-las com outras.

Nessas informações financeiras poderá evidenciar se a aplicação de recursos ocorre em comunidades locais, internacionais ou em outra direção, demonstrando ainda se a entidade recebe recursos em forma de dinheiro, tempo, talento ou outro tipo.

Segundo Gordon e Khumawala (1999) é no “Seminário” que os doadores se inspiram a obter e usar informações financeiras para comparar potenciais recebedores. Para clarificar a relação entre doadores e entidades receptoras dos recursos, os pesquisadores demonstram numa matriz a forma de interação entre doadores e destinatários dos recursos.

Estratégias dos doadores	Nível de contato, envolvimento e comunicação entre doadores e recebedores	Tipos de conhecimento específico que doadores têm sobre recebedores	Relativa prioridade dada para as necessidades dos recebedores X necessidades dos doadores
Pessoalmente Compromissado - Consumo - Adoção - Terapia	Alto nível de contato e envolvimento entre doadores e recebedores.	Doadores têm conhecimento direto sobre recebedores e beneficiários.	Doadores focam nas necessidades dos recebedores e muitas vezes procuram conhecer e serem conhecidos pelos beneficiários.
Intermediário Compromissado - Contribuição - Corretagem - Catalítico	Médio nível de envolvimento entre doadores e organizações recebedoras, mas pouco ou nenhum envolvimento direto	Doadores podem ter conhecimento direto sobre recebedores, mas pouco sobre beneficiários.	Doadores têm o foco discernindo o quanto e em que eles devem contribuir. Pode haver um alto nível de devoção para as necessidades dos beneficiários.
Doador Troca - Derivado abençoado	Pode ter pouco ou nenhum envolvimento ou contato com organizações recebedoras e os beneficiários.	Doadores podem ter pouco conhecimento direto sobre recebedores e beneficiários.	Doadores focam expectativas de seus pares em vez de necessidades dos beneficiários.

Quadro 1: Maneiras de Interação entre Doadores e Receptores.

Fonte: Gordon e Khumawala (1999, p.32, tradução nossa)

A pesquisa de Trussel e Parsons (2008) tem características mais quantitativas que o trabalho de Gordon e Khumawala (1999), isso porque estes fundamentam sua pesquisa da construção de um modelo que explique a doação individual que demanda informações dos relatórios financeiros com base em bibliografia anterior. E, aqueles verificam a existência de fatores que afetam as decisões de doadores, também a partir de estudos anteriores, mas utilizam ferramentas estatísticas, principalmente a análise fatorial para encontrar um denominador comum que responda sua pergunta de trabalho.

De acordo com Trussel e Parsons (2008), seu próprio artigo intitulado “*Financial Reporting factors affecting donations to charitable organizations*” é o primeiro estudo para demonstrar a relação entre constructos conceituais e a concessão de doações.

Esse artigo tem como proposta desenvolver uma estrutura para identificar fatores dos relatórios financeiros que impactam as doações e testar empiricamente esta estrutura incorporando algumas variáveis independentes de estudos anteriores.

“The purpose of this paper is to develop a framework to identify financial reporting factors that impact donations and to empirically test this framework by incorporating the various independent variables from previous studies.”
(TRUSSEL e PARSONS, 2008)

Trussel e Parsons (2008) relatam que não há um consenso no qual as variáveis são relacionadas às doações e, a maioria das mensurações utiliza *proxies* de constructos similares.

A estrutura (*framework*) apresentada no artigo desses autores é um parâmetro para demonstrar em números (mensurar) a eficiência em alocar recursos aos programas, a estabilidade financeira, o nível de informação disponibilizada aos doadores e a reputação da organização através do cálculo de indicadores com dados obtidos nos relatórios financeiros das entidades.

Esses fatores demonstrados em números podem facilitar a classificação e comparabilidade entre uma entidade e outra, possibilitando subsidiar a tomada de decisão no momento de conceder dinheiro para financiar projetos sociais.

O trabalho ainda constrói uma estrutura a partir da análise fatorial demonstrando que a variável independente “doações”, usada em estudos anteriores está alinhada com os fatores; predizendo sobre a estrutura (*framework*) proposta. Ou seja, resume um conjunto de indicadores financeiros, levantados em literaturas anteriores, em quatro fatores. O estudo também utiliza a análise de regressão (OLS) demonstrando que doações diretas são significativamente relacionadas com esses quatro fatores.

Os autores mencionam que este estudo auxilia doadores e outros usuários dos relatórios contábeis e financeiros com a avaliação dos relatórios das entidades sem fins lucrativos. E, órgãos reguladores, por exemplo, podem usar o *framework* para melhor determinar o benefício dos relatórios contábeis e financeiros para os financiadores.

2.4.2 Estudo de Trussel e Parsons

Diversas informações podem ser úteis aos doadores de recursos, principalmente os relatórios financeiros, onde as demonstrações contábeis e outras informações relevantes aos usuários estão inseridas.

Trussel e Parsons (2008) pesquisaram sobre quais informações são úteis e capazes de afetar a decisão de um doador de recursos às entidades sem fins lucrativos. Tal pesquisa foi realizada a partir de dados financeiros suficientes para alimentar alguns indicadores, os quais foram resumidos em quatro fatores capazes de afetar a decisão do doador. Através de análise quantitativa, esse estudo observou uma relação entre dados de algumas contas patrimoniais e de resultado frente ao montante de doações recebidas; sendo todas essas, informações financeiras.

O propósito dessa seção é descrever os conceitos de quatro fatores que afetam a decisão de um doador ao fazer uma concessão de recursos. Os fatores foram pesquisados por Trussel e Parsons (2008) e são:

1. Eficiência
2. Estabilidade Financeira
3. Divulgação de Informações
4. Reputação da Entidade

A pesquisa desses autores reúne diversos estudos anteriores e tem como objetivo sumarizar 14 indicadores, utilizados para avaliação de desempenho operacional das entidades sem fins lucrativos, nos quatro fatores citados que, segundo o estudo, são passíveis de afetar o montante de doações recebidas por essas entidades.

As variáveis analisadas, ou seja, os indicadores do estudo podem ser alimentados com dados encontrados nos relatórios financeiros.

Trussel e Parsons (2008) realizaram uma pesquisa diante da necessidade de saber quais medidas contábeis são úteis aos doadores, usuários das demonstrações financeiras, para avaliar as operações das organizações sem fins lucrativos antes de fazer uma doação. Na revisão de literatura da mencionada pesquisa, os autores verificaram a existência de indicadores que são preenchidos com informações financeiras obtidas nos Demonstrativos Contábeis. E, em suma, verificaram que quatro fatores são capazes de representar tais indicadores. Como conclusão, os autores afirmaram que tais fatores afetam a decisão dos doadores de recursos ao decidir sobre a concessão ou não desses.

Os fatores encontrados são a eficiência em alocar recursos aos programas, a estabilidade financeira, o nível de informação disponibilizada aos doadores e a reputação da organização. A saber:

Constructo	Variáveis (Proxy)	Medidas
Eficiência	Preço do Resultado (PRICE) Proporção para Programas (PROG) Taxa de Custo Administrativo (ADMIN)	ln (Despesas Totais/Despesas com Programas) Despesas com Programas / Despesa Total Despesas Administrativas/ Despesa Total
Estabilidade	Adequação do Patrimônio Líquido (EQUITY) Concentração de Receita (CONCEN) Margem Operacional (MARGIN)	Ativo Líquido/Receita Total $\sum \left[\left(\frac{Receita_por_Fonte}{Receita_Total} \right) \right]^2$ (Receita Total – Despesa Total)/Receita Total
Disponibilidade de Informações	Despesas com Captação (FUND) Taxa de Eficiência de Captação (FUNDCONT)	ln (Despesas com Captação) Despesas com Captação/Contribuições Totais
Reputação	Tempo de Existência (AGE) Tamanho da Organização (SIZE) Subvenções/Doações Indiretas (GRANTS) Receitas de Programas (PROGREV) Outras Receitas (OTHREV)	ln (nº de anos de existência a partir da isenção tributária) ln (Ativo Total) ln (Auxílio Governamental+Contribuições Indiretas) ln (Receita de Programas) ln (Receita Total – Contribuições Diretas – Contribuições Indiretas – Auxílio Governamental – Receita de Programas)

Tabela 2: Indicadores de Estudos Anteriores.

Fonte: Tabela 1 – Variáveis dos estudos anteriores. (TRUSSEL e PARSONS, 2008)

2.4.3 Eficiência

Segundo Trussel e Parsons (2004) eficiência refere-se ao grau com que a entidade direciona seus recursos para a missão da organização e esse fator representa os indicadores Preço do Resultado (*Price of Output* - PRICE), Proporção para Programas (*Program Ratio* – PROG) e Taxa de Custo Administrativo (*Administrative Cost Ratio* – ADMIN).

Quanto à definição dos indicadores, Weisbord e Domingez (1986 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2008) acrescentam que o Preço do Resultado (PRICE) é dado pelo custo de um doador comprar um dólar (US\$1,00) de resultado para a organização beneficiária, ou outra unidade monetária caso utilize uma moeda distinta do dólar.

Trussel e Parsons (2008) acrescentam ainda que o custo de cada dólar gasto com impostos é maior do que quando gasto com entidade que geram resultados como a caridade. Com essa visão, os doadores doam mais que um dólar, quando comparado com o ato de pagar impostos pelos próprios doadores. Eles sabem que as entidades sem fins lucrativos necessitam de recursos além daqueles destinados exclusivamente aos beneficiários finais para fazer frente aos custos de operacionalização, inclusive os direcionados para outras captações.

Quanto a Taxa Programa (PROG), Baber, Roberts e Visvanathan (2001) esclarecem que esse indicador evidencia o percentual de despesas gastas com programas frente ao total de despesas efetuadas pela entidade. Uma razão considerada por Trussel e Parsons (2008) como o inverso da demonstrada pelo PRICE. Segundo Baber, Roberts e Visvanathan (2001), o PROG é uma medida comumente utilizada para avaliar entidades de caridade. Apesar disso, Trussel e Parsons (2008) desconsideraram esse indicador quando fizeram a análise fatorial justificando que tal medida evidencia a mesma informação que o então utilizado PRICE.

Adicionalmente sobre as despesas direcionadas aos programas, Gordon e Khumawala (1999) relatam que as pessoas quando questionadas sobre a utilidade das informações, elas observam a importância das informações não financeiras, mas dentre as informações financeiras a mais útil considerada é a demonstração de atividades desde que contenha informações das despesas com os programas; podendo ser evidenciadas em percentual pela relação entre essas despesas e o total de despesas da entidade.

O outro indicador de eficiência é a Taxa de Custo Administrativo (*Administrative Cost ratio* – ADMIN) que são as despesas administrativas em percentual sobre o total de despesas da entidade.

De acordo com Trussel e Parsons (2008) há divergência de opiniões em estudos anteriores quanto à utilização desse indicador e citam, por exemplo, que Frumkin e Kim (2001) utilizaram o ADMIN como uma medida de eficiência, mas não encontrou relação deste indicador com as contribuições. Entretanto, cita também que numa outra pesquisa para examinar a relação entre eficiência organizacional e doações, Greenlee e Brown (1999) fizeram uso do mesmo indicador, porém excluindo da sua fórmula das despesas totais, as despesas com angariações.

Apesar de encontrar referências que consideram o ADMIN como medida de estabilidade como é o caso de Tuckman e Chang (1991), citados por de Trussel e Parsons (2008), esses autores encontraram através da análise fatorial que o ADMIN está relacionado à eficiência.

2.4.4 Estabilidade

O segundo fator encontrado por Trussel e Parsons (2008) é a estabilidade financeira definida como a habilidade das entidades em continuar suas operações caso se depare com uma redução nos recursos. Nesse contexto, indicadores da estabilidade

financeira podem gerar informações que permitam fazer uma análise sobre a continuidade da entidade analisada.

Um indicador da estabilidade financeira é a Adequação do Patrimônio Líquido (*Adequacy of Equity* – EQUITY). De acordo com Tuckman e Chang's (1991 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2008) esse indicador é calculado pela razão entre o Ativo Líquido e as Receitas Totais, gerando uma informação sobre o número de períodos de receitas que a entidade sem fins lucrativos tem armazenado.

Dessa maneira, a entidade que possuir maiores ativos líquidos, ou seja, ativo total excluindo suas obrigações com terceiros, provavelmente terá maiores condições para satisfazer necessidades futuras e também obter crédito externo, caso esse seja um critério de avaliação.

Apesar dessa medida (EQUITY) alimentar o doador a respeito da estabilidade financeira da entidade, Trussel e Parsons (2008) afirmam que os doadores não enxergam com “bons olhos” as entidades que não aplicam suas doações nos programas determinados.

Existe nesse ponto um *trade-off*, que para alguns gestores o EQUITY pode ser um indicador de estabilidade e para outros pode ser um indicador de ineficiência por não aplicar seus recursos nos programas, mas sim acumular riqueza. Entretanto cabe ao doador analisar qual dessas duas questões é prioridade, ou mais útil.

A segunda medida que pode refletir a estabilidade financeira é a Concentração de Receita (*Revenue Concentration* – CONCEN). O objetivo desse indicador é evidenciar o grau de concentração das receitas quanto às suas fontes. De acordo com Trussel e Parsons (2008), a entidade com uma quantidade menor de fontes de recursos tende a ser mais suscetível a abalos financeiros que uma entidade com o número maior de fontes.

A Concentração de Receita é mensurada, segundo Tuckman e Chang (1991 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2008) pelo somatório dos quadrados dos percentuais das receitas provenientes de cada fonte específica dividido pelo total de Receitas da entidade.

$$\text{CONCEN} = \sum \left[\left(\frac{\text{Receita}_{\text{por}_{\text{Fonte}}}}{\text{Receita}_{\text{Total}}} \right) \right]^2$$

Equação 1: Fórmula de cálculo da concentração de receitas.
Fonte: Trussel e Parsons (2008)

Caso o numerador da equação seja igual ao denominador, então significa que existe apenas uma fonte de receita. Pelo contrário, o quanto mais fontes existir, então o percentual de cada fonte sobre o total de receitas, elevado ao quadrado e somados ao final, demonstrará o quanto menos a receita está concentrada.

Assim, se existir uma simples fonte de receita o índice será igual a 1 e à medida que aumentar a quantidade de provedores de receitas, o índice tenderá à zero.

A terceira medida é a Margem Operacional (*Operating Margin* – MARGIN), que pode ser encontrada pela divisão do lucro líquido (receitas menos despesas) pelo total de receitas. É uma medida frente a dificuldades financeiras inesperadas de acordo com Trussel e Parsons (2008), demonstrando o quanto de receitas será armazenado para exercícios posteriores.

2.4.5 Disponibilidade de Informação

O terceiro fator demonstrado por Trussel e Parsons (2008) é a disponibilidade de informações. Segundo esses autores, entidades sem fins lucrativos devem informar potenciais doadores sobre a Missão da Organização e a Situação dos seus Beneficiários, além de fazer propaganda sobre as operações da entidade aos potenciais doadores.

De acordo com Trussel e Parsons (2008) é difícil mensurar diretamente a quantidade de informações recebidas pelos doadores, mas duas *proxies* para o

montante de informações têm sido sugeridas em estudos anteriores utilizados por esses autores.

Da mesma forma que a publicidade utilizada por empresas com finalidades lucrativas transferem informações para potenciais consumidores os esforços de captação de recursos pelas sem fins lucrativos também servem para o mesmo propósito, mas focando para os potenciais doadores.

Com o propósito de mensurar essa informação, Weisbord e Dominguez (1986 *apud* Trussel; Parsons, 2008) afirmam que o montante de despesas utilizadas para captação de recursos está relacionado diretamente com o total de contribuições recebidas pelas entidades. Assim, o indicador denominado Despesas de Captação (*Fundraising Expense* – FUND) pode ser um “termômetro” para demonstrar o nível de disponibilidade de informações.

Em seu artigo, Gordon e Khumawala (1999, p. 15) afirmam que se a imagem demonstrada da entidade é positiva, então os custos de captação não são examinados a rigor. Mas, se existem informações negativas pode criar a necessidade por mais informações sobre os custos de captação.

Um segundo indicador para a disponibilidade de informações é a Taxa de Eficiência de Captação (*Fundraising Efficiency Ratio* – FUNDCONT) que demonstra o percentual de despesas de captação sobre as contribuições totais.

$$\text{FUNDCONT} = \frac{\text{Despesas_com_Captação}}{\text{Contribuições_Totais}}$$

Equação 2: Fórmula de cálculo da taxa de eficiência de captação de recursos.
Fonte: Trussel e Parsons (2008)

Comparando com as entidades com fins lucrativos, ao invés da eficiência e eficácia das operações onde pode ser analisado o percentual de despesas operacionais frente às vendas totais, esse indicador fornece informação sobre a eficiência e eficácia da geração atual de contribuições. E, de acordo com Trussel e Parsons (2008), até

então não há estudos da área contábil que analisa a relação entre esse indicador e as contribuições.

2.4.6 Reputação

O quarto e último fator demonstrado é a reputação da entidade. Doadores estão mais dispostos a fazer contribuições para organizações que fornecem o melhor serviço (TRUSSEL; PARSONS, 2008). E, a imagem da entidade está diretamente relacionada com a aceitação da qualidade dos serviços. Conseqüentemente, entidades mais conhecidas pelos melhores serviços poderão captar mais recursos

São quatro os indicadores que podem evidenciar a reputação da entidade. Os que fornecem informações sobre a (1) quantidade de anos de existência, (2) tamanho da entidade, (3) a presença de subvenções governamentais e doações indiretas e (4) o percentual de determinadas receitas sobre as receitas totais.

Quanto ao tempo de existência da entidade (*Organization Age* – AGE), as organizações mais novas ainda necessitam ganhar espaço e visibilidade, o que outras mais antigas podem já ter solidificado na visão dos doadores.

Além da quantidade de tempo, o tamanho da organização (*Organization Size* – SIZE) também pode ser um indicativo da reputação. O tamanho é medido pela quantidade de ativos e, de acordo com Tinkelman (1999 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2004), os doadores visualizam as demonstrações financeiras das entidades menores como sendo menos confiáveis. Subtende que entidades menores têm menos probabilidade de ter conhecimentos sobre alocação de custos e preparação de demonstrações financeiras (TRUSSEL; PARSONS, 2008).

Trussel e Parsons (2008) também mencionam que o crescimento somente é alcançado quando uma entidade é capaz de continuar a gerar receitas ao longo de

vários anos. Dessa forma o indicador SIZE pode refletir a capacidade para ser bem sucedida na sua missão e atrair receitas, incluindo as contribuições.

O terceiro indicador é denominado Subvenções Governamentais e Doações Indiretas (*Government Grants and Indirect Donations - GRANTS*). Esse indicador pode servir como monitor para as entidades sem fins lucrativos, pois a existência de Subvenções Governamentais sujeita as entidades a aumentar o zelo com o controle e divulgação das informações sobre os recursos recebidos, assim como dos resultados alcançados (TRUSSEL; PARSONS, 2008).

Mesmo que os doadores não tenham acesso aos relatórios das entidades sem fins lucrativos, a existência por si só de subvenções governamentais em programas da entidade permitem aos doadores aumentarem sua confiança devido à supervisão governamental (TRUSSEL; PARSONS, 2004).

Ainda sobre a reputação, é percebido que as entidades sem fins lucrativos podem cobrar taxas para cobrir os custos dos seus serviços prestados. Assim como, por exemplo, as escolas cobram taxas para manter algum curso de capacitação; até porque e, provavelmente é um tipo de serviço ligado ao objeto social (a atividade principal) dessa entidade (educação). E, o resultado desses serviços depende de um mercado organizado e da qualidade dos produtos.

Dessa forma, de acordo com Trussel e Parsons (2008), a análise do percentual dessas receitas provenientes de uma atividade fim da entidade (*Program – PROGREV*) separada de outras receitas (*Others Revenues – OTHREV*), ambos os tipos de receita, comparados em relação às receitas totais podem auxiliar na análise do fator reputação.

A respeito do indicador OTHREV, Weisbrod e Dominguez (1986 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2004) afirmam que quantidades adicionais de fontes de receita podem dispersar novos doadores, pois esses podem achar que seus recursos serão desnecessários. Entretanto, Trussel e Parsons (2008) evidenciam que há uma relação positiva entre fontes alternativas de outras receitas e o reforço da reputação da entidade.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória já que, em consonância com Matias-Pereira (2007) os estudos exploratórios buscam descobrir se existe algum fenômeno. Sendo utilizado quando o pesquisador quer investigar tópicos onde existe pouco conhecimento.

De acordo com Gil (1999, p.45), esse tipo de pesquisa é desenvolvido

“[...] com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas [...]”.

Dentre os tipos de trabalhos empíricos apresentados por Hill e Hill (2008) esta pesquisa se classifica como um trabalho direcionado a confirmação de outro trabalho já apresentado na literatura, os quais consideram que os trabalhos de confirmação são úteis para confirmar o já existente a partir da utilização de outro(s) método(s).

A pesquisa de Trussel e Parsons (2008) encontrou através de análise multivariada - método quantitativo - que existem quatro fatores os quais influenciam o montante de doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos nos Estados Unidos, sendo os quatro fatores informações úteis aos doadores de recursos. O trabalho estadunidense foi realizado a partir de um banco de dados existente nesse país para o cadastro de informações sobre essas entidades.

Nesse sentido, esta pesquisa busca confirmar se os quatro fatores são úteis para os doadores de recursos que financiam projetos no Brasil. Fazendo isso através de uma pesquisa social, mediante a aplicação de um questionário com intuito de obter respostas diretamente dos responsáveis pelas doações de recursos e financiamento de projetos sociais com finalidade não reembolsável.

Assim, esse trabalho busca verificar na prática se essas informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e

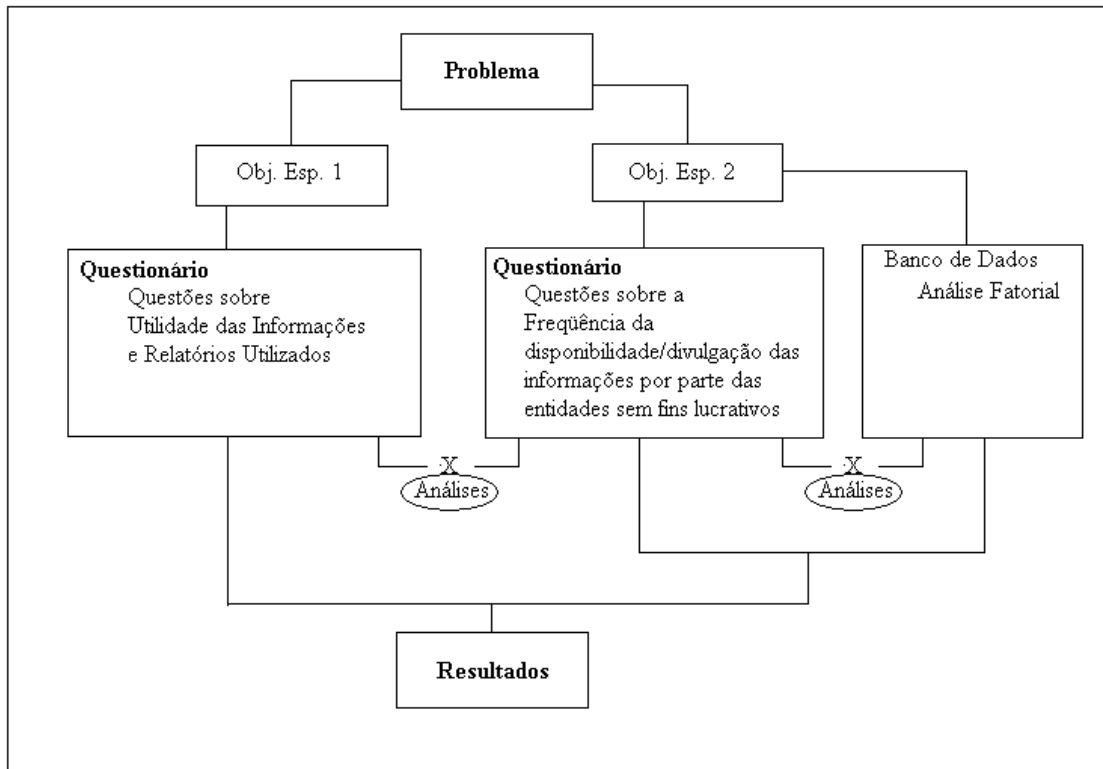
informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são úteis para que os gestores decidirem sobre a concessão de recursos.

Além dessa confirmação através do questionário, a presente pesquisa busca verificar também a disponibilidade dessas informações brasileiras ao público externo. Para isso, observa se tais informações são disponibilizadas através de alguma fonte pública de dados brasileira.

Complementar a essa verificação, é realizada uma análise confrontando a disponibilidade de informações encontrada com as respostas sobre frequência de divulgação de tais informações.

Adicionalmente, é feita uma análise fatorial com os dados obtidos na fonte pública brasileira e, seus resultados analisados em conjunto com os resultados da pesquisa realizada por Trussel e Parsons (2008).

A estrutura da metodologia aplicada para responder ao problema de pesquisa pode ser observada no quadro a seguir, onde a partir do problema, passando pelos dois objetivos específicos, verificamos a utilização do questionário para alcançá-los, assim como a utilização da análise fatorial direcionada a complementar os dados obtidos a respeito do segundo objetivo específico, para então concluir com os resultados.



Quadro 2: Estrutura da Metodologia.
Fonte: Elaboração própria.

3.1 Métodos Estatísticos

3.1.1 Frequência

“A hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado” (GIL, 1999, p.56). É uma proposição a ser aceita ou rejeitada depois do decorrer da pesquisa e conclusão dos testes, uma vez que sugere explicações aos fatos estudados. Assim, as respostas às hipóteses podem ser a solução do problema de pesquisa.

E, para resolver as hipóteses, as análises dessa pesquisa estão suportadas pelas freqüências das respostas. Isso é necessário para analisar as respostas em escalas nominais coletadas, não dependendo de médias ou variâncias (HILL; HILL, 2008). Dessa forma, são necessários testes não paramétricos para fazer afirmações com significância estatística.

3.1.2 Qui-quadrado (X^2)

Dentre os testes não paramétricos existe o qui-quadrado (HILL; HILL, 2008). A distribuição qui-quadrada é utilizada para comparar freqüências de sucessos entre grupos (LEVINE *et al*, 2005). É um teste utilizado para verificar a dispersão entre variáveis nominais, não dependendo de valores populacionais como a média.

Esse teste consiste em comparar as proporções entre freqüências observadas. A comparação é feita com as freqüências esperadas e seu resultado demonstra se as freqüências observadas se comportam de forma semelhante ou se são freqüências distintas (LEVINE *et al*, 2005).

Assim, esse teste permite verificar se os grupos analisados são estatisticamente significativos, sejam iguais ou diferentes. Sendo utilizado na presente pesquisa com essa finalidade, analisando as respostas do questionário aplicado.

Ao analisar o qui-quadrado (X^2) calculado, é necessário comparar com a distribuição X^2 tabelada e se o valor calculado é maior que o tabelado, a hipótese nula de igualdade entre as variáveis deve ser rejeitada.

E, para complementar a análise do X^2 calculado o *p-value* também é calculado e considerado nas conclusões. O *p-value* é a probabilidade de obter um resultado tão grande, ou extremo, quanto os observados.

3.1.3 Kruskal-Wallis

O teste de classificações de Kruskal-Wallis é utilizado para testar se três ou mais grupos de amostras independentes foram extraídos de populações que possuem medianas iguais, não dependendo da premissa de existir distribuição normal entre os dados (LEVINE *et al*, 2005).

É um teste não paramétrico que tem como referência a mediana, utilizado para testar a hipótese nula de que todas as populações tenham idênticas funções de distribuição, contra a hipótese alternativa de que pelo menos duas das amostras diferem apenas no que diz respeito a localização (mediana).

Assim, a hipótese nula presume que as medianas dos diversos grupos são iguais, ou seja:

$$H_0: M_1 = M_2 = \dots = M_c$$

e a hipótese alternativa é:

$$H_1 = \text{Nem todos os } M_j \text{ são iguais, onde } j = 1, 2, \dots, c$$

A estatística do teste de Kruskal-Wallis é definida pela equação (LEVINE *et al*, 2005):

$$H = \left[\frac{12}{n(n+1)} \sum_{j=1}^c \frac{T_j^2}{n_j} \right] - 3(n+1)$$

Onde:

n = número total de observações ao longo das amostras combinadas

n_j = número de observações na j -ésima amostra ($j = 1, 2, \dots, c$)

T_j = soma das classificações designadas à j -ésima amostra

T_j^2 = quadrado da soma das classificações designadas à j -ésima amostra

Ademais, à medida que os tamanhos das amostras em cada grupo aumentam, a estatística calculada do teste pode ser aproximada da distribuição qui-quadrada, com $c - 1$ graus de liberdade. Nestes termos, qualquer nível de significância selecionado, α , a regra de decisão é rejeitar a hipótese nula, caso o valor calculado exceder o X^2 tabelado.

3.1.4 Análise Fatorial

Análise Fatorial é uma técnica multivariada que aborda a análise da inter-relação de um número grande de variáveis para definir conjuntos menores capazes de explicar essas variáveis através do agrupamento dessas variáveis pela alta correlação entre elas. É definida por Hair Jr. *et al* (1998):

Factor analysis is a generic name given to a class of multivariate statistical methods whose primary purpose is to define the underlying structure in a data matrix. Broadly speaking, it addresses the problem of analyzing the structure of the interrelationships (correlations) among a large number of variables (e.g., test scores, test items, questionnaire responses) by defining a set of common underlying dimensions, known as **factors**.

Nesse sentido, existe uma redução de dados, onde os fatores passam a explicar as variáveis em maior número. Assim, a sumarização faz a identificação de dimensões basilares ou fatores.

A análise fatorial foi utilizada nessa pesquisa para, assim como Trussel e Parsons (2008), encontrar a quantidade de fatores que possam explicar os indicadores mencionados no referencial teórico. Entretanto, diferente de Trussel e Parsons (2008), nessa pesquisa não determinamos uma quantidade de quatro fatores com base na

teoria levantada, mas utilizamos o autovalor (*eigenvalue*), que representa a quantidade de variância representada por um fator.

Dessa maneira, a presente pesquisa buscou identificar se o autovalor traria a mesma quantidade de fatores que mencionada na teoria. Esse fato permite inferir conclusões a respeito da quantidade e tipos de informações disponibilizadas pelas entidades sem fins lucrativos, analisando se essas divulgam informações suficientes para preencher os indicadores (variáveis da análise fatorial) e se os indicadores utilizados são explicados pelos mesmos tipos e quantidade de fatores que a pesquisa de Trussel e Parsons (2008).

3.2 Questionário

3.2.1 Amostragem

O universo pesquisado para aplicação do questionário corresponde a empresas, governo, organizações internacionais e as *grantmakers*⁴, desde que estes foquem a doação de recursos ou financiem projetos sociais não reembolsáveis de entidades sem fins lucrativos brasileiras.

O tamanho desse universo aqui no Brasil é desconhecido até então, pois não há um banco de dados, mesmo que no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstrando a quantidade e quais instituições existem nesse universo. Assim esse universo alvo (HILL; HILL, 2008) não pode ser analisado por completo.

⁴ *Grantmakers* são entidades privadas, sem fins lucrativos, que tem como beneficiário outras organizações sem fins lucrativos ou indivíduos, são independentes e capazes de determinar suas próprias decisões, mesmo que financiadas por terceiros e são controladas e operadas no país (FALCONER; VILELA, 2001).

Nesse sentido, não é possível considerar aqui todas as empresas brasileiras que fazem doações ou financiam projetos sociais de natureza não reembolsável. Isso porque a quantidade de empresas existentes no Brasil como um todo é quantificada em milhões e essa quantidade pode inviabilizar a pesquisa em função do tempo da pesquisa e ausência de um banco de dados completo com todas essas empresas brasileiras frente a segregação desse universo, identificando quais dessas são doadoras de recursos às entidades e seus projetos sociais do terceiro setor das demais.

Diante dessa complexidade, uma estratégia foi escolhida considerando o tempo e os recursos disponíveis para coletar os dados de tal população. Dessa maneira fez-se necessário reduzir a população, agora caracterizada por Hill e Hill (2008) como universo inquirido, porque é formado pelo conjunto total de casos que, na prática, estão disponíveis para a amostragem e sobre os quais o investigador quer tirar conclusões. Então, a população a ser pesquisada é diferente da população inicial, denominada universo alvo (HILL; HILL, 2008) que representa todo o universo inicial e que nem todos estão disponíveis a pesquisa.

Inicialmente, na busca por dados estatísticos e artigos científicos pouco foi encontrado para demonstrar a quantidade de financiadores do terceiro setor. Entretanto, ao consultar arquivos, notícias e publicações, algumas informações foram encontradas no sítio eletrônico do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) que subsidiaram a amostragem. Assim, os cadastrados no GIFE foram selecionados a fim de verificar sua representatividade diante do universo.

Uma maneira de analisar a representatividade da amostra, já que não se conhece quem são todas as entidades do universo, é pelo seu produto final, ou seja, pela produção de todo o terceiro setor.

Então se observa que em 2006 foi identificado a partir de dados citados do IBGE, que em torno de 1,4% do Produto Interno Brasileiro foram produzidos pelo terceiro setor brasileiro. A partir desse ponto a representatividade das entidades selecionadas foi analisada.

Não encontrando outra informação mais recente e considerando que existe uma limitação em analisar algumas informações ao longo do tempo, mas supondo que o percentual de participação do PIB se manteve de 2006 para 2008 em 1,4%, é possível dizer que esse percentual equivale a R\$40,6 bilhões em 2008, diante de um PIB brasileiro de R\$2,9 trilhões.⁵

Oportunamente, o GIFE divulga que atualmente seus associados investem em torno de R\$1 bilhão por ano em diversos projetos no Brasil. Dessa forma, podemos observar que os associados do GIFE investem aproximadamente 2,5% de toda representação do terceiro setor no PIB em 2008.

Adicionalmente, em 2005 a FGV – Fundação Getúlio Vargas divulgou a segregação em percentual das origens de recursos de uma amostra do terceiro setor, assim demonstrada:

Fonte de Recurso	%	PIB - R\$
(*)Doação pessoa jurídica	29,6	12,0
Doação pessoa física	13,8	5,6
Associados	10,4	4,2
Eventos	9,9	4,0
Geração de renda (venda de produtos e serviços)	9,1	3,7
Campanhas	8,1	3,3
(*)Convênios e subvenções governamentais	6,7	2,7
(*)Convênios e subvenções de empresas	2,7	1,1
Aplicações financeiras	2,4	1,0
(*)Doação de organizações filantrópicas	2,4	1,0
(*)Doação de organizações internacionais	1,9	0,8
Outros	1,7	0,7
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (aluguel)	1,3	0,5
TOTAL	100,0	40,6

Tabela 3: Fonte de Recursos das entidades brasileiras do terceiro setor combinada com o PIB brasileiro de 2008.

Fonte: Adaptação a partir de FGV – Mapa do Terceiro Setor (2005)

Analisando os dados e se excluirmos os recursos provenientes das próprias atividades e dos associados das entidades do terceiro setor, obtemos uma aproximação

⁵ IBGE 2009 - Contas _acionais Trimestrais-Indicadores de Volume e Valores - http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php Acesso em 10/07/2009.

do universo inicial a ser pesquisado: empresas, governo, organizações internacionais e as *grantmakers*.

São as fontes: as provenientes de doação de pessoas jurídicas, convênios e subvenções do governo e empresas e doações de organizações filantrópicas e organizações do terceiro setor. Essas fontes representam 43,3% de todas as fontes de financiamento demonstradas.

Analisando as fontes não próprias de recursos, é natural salientar que as provenientes de financiamento externo podem incidir a cobrança de prestação de contas. Contudo, as fontes externas de recursos, não próprias tornam-se foco dessa pesquisa.

E, comparando com o PIB, a análise sobre esse conglomerado de financiadores de projetos sociais evidencia que dos R\$17,6bi, 80,1% são empresas e entidades sem fins lucrativos, sendo o foco principal da amostragem.

Fontes de Recursos	%	R\$
Governo	15,3%	2,7
Empresas e entidades sem fins lucrativos	80,1%	14,1
Organismos Internacionais	4,5%	0,8
Total	100,0%	17,6

Tabela 4: Conglomerado das principais fontes de receita.
Fonte: Elaboração própria a partir de FGV – Mapa do Terceiro Setor (2005)

Analisando esses percentuais, os associados do GIFE são responsáveis por 7,1% dos investimentos provenientes de empresas e entidades sem fins lucrativos.

Em suma, consideramos como população (inquirida) os 43,3% do PIB nacional (R\$17,6bi), referentes às fontes de financiamento do terceiro setor para então fazermos a amostra, na qual os associados do GIFE parecem adequados para compô-la porque sozinhos representam em torno de 5,7% da população observada e 7,1% de todo grupo de empresas e entidades sem fins lucrativos.

Outro ponto positivo para considerar os associados do GIFE na pesquisa, é que este grupo divulga em seu sítio eletrônico as informações a respeito de quais entidades

financiam projetos sociais, facilitando assim a coleta de dados. Dentre os associados ao GIFE, financiadores de projetos, existem empresas e *grantmakers*.

Segundo Falconer e Vilela (2001, p.5) o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas:

“é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega instituições de origem privada que, de forma voluntária e sistemática, investem recursos privados – humanos, técnicos e financeiros – em projetos sociais.”

Ademais, a outra parcela da amostra será composta por organismos internacionais que gerenciam recursos internacionais e financiam projetos no Brasil. Além dessas organizações, algumas empresas não associadas ao GIFE com destaque nacional são encaixadas na amostra, pois representam parte das diversas empresas brasileiras, mas com uma diferença significativa, essas por sua vez declaram ser financiadoras de projetos sociais espontaneamente em seus sítios eletrônicos, além de fazer propagandas em jornais impressos, revistas e televisão sobre a sua disponibilidade para financiar projetos sociais. Ou seja, buscam demonstrar que são financiadoras de projetos sociais.

Quanto à esfera governo como fonte de recursos corresponde a União, Estados e Municípios observamos que o Governo Federal em sua grande maioria foi excluído da pesquisa em função da dificuldade em coletar informações a respeito de quais órgãos e quais programas são passíveis de fazer convênios com as entidades sem fins lucrativos; uma vez que sua grande parte é direcionada a financiar projetos de Estados e Municípios brasileiros e não de entidades privadas.

Um exemplo é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que financia projetos de outras esferas do governo (Estados e Municípios) e não demonstra a existência de convênios com entidades do terceiro setor. Essas informações foram obtidas no próprio sítio eletrônico do Ministério.⁶

A parte de Estados e Municípios também foi desconsiderada porque o tempo desperdido e os recursos financeiros para coletar dados em 26 órgãos de Estados e em

⁶ <www.mds.gov.br> Acesso em: 10 de mai. de 2009.

mais de 5mil Municípios são maiores que focar o Governo Federal, o qual já foi descartado pelo motivo citado anteriormente.

As exceções dos recursos federais que não foram excluídas da pesquisa referem-se aos projetos aprovados pela FINEP - Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, que é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que financia projetos de entidades privadas sem fins lucrativos e pelo SEBRAE que também patrocina projetos sociais, porém focando o empreendedorismo e a competitividade das empresas brasileiras.

Os financiamentos não-reembolsáveis pelo FINEP são feitos com recursos do FNDCT, atualmente formado preponderantemente pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Eles são destinados a instituições sem fins lucrativos, em programas e áreas determinadas pelos comitês gestores dos Fundos. As propostas de financiamento devem ser apresentadas em resposta a chamadas públicas.⁷

A origem dos recursos do SEBRAE é o recolhimento compulsório do percentual de 0,3% e 0,6% sobre a folha de pagamento de todas as empresas brasileiras.

Nesses termos, a amostra é formada por entidades financiadoras de projetos cadastradas no GIFE⁸, instituições que utilizam recursos do Governo Federal, organismos internacionais em geral, localizados em Brasília/DF e entidades (empresas, associações e fundações) privadas e de economia mista que financiam projetos sociais.

Descrição	Público Alvo
Associados ao GIFE	69
Governo	2
Org. Internacionais	5
Outras entidades privadas e de capital misto	6
Total	82

Tabela 5: Subdivisões da população.
Fonte: Elaboração própria.

⁷ <www.finep.gov.br> Acesso em: 10 de mai. de 2009.

⁸ Os associados GIFE podem ser observados no sítio eletrônico www.gife.org.br, são todos aqueles que financiam projetos sociais. Entretanto devido ao sigilo das respostas, os pesquisados não foram divulgados nesse trabalho.

Considerando que não há dados suficientes para enviar o questionário a toda a amostra, pois 24 entidades associadas ao GIFE não tiveram seus dados localizados, mesmo após um levantamento na internet e via telefone não foram obtidos os e-mails dos responsáveis para responder sobre financiamento de projetos sociais.

Essa quantidade significativa, apesar do GIFE ser uma instituição relevante para o terceiro setor brasileiro, demonstrou que seus dados podem estar desatualizados quando a pesquisa foi realizada, uma vez que a pesquisa coletou os dados do sítio eletrônico dessa entidade e ao procurar as entidades ali cadastradas não as encontrou por telefone ou por e-mail, sendo que uma delas foi feito o contato, por deixou de existir.

Diante dessa limitação, a pesquisa prosseguiu com o envio do questionário para 65 entidades. Entretanto, pela facilidade de acesso, outras três pessoas de um organismo internacional e mais três de uma entidade sem fins lucrativos receberam o questionário.

Parte das demais entidades pesquisadas respondeu por e-mail ou por telefone que bastaria a respostas de um dos profissionais, porque a resposta tem caráter institucional e não pessoal.

Uma das duas unidades pesquisadas da Organização das Nações Unidas atuante no Brasil disse não ter tempo para responder o questionário na internet e perguntou do que se tratava por telefone, então o pesquisador informou as questões e o pesquisado respondeu que todas as informações questionadas são úteis. Apesar desse fato, esse item não foi considerado como respondido para não gerar dúvidas sobre a validade das respostas.

	Não enviados	Enviados	Amostra Total	Respondidos	% Respostas
Org Internacionais		8	8	5	62,5%
Empresas Privadas		7	7	1	14,3%
Fundações/Institutos		47	47	20	42,6%
Governo/Estatal		3	3	1	33,3%
Subtotal		65	65	27	41,5%
Não enviados	24		24		
Total	24	65	89	27	30,3%

Tabela 6: Demonstrativo de aplicação e respostas do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Nessas condições o questionário foi entregue via e-mail aos pesquisados, obtendo um total de 27 respostas, 41,5% dos enviados e 30,3% da amostra total.

Em geral, a maior quantidade de enviados e respondidos foi pelas Fundações e Institutos que correspondem à participação de entidades do Terceiro Setor, criadas pelas por empresas privadas que têm a intenção de usufruir de incentivos tributários com as doações e serem consideradas como responsáveis socialmente.

A quantidade de apenas um respondente de sete enviados para empresas privadas pode significar maior desinteresse das empresas para pesquisas acadêmicas no Brasil. Fator limitativo encontrado em outros estudos dessa e de outras áreas.

3.2.2 Aplicação do Questionário

A aplicação do questionário foi considerada indispensável em função do objetivo da pesquisa em analisar a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, através da coleta de informações sobre a tomada de decisão de alguns gestores. A aplicação do questionário considerou o período compreendido do dia 30 de abril a 31 de julho de 2009.

Ao início da pesquisa, o pré-teste do questionário foi realizado com dois profissionais que apresentam as mesmas características da população-alvo incluída na pesquisa.

A validação do questionário necessita do pré-teste (RICHARDSON, 1999, p. 202). “A finalidade do pré-teste é evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimentos ao informante, exaustão etc.” (GIL, 1999, p. 137).

O questionário foi apresentado a 2 pessoas responsáveis por participar da decisão sobre a concessão de recursos num organismo internacional, os quais avaliaram o questionário e apresentaram suas críticas através de e-mail, alegando falta de tempo para entrevista presencial.

Esse critério é uma maneira de validar a pesquisa e é conhecido pela expressão *Opinião de um júri* devido ao fato de justamente confirmar a partir da opinião de um grupo de pessoas tidas como especialistas na área pesquisada. (GIL, 1999).

O pré-teste analisou as críticas dos entrevistados quanto à abrangência do conteúdo, o tempo de resposta e a importância do assunto. Nesse sentido, os respondentes, através de suas críticas por e-mail, sugeriram acréscimo de itens que deixariam o questionário com aproximadamente 20 questões, pois foi sugerido aproveitar essa aplicação de questionário para conhecer mais sobre o terceiro setor.

Analisando as sugestões, ficou decidido manter o mesmo questionário na forma inicial testada. Primeiro em função do tempo de respostas que desde o pré-teste com os próprios respondentes era escasso. Segundo porque o fato de conhecer além do que está no questionário poderia extrapolar o objetivo pesquisado, desvirtuando o foco da pesquisa.

Quanto à relevância do tema, a pesquisa foi parabenizada pelos respondentes do pré-teste. Um dos respondentes pretende participar de um aprofundamento do assunto e construir um documento que possa mapear doadores e entidades beneficiárias.

Em função do tempo escasso dos respondentes observado no pré-teste, o questionário não solicitou dados cadastrais do respondente além do e-mail, possibilitando reduzir a quantidade de texto a ser preenchida e então menor tempo para responder, supondo uma maior quantidade de respostas.

Considerando que a pesquisa é direcionada a um grupo ainda pequeno no Brasil, comparado aos Estados Unidos da América, a estratégia de pesquisa considerou os dados cadastrais pouco relevantes, exceto ao menos o e-mail do respondente para controle das pesquisas que foram enviadas. Assim, analisando o custo benefício de acrescentar outros dados cadastrais, foi mantido apenas o e-mail.

Adicionalmente, para verificar a confiabilidade do questionário é interessante fazer teste estatístico comparando a dispersão entre as respostas (RICHARDSON, 1999), neste caso entre as frequências.

Isso se refere à aplicação do mesmo teste mais de uma vez e encontrar resultados com pouca dispersão entre as diversas aplicações, assim quanto menor é a dispersão entre as respostas, maior é a confiabilidade, pois uma menor variabilidade indica uma maior precisão.

O questionário teve como função medir a utilidade de informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários para os financiadores de projetos sociais. Essa finalidade está alinhada com o que Richardson (1999) descreve como uma das funções de um questionário.

Em geral as perguntas são fechadas e apenas uma semi-aberta. A finalidade das perguntas fechadas é que o gestor responda, de forma clara e objetiva, se eles como doadores de recursos percebem essas informações como úteis e com qual frequência tais informações são divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos captadoras de recursos.

A existência desses dois tipos de perguntas é porque a informação pode ser útil, mas a falta de utilização pode ser um problema relacionado à divulgação de informações por parte das entidades beneficiadas com as doações, algo direcionado ao segundo objetivo específico dessa pesquisa.

A pesquisa qualitativa utilizando questionários requer a existência de teste para sua validação. Segundo Gil (1999), a confecção do questionário seguiu a linha do teste verbal, que começa pela apresentação de palavras como estímulos e, então solicitam associações.

Dessa maneira, no questionário foi feita uma descrição do objetivo e definição dos conceitos sobre as informações solicitadas, expondo questões ao pesquisado, as quais permitem associações de palavras, ponto no qual pode ser verificada a existência de procedimentos anormais.

Isso ocorre quando certo número de palavras é apresentado à determinada pessoa (GIL, 1999). Nesse caso a relação de itens para serem respondidos foi apresentada, assim o pesquisado pode responder que a informação é “Útil” ou qualificá-la no nível inferior ou superior a essa qualidade de determinado tipo de informação.

Contudo, o item “Útil” é considerado um referencial não anormal, neutro dentre as alternativas de respostas, já que está fundamentado pela pesquisa empírica de Trussel e Parsons (2008). Os demais itens podem ser considerados como uma tendência anormal para mais ou para menos, de forma que seja possível analisar qualitativamente a opinião dos doadores.

É certo que na ordenação dos itens de resposta podemos observar se as informações são úteis de fato, mas não é possível obter uma magnitude precisa que evidencie a utilidade em números (ex.: uma determinada informação possui um grau de 3,22 de utilidade).

Tal informação também não é fundamental para o objetivo da pesquisa, porque o objetivo é verificar se a percepção realmente está direcionada para que os fatores questionados sejam úteis (escala nominal) e não qual a média de utilidade (escala ordinal).

Em função da não atribuição numérica aos itens de resposta, os testes estatísticos que utilizam a média em seus cálculos não devem ser utilizados, pois segundo Hill e Hill (2008), não é razoável calcular um valor médio com escalas de respostas nominais. Assim devem ser utilizados os testes não paramétricos.

Nesse contexto, a presente pesquisa inicia-se questionando o estudo de Trussel e Parsons (2008), os quais identificaram que o montante de doações é influenciado por quatro fatores aqui estudados e que esses fatores ou informações são importantes para a tomada de decisão de quem concederá os recursos.

A partir do estudo de Trussel e Parsons (2008) essa pesquisa aqui estudada aplicou o questionário para verificar na prática brasileira se tais informações são efetivamente úteis conforme afirma a pesquisa desses autores.

Considerando a representatividade da amostra de doadores e financiadores de projetos sociais no Brasil sobre toda a população alvo e após o pré-teste, onde não foram identificadas críticas para correções do questionário, mas apenas para expansão do mesmo, é possível aplicá-lo ao restante da população.

3.2.3 Apresentação das Questões

As questões permitem apenas uma resposta e são enviadas diretamente a um banco de dados do pesquisador. São elas:

- A **Questão 1 (Q1)** tem duas alternativas com a finalidade de identificar se o respondente apenas participa (item B) ou se efetivamente decide (item A) sobre a concessão de recursos.
- **Questão 2 (Q2)** visa conhecer quais são os relatórios utilizados pelos doadores de recursos. Dentre as alternativas foram considerados o (A) Relatório Financeiro, (B) Relatório de Atividades, (C) Ambos e (D) Outros, porém este devendo conter sua descrição.
- **Questão 3 (Q3)** está relacionada com a Q2, pois questiona sobre a frequência de uso do relatório assinalado na alternativa anterior.

As questões 4, 5, 6 e 7 são direcionadas a confirmar se são úteis as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários.

- **Questão 4 (Q4)** – Considera **Disponibilidade de Informações** como sendo a quantidade de informações disponíveis sobre a Missão da Entidade e a Situação de seus Beneficiários (Trussel; Parsons, 2004; 2008).

Questionando separadamente sobre a utilidade de informações sobre a e a frequência com que são divulgadas da utilidade e frequência de informações sobre a Situação de seus Beneficiários.

Assim a utilidade sobre a Missão da Entidade é identificada por **Q4A1**, e sua frequência de divulgação **Q4B1** e, separadamente a utilidade a respeito da Situação de seus Beneficiários é identificada pelo item **Q4A2**, e sua frequência **Q4B2**.

- **Questão 5 (Q5)** - Considerando **Eficiência** como sendo o grau com que a entidade direciona seus recursos para a missão da organização (Trussel; Parsons, 2004; 2008).

A utilidade em informações sobre a Eficiência foi coletada pela questão Q5A, e sua frequência de divulgação nos relatórios analisados por Q5B.

- **Questão 6 (Q6)** – Considerando **Estabilidade Financeira** como sendo a capacidade de uma organização em continuar operando no futuro (Trussel; Parsons, 2004; 2008).

A utilidade em informações sobre a **Estabilidade Financeira** foi coletada pela questão Q6A, e sua frequência de divulgação nos relatórios analisados por Q6B.

- **Questão 7 (Q7)** - Considerando **Reputação** como sendo a “boa imagem” devido à confiança das informações e qualidade dos serviços disponibilizados pela entidade.

A utilidade em informações sobre a **Reputação** foi coletada pela questão Q7C, e sua frequência de divulgação nos relatórios analisados por outras duas alternativas, pois segundo Trussel e Parsons (2004; 2008), a reputação é influenciada pela Qualidade dos Serviços ofertados pela entidade, assim como pela entrega de relatórios já auditados para análise do doador.

Então a frequência sobre a disponibilização de informações sobre Qualidade dos Serviços foi captada pelo item Q7A e a frequência de disponibilização dos relatórios da questão 2 já auditados pelo item Q7B.

A partir das questões aqui descritas, foram obtidas as alternativas a seguir:

As alternativas para as questões sobre utilidade dos fatores são (A) Muito pouco útil, (B) Pouco útil, (C) Útil, (D) Muito útil, (E) Bastante útil. As questões são: Q4A1, Q4A2, Q5A, Q6A e Q7C.

E, as alternativas para as questões sobre frequências de disponibilidade de informações são: (A) Nunca, (B) Raramente, (C) Às vezes, (D) Muitas vezes e (E) Sempre. As questões são: Q3, Q4B1, Q4B2, Q5B, Q6B, Q7A e Q7B.

Essas alternativas podem ser consultadas no Apêndice I.

Resp.	Q1	Q2	Q3	Q4A1	Q4A2	Q4B1	Q4B2	Q5A	Q5B	Q6A	Q6B	Q7A	Q7B	Q7C
1	A	D	D	C	C	D	D	E	C	E	E	E	E	E
2	A	C	E	C	C	D	D	E	B	E	B	B	C	E
3	A	D	E	D	D	B	C	E	C	E	C	C	B	E
4	A	D	E	D	C	C	B	D	C	D	B	E	B	E
5	A	D	E	D	D	D	D	E	C	E	B	C	A	E
6	B	C	E	D	D	B	C	E	B	E	B	D	B	E
7	B	C	E	D	D	D	D	D	E	D	E	E	E	D
8	A	D	E	D	D	D	D	E	E	E	E	E	E	E
9	A	B	E	D	D	D	D	E	D	E	D	D	C	E
10	A	C	C	C	D	D	B	E	B	E	B	A	A	E
11	A	C	E	D	D	D	D	D	D	C	D	D	D	E
12	B	C	E	D	D	D	D	D	C	E	C	C	B	E
13	A	D	E	D	D	D	D	E	A	E	C	C	B	E
14	A	B	D	C	D	D	D	C	C	C	C	C	C	C
15	A	C	E	D	D	D	D	E	E	E	E	D	B	D
16	A	D	E	D	D	D	D	E	E	E	E	D	A	E
17	A	C	E	D	D	D	D	E	C	E	C	D	B	E
18	A	D	E	D	D	D	D	D	C	E	C	C	B	D
19	B	C	E	D	D	C	C	E	E	E	E	D	E	E
20	A	B	E	A	D	D	C	D	C	D	D	D	D	D
21	A	C	E	D	D	D	D	E	D	E	C	C	C	D
22	B	B	E	D	D	C	C	E	C	D	A	C	A	E
23	A	B	D	D	D	D	D	E	D	D	C	D	B	E
24	A	D	E	C	C	B	B	C	B	D	B	C	C	C
25	A	D	D	D	D	B	C	E	B	D	B	D	D	E
26	A	C	E	D	D	D	D	D	D	C	C	D	E	D
27	A	D	E	D	D	D	C	E	B	E	B	B	B	E

Quadro 3- Respostas obtidas com aplicação do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

3.2.4 Análise dos Resultados

A análise dos dados nesse trabalho inicia-se pela distribuição de freqüências que, segundo Stevenson (1981, p.33), “é um grupamento de dados em classes, exibindo o número ou percentagem de observações em cada classe”.

De acordo com o objetivo principal em analisar a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, a pesquisa busca confrontar seus resultados com a afirmação de Trussel e Parsons (2008) a respeito da utilidade dessas informações.

Da maneira como foi questionado aos pesquisados, as alternativas para respostas sobre a utilidade das informações permitem a divisão das respostas em dois grupos, aqueles que consideram a informação pelo menos útil e aqueles que a classificam num patamar menor que útil.

As questões a serem respondidas sobre utilidade das informações não consideraram nomes extremamente fortes, pois segundo Hill e Hill (2008) é aconselhável evitar questões com itens de respostas dessa forma.

Entretanto, evitando respostas negativas, é possível também forçar o respondente que considera a informação como nada útil ou inútil a marcar o item muito pouco útil, assim esse item torna-se ambíguo.

Porém, a pesquisa pretende verificar se a afirmação por Trussel e Parsons (2008) é verdadeira, dessa maneira é esperado como resultado que se os itens do questionário sobre a utilidade das informações evidenciam uma informação realmente útil, ou seja, esse item será a avaliação mínima marcada pelos respondentes sobre a utilidade das respectivas informações. Ou seja, respostas inferiores a “útil” podem colocar em dúvida a afirmação desses autores.

A aplicação do questionário não tem a finalidade de encontrar um valor numérico para a utilidade das informações questionadas, pois o critério utilidade talvez não deva ser expresso em números, mas nominalmente refletir como o respondente classifica a informação questionada, seja ao menos útil e, talvez mais ou menos que útil.

Para a realização dos testes estatísticos foi utilizado o software de estatística SPSS 17.0 e para trabalhar as planilhas eletrônicas em algumas ocasiões o Excel 2007.

Questão 1

A primeira pergunta objetivou dividir os tipos de respondentes entre aqueles que participam da decisão de conceder recursos e aqueles que efetivamente decidem sobre tal concessão.

Durante a pesquisa, todas as instituições afirmaram que suas respostas não têm características individuais. Dessa forma, em geral, apenas um respondente é suficiente para preencher o questionário porque sua resposta representa o pensamento da equipe. Assim as respostas podem ser consideradas institucionais e não individuais.

Nesse contexto, é considerado também que as respostas tendem a um consenso, uma normalidade. E, diante disso, analisando as respostas verificamos a existência de 5 respondentes que efetivamente decidem sobre a concessão de recursos e os demais 22 apenas participam dessas decisões.

Com isso, é possível comparar os dois grupos e testar se as respostas de ambos são distintas estatisticamente, ou se fazem parte de uma mesma linha de raciocínio, um mesmo grupo.

Isso é feito através de técnicas não paramétricas que permitem testar o agrupamento de variáveis nominais, verificando então se fazem parte do mesmo grupo a partir da dispersão.

Assim, duas frequências são consideradas:

p_{dec} = proporção das respostas de quem decide

p_{part} = proporção das respostas de quem participa da decisão

Hipótese nula: as respostas fazem parte de um mesmo grupo e não possuem diferença estatística

$H_0: p_{dec} = p_{part}$

Hipótese alternativa: as respostas não fazem parte de um mesmo grupo, pois possuem diferença estatística

$H_1: p_{dec} \neq p_{part}$

Teste Kruskal Wallis com X^2 e p -value calculados.

Test Statistics ^{a,b}							
	Q2	Q3	Q4A1	Q4A2	Q4B1	Q4B2	Q5A
Chi-Square	2,398	1,334	1,674	1,028	2,776	,644	,035
df	1	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,122	,248	,196	,311	,096	,422	,851

Test Statistics ^{a,b}						
	Q5B	Q6A	Q6B	Q7A	Q7B	Q7C
Chi-Square	,379	,005	,001	,245	,009	,342
df	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,538	,942	,974	,620	,923	,559

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Q1

Tabela 7: Resultado do Teste de Kruskal Wallis para questão 1.

Fonte: Elaboração própria.

Analisando o qui-quadrado (X^2) para 1 grau de liberdade e $\alpha = 0,05$, temos o X^2 tabelado de 3,841. Admitindo-o como valor crítico, é possível comparar com o X^2 calculado.

Ao comparar é encontrado que nenhuma das questões testadas possui o X^2 calculado maior que X^2 tabelado. Nesse sentido deve-se aceitar a hipótese nula.

Uma afirmação mais categórica pode ser feita através da observação do *p-value*, o qual esse também confirma a aceitação da hipótese nula, pois para todas as questões a significância está acima de 0,05.

O resultado desse teste, analisando cada questão e a frequência de suas respostas, permite afirmar que não há diferença estatística entre os dois grupos, ou seja, as respostas dadas por aqueles que decidem sobre a concessão de recursos é estatisticamente igual às respostas daqueles que apenas participam das decisões.

Com isso, as respostas representam um consenso entre diversas entidades financiadoras, independente dos seus respondentes serem apenas participantes ou os próprios responsáveis pela decisão final; compõem um mesmo grupo.

Questão 2

A segunda questão teve como objetivo verificar quais são os relatórios utilizados para avaliação das entidades sem fins lucrativos que captam recursos.

Essa questão pode ser comparada com as questões sobre frequência de uso das respectivas informações questionadas, buscando conhecer em que tipo de Relatório as informações financeiras são divulgadas.

Através das respostas obtidas, verificamos que 5 doadores utilizam o Relatório de Atividades, 11 utilizam tanto o Relatório Financeiro quanto de Atividades e outros 11 responderam utilizar outros instrumentos.

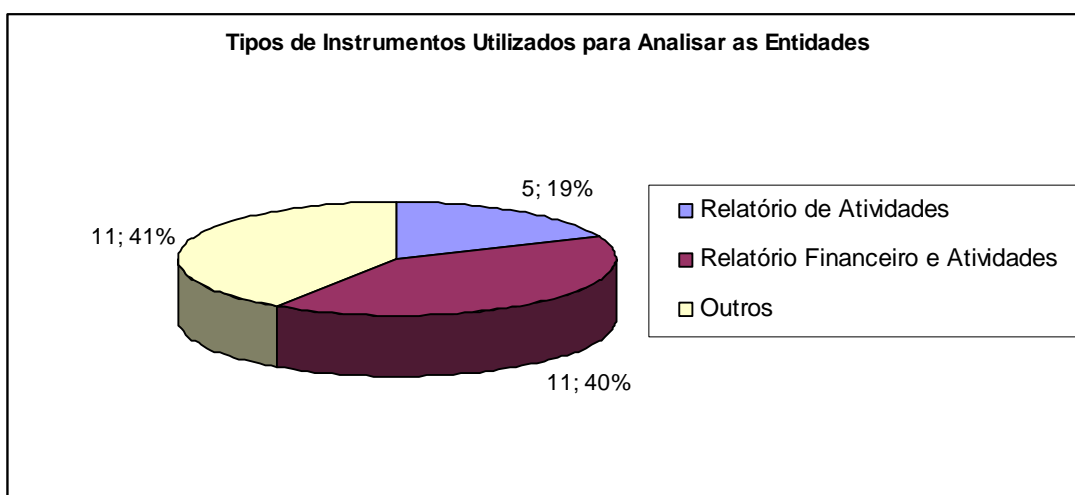


Gráfico 1: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades.

Fonte: Elaboração própria.

Ao desmembrar a respostas Outros, foi verificado que 5 (23%) utilizam o Projeto Técnico/Financeiro, outros 5 (22%) o Relatório Financeiro e 4 (18%) o Relatório de Atividades.

As demais descrevem que seus instrumentos para analisar as instituições é o próprio cadastro ou um cadastro prévio em determinado órgão do governo (9%),

Especificações das Parcerias já existentes (5%), o Histórico de Atuação (9%) e visita às entidades captadoras (14%).

Os dados demonstrados a seguir não são mutuamente excludentes, ou seja, a divisão significa que o respondente que descreveu Relatório Financeiro também pode ter descrito Visita a Instituição ou outro qualquer tipo de instrumento utilizado.

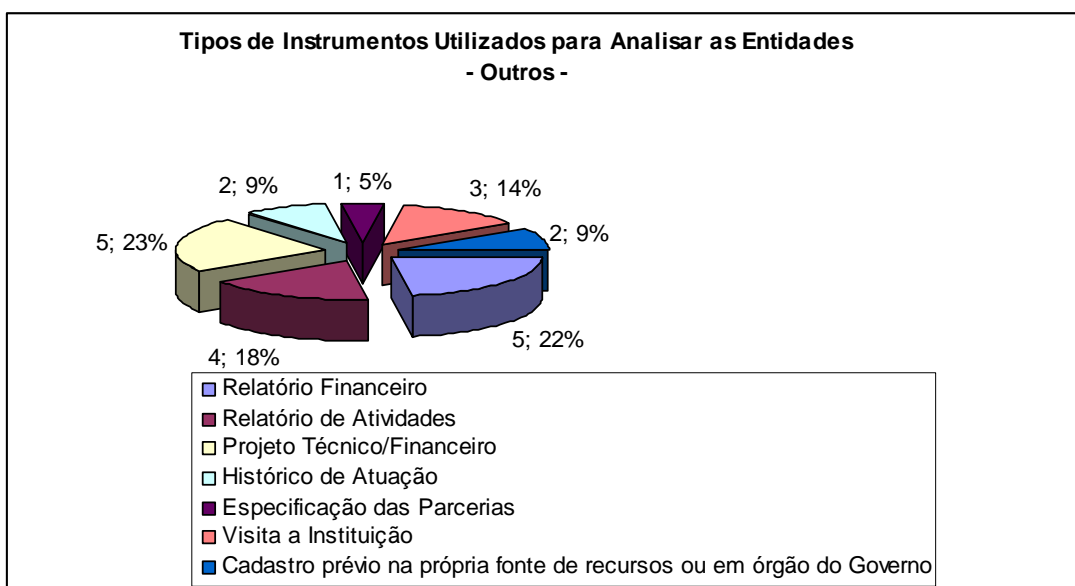


Gráfico 2: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades – Subdivisão Outros.
Fonte: Elaboração própria.

Considerando que ao responder a questão o pesquisado somente poderia marcar uma das alternativas, em alguns casos o respondente selecionou a opção outros e descreveu que o Relatório Financeiro e o de Atividades eram utilizados, porém complementado com outros que também foram descritos anteriormente.

Ao agrupar aqueles que selecionaram apenas o Relatório de Atividades (5) ou Relatório de Atividades e Financeiro (11) ao grupo Outros obtivemos o resultado a seguir:

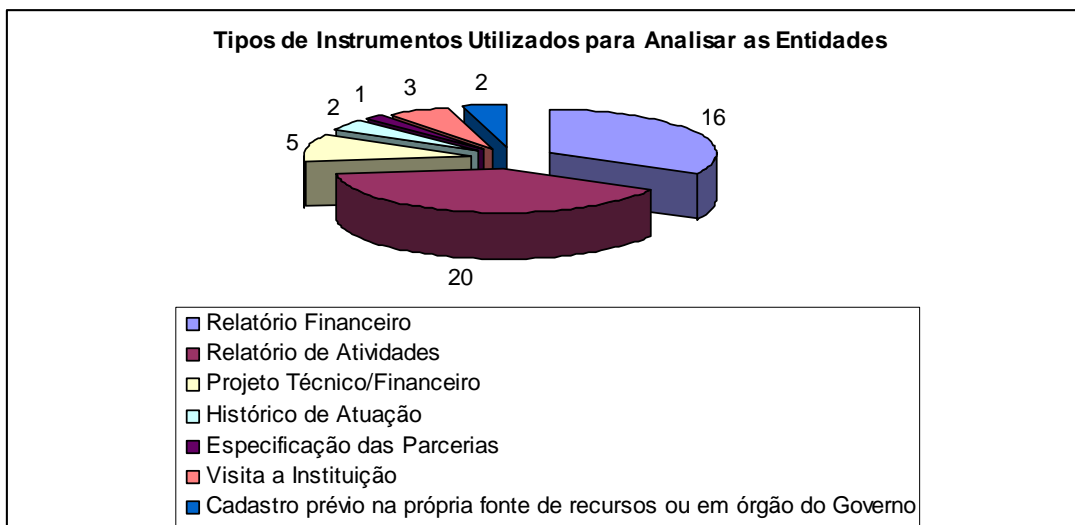


Gráfico 3: Tipos de instrumentos utilizados para analisar as entidades – Visão Geral.
Fonte: Elaboração própria.

As respostas demonstradas não são mutuamente excludentes, ou seja, se um determinado respondente utiliza A, não significa que ele não possa utiliza B, pode ser que utilize os dois.

É observado que 20 respondentes utilizam o Relatório de Atividades e que 16 utilizam o Relatório Financeiro. Isso equivale, respectivamente, a 74,1% e 59,3% frente as 27 respostas obtidas. Além desses, outros 5 pesquisados (18,52% de 27 respostas) utilizam o Projeto Técnico/Financeiro.

Adicionalmente, 15 respondentes utilizam os dois relatórios (Financeiro e de Atividades). Somente 1 pesquisado utiliza apenas o Financeiro e 5 utilizam apenas o Relatório de Atividades. E, 20 pesquisados responderam que utilizam pelo menos um dos dois.

E, aqueles que utilizam apenas do Relatório Financeiro ou de Atividades não exigem nenhum dos outros instrumentos para análise das entidades.

Considerando que 15 pesquisados utilizam tanto o Relatório de Atividades quanto o Financeiro, restam 12 respondentes, dos quais 6 não utilizam nenhum dos

dois e outros 6 utilizam um dos dois, sendo que apenas 1 desses 6 utiliza apenas o Relatório Financeiro.

Em percentuais, sobre os 27 respondentes, 3,7% utilizam apenas o Relatório Financeiro e 18,5% apenas o Relatório de Atividades.

Ao todo, 36 vezes foi à quantidade que os Relatórios de Atividade ou Financeiro foram citados como usuais. Dessas, em 20 oportunidades o Relatório de Atividades foi escolhido e em 16, independente da primeira, o Relatório Financeiro foi escolhido.

Frequência – Relatórios			
	Observed N	Expected N	Residual
1- Atividades	20	18,0	2,0
2 - Financeiro	16	18,0	-2,0
Total	36		

Tabela 8: Frequência de uso dos Relatórios de Atividades e Financeiro.
Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Estatisticamente é possível verificar se as frequências são diferentes. Para isso consideramos as seguintes hipóteses:

p_{RA} = proporção dos Relatórios de Atividades

p_{RF} = proporção dos Relatórios Financeiros

Hipótese nula: as respostas fazem parte de um mesmo grupo e não possuem diferença estatística

$$H_0: p_{RA} = p_{RF}$$

Hipótese alternativa: as respostas não fazem parte de um mesmo grupo, pois possuem diferença estatística

$$H_1: p_{RA} \neq p_{RF}$$

Observando os cálculos do χ^2 e do p -value encontramos a respostas para o teste de hipóteses. Nessa situação, o χ^2 tabelado de 3,841, com 1 grau de liberdade e com nível de confiança de 95%. Considerando que o χ^2 calculado (0,444) é menor que o χ^2 tabelado, e que o p -value está acima do nível extremo de significância, aceitamos a hipótese nula, afirmando que estatisticamente, a proporção de uso dos Relatórios de Atividades não é diferente do uso dos Relatórios Financeiros.

Test Statistics	
	Relatórios
Chi-Square	,444 ^a
Df	1
Asymp. Sig.	,505

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 18,0.

Tabela 9: Qui-quadrado sobre a freqüência de uso dos Relatórios de Atividades e Financeiro.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Contudo, há evidencia de que a freqüência de utilização do Relatório Financeiro é igual ao do Relatório de Atividades.

Comparando com a pesquisa de Khumawala e Gordon (1997), onde há evidencia de que a informação não financeira é mais útil que a financeira, na realidade brasileira foi verificado que apesar de mais útil conforme demonstrado por esses autores, no Brasil o Relatório de Atividades é utilizado tão quanto o Relatório Financeiro para avaliar uma entidade sem fins lucrativos.

Ao analisar a percepção dos doadores verificamos a existência de uma contribuição adicional para demonstrar às entidades sem fins lucrativos que tanto o Relatório de Atividades quanto o Financeiro são usuais na mesma freqüência e, que ao prestar contas ou divulgar suas informações deve considerar prioritária a qualidade das informações de ambos, sem distinção, exceto em casos peculiares exigidos pelo doador.

Questão 3

A terceira questão é sobre a frequência com que os doadores utilizam o tipo de instrumento especificado na questão anterior. As opções de respostas são: a) Nunca; b) Raramente; c) Às Vezes; d) Muitas Vezes; e) Sempre.

De todos os pesquisados, 22 (81,5%) responderam que Sempre utilizam os instrumentos da questão 2, outros 4 (14,8%) responderam Muitas Vezes e apenas 1 (3,7%) marcou Às Vezes.

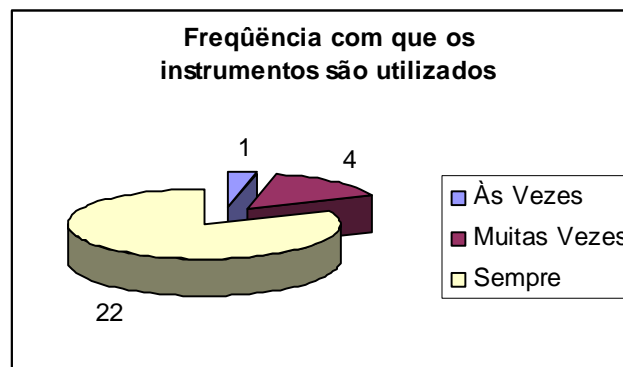


Gráfico 4: Frequência com que os instrumentos são utilizados.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

É interessante observar que nenhum dos pesquisados marcou as opções Nunca ou Raramente, o que tende a reforçar o fato dos respondentes efetivamente utilizarem esses instrumentos e não apenas expressar suas opiniões sobre a utilidade dos mesmos, assim como demonstrarem que na prática tem *expertise* para responder às demais questões. Além disso, é observado que todos os instrumentos tiveram a resposta Sempre assinalada, no caso do Relatório Financeiro tem-se três casos, no Relatório de Atividades, dez casos e nos Outros instrumentos nove são os casos.

Questão 2	Questão 3	Total
Rel. Financeiro	Muitas Vezes	2
	Sempre	3
Rel. Atividades	Às Vezes	1
	Sempre	10
Outros	Muitas Vezes	2
	Sempre	9
Total geral		27

Tabela 10: Comparativo entre as respostas da Questão 2 versus Questão 3.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando que Sempre é uma alternativa de resposta e significa todas as vezes, sem exceção. E, fazendo uma analogia à prática de que as entidades são analisadas Sempre mediante a presença desses instrumentos, pretendemos agora testar se existe diferença significativa entre a alternativa Sempre e as Demais alternativas; ou seja, saber se estatisticamente o grupo como um todo de pesquisados respondeu Sempre ou se há diferença com as demais respostas.

Hipótese Nula $H_0: p_{\text{Sempre}} = p_{\text{Demais}}$

Hipótese Alternativa $H_1: p_{\text{Sempre}} \neq p_{\text{Demais}}$

Inicialmente é observado que a freqüência da resposta Sempre, com 22 ocorrências é maior que a marcação das Demais alternativas, com 5.

Q3 - Frequencies			
	Observed N	Expected N	Residual
1 – Demais	5	13,5	-8,5
2 – Sempre	22	13,5	8,5
Total	27		

Tabela 11: Freqüência de respostas da Questão 3 – agrupamento das respostas na alternativa “Sempre”.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS.

Ao analisar o qui-quadrado para saber se há discrepância entre responder Sempre ou outra alternativa, encontramos o $p\text{-value} = 0,001$, com um intervalo de confiança de 95%, significando que a hipótese nula deve ser rejeitada, assim, não há evidência suficiente para afirmar que as **Demais** respostas significam a mesma coisa que **Sempre**.

Contudo, os respondentes, de um modo geral, considerando a frequência maior estão dizendo “Sempre”. Assim, é possível afirmar que todas as respostas significam, de fato, “Sempre”, apesar das respostas assinaladas nas demais alternativas.

Test Statistics	
	Q3
Chi-Square	10,704 ^a
Df	1
Asymp. Sig.	,001

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 13,5.

Tabela 12: Qui-quadrado sobre a frequência de respostas da Questão 3 – agrupamento das respostas na alternativa “Sempre”.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS.

Dessa maneira, todos os pesquisados utilizam “Sempre” os relatórios, apesar de alguns utilizarem às vezes ou muitas vezes.

Contudo, apesar de constatado que ao menos às vezes os respondentes utilizam os relatórios, existe um conhecimento prático em analisar relatórios, pois nenhuma resposta foi nunca ou raramente.

O resultado aqui encontrado também é uma contribuição adicional à pesquisa, permitindo verificar de fato que os pesquisados estão respondendo a respeito de algo que utilizam com frequência, demonstrando que os mesmos têm experiência prática para responder sobre os assuntos questionados.

Utilidade das Informações (Questões 4, 5, 6 e 7)

De acordo com Trussel e Parsons (2008), Disponibilidade de Informações refere-se à quantidade de informações disponíveis sobre a Missão da Entidade e a Situação de seus Beneficiários. Eficiência é o grau com que a entidade direciona seus recursos para a missão da organização. Estabilidade Financeira é a capacidade de uma organização em continuar operando no futuro. E, Reputação é a “boa imagem” devido à confiança das informações e qualidade dos serviços disponibilizados pela entidade.

Os mesmos autores, a partir de uma pesquisa empírica encontraram que a Disponibilidade de Informações, a Eficiência, a Estabilidade e a Reputação são fatores que afetam o montante de doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos.

Diante disso, as questões 4, 5, 6 e 7 do questionário aqui aplicado são uma alternativa de captação da realidade brasileira a respeito do assunto divulgado por esses autores, ou seja, um conjunto de questões para captar a percepção dos doadores responsáveis por financiar projetos sociais no Brasil.

Em suma, essas questões buscam identificar se efetivamente tais fatores são úteis aos doadores de recursos que investem em projetos sociais no Brasil. São questões a respeito da utilidade desses fatores e sobre a frequência que são disponibilizados nos Relatórios das entidades captadoras.

Para essas questões é interessante analisar se a informação é útil e se a mesma é disponibilizada com frequência. Caso seja útil, porém não disponibilizada pelas entidades, essas estão perdendo uma oportunidade de fornecer informações úteis àqueles que financiam seus projetos.

Visando testar se as informações são consideradas úteis é necessário estabelecer as seguintes hipóteses:

H0 = As informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são úteis aos doadores de recursos no Brasil.

H1 = As informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários NÃO são úteis aos doadores de recursos no Brasil.

Hipótese Nula H0: $p_{\text{não úteis}} = p_{\text{úteis}}$

Hipótese Alternativa H1: $p_{\text{não úteis}} \neq p_{\text{úteis}}$

Dessa maneira o teste estatístico foi realizado admitindo que as alternativas inferiores a alternativa Útil são respostas que consideram o fator como não útil e que a alternativa Útil ou alternativa superior os respondentes consideram o fator como útil.

Utilizamos o qui-quadrado para verificar se as respostas consideram as informações pesquisadas como ao menos úteis. Antes de realizar esse teste, dividimos as 5 alternativas passíveis de respostas em apenas dois grupos. Para as alternativas Muito pouco útil e Pouco útil (grupo 1) consideramos que as informações não são nem ao menos útil para o doador de recursos. As questões Útil, Muito útil e Bastante útil (grupo 2) são consideradas ao menos útil.

Após a segregação dos dois grupos (conjuntos de respostas) o teste qui-quadrado foi efetuado, entretanto as questões sobre utilidade das informações obtiveram todas as respostas acima da alternativa “Pouco Útil”, exceto para a questão Q4A1. Assim, neste ponto é possível afirmar, exceto para a questão Q4A1 que as informações questionadas são úteis.

Dessa maneira, apenas para a Questão 4ª (Q4A) o teste foi rodado pelo software SPSS, pois os demais as respostas estão todas, sem exceção no grupo 2 (Úteis). Assim, para a Q4A temos:

Q4A1			
	Observed N	Expected N	Residual
1 – Não úteis	1	13,5	-12,5
2 - Úteis	26	13,5	12,5
Total	27		

Tabela 13: Freqüência de respostas da Questão 4A1 – agrupamento das respostas nas alternativas consideradas como “Útil”.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS.

Test Statistics	
	Q4A1
Chi-Square	23,148 ^a
Df	1
Asymp. Sig.	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 13,5.

Tabela 14: Qui-quadrado sobre a freqüência de respostas da Questão 4A1 – agrupamento das respostas nas alternativas consideradas como “Útil”.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS.

Essa questão refere-se à utilidade de informações sobre a Missão da Entidade.

Apenas 1 dos respondentes assinalou um item do grupo 1 na questão Q4A1, pois considera a informação inferior a útil, escolhendo a alternativa “Muito pouco útil”. E, diante de um *p-value* inferior a 0,05 é possível afirmar, com 95% de confiança que estatisticamente há evidência suficiente para rejeitar a hipótese nula e afirmar que essa informação não é estatisticamente significativa para ser considerada a Missão da Entidade como inferior a útil.

Quanto à análise das demais questões, é possível ser mais bem observada a seguir, onde é demonstrado um gráfico onde todos os respondentes consideram essas informações, pelo menos como úteis.

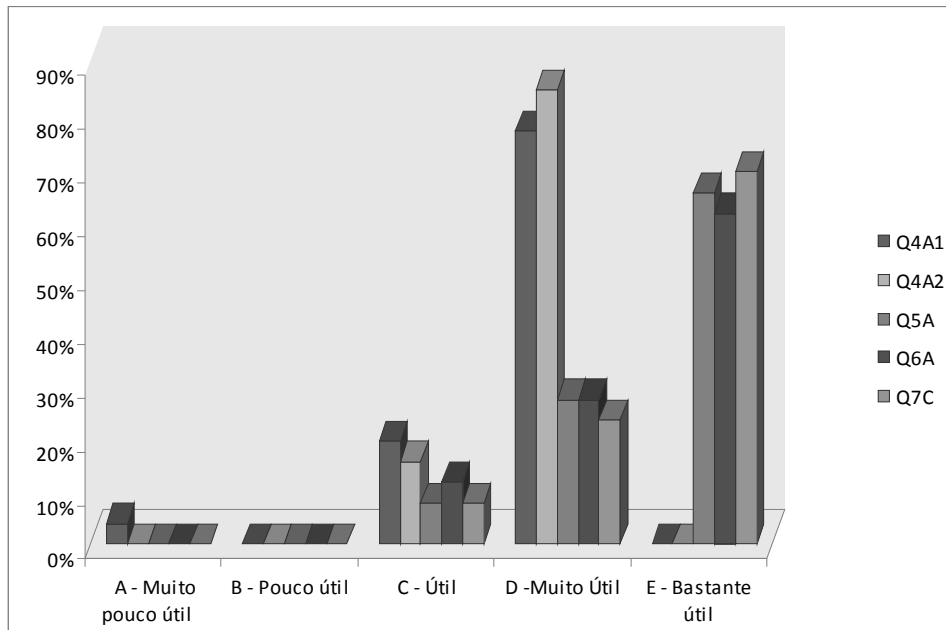


Gráfico 5: Comparativo entre as alternativas A até E das questões sobre utilidade dos quatro fatores.

Fonte: Elaboração própria.

As questões representadas no gráfico são a respeito da utilidade da:

Q4A1 – Missão da Entidade

Q4A2 – Situação dos Beneficiários

Q5A - Eficiência

Q6A – Estabilidade Financeira

Q7C - Reputação

Contudo, as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são todas, sem exceção, úteis aos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos. Afirmação que está em consonância com a pesquisa de Trussel e Parsons (2008).

Informações mais que úteis

Em função da alta frequência no grupo 2, dividimos esse grupo em outros 2 grupos para analisar uma segunda hipótese, sendo grupo 1 agora as respostas na alternativa Útil e 2 para as Mais Que Útil. Com é pretendido verificar se há diferença estatística entre os simples Úteis e aqueles Mais Que Úteis, pois a igualdade entre esses não permite afirmar que as informações são Mais Que Úteis. Ao contrário, se estatisticamente diferentes e considerando a frequência maior de respostas acima de Útil, podemos concluir que, de fato, as informações questionadas são Mais Que Úteis.

Nesse sentido, verificamos se as informações questionadas são **Mais Que Úteis**. Assim temos a seguinte hipótese:

H0 = As respostas **Mais Que Úteis** são estatisticamente iguais aquelas consideradas simplesmente úteis.

H1 = As respostas **Mais Que Úteis** não são estatisticamente iguais aquelas consideradas simplesmente úteis.

Hipótese Nula H0: $p_{\text{útil}} \geq p_{\text{mais_que_útil}}$

Hipótese Alternativa H1: $p_{\text{útil}} < p_{\text{mais_que_útil}}$

A hipótese alternativa enseja dizer que as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são **Mais Que Úteis** para os doadores de recursos no Brasil.

Para testar a hipótese, analisamos as frequências a seguir, onde é possível constatar que a maioria das respostas está no grupo em que as informações são Mais Que Úteis.

Q4A1				Q4A2			
	Observed N	Expected N	Residual		Observed N	Expected N	Residual
1-Inferior ao 2	6	13,5	-7,5	1-Inferior ao 2	4	13,5	-9,5
2-Mais que útil	21	13,5	7,5	2-Mais que útil	23	13,5	9,5
Total	27			Total	27		

Q5A				Q6A			
	Observed N	Expected N	Residual		Observed N	Expected N	Residual
1-Inferior ao 2	2	13,5	-11,5	1-Inferior ao 2	3	13,5	-10,5
2-Mais que útil	25	13,5	11,5	2-Mais que útil	24	13,5	10,5
Total	27			Total	27		

Q7C			
	Observed N	Expected N	Residual
1-Inferior ao 2	2	13,5	-11,5
2-Mais que útil	25	13,5	11,5
Total	27		

Tabela 15: Conjunto de tabelas com as frequências do agrupamento das respostas Mais que Úteis e Demais.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

A fim de comprovar essa afirmação, o X^2 calculado para cada questão é maior que X^2 tabelado (3,841) com 1 grau de liberdade e 95% de confiança. E, simultaneamente ao cálculo do X^2 , é devido observar o *p-value* abaixo de 0,05, que considerando $\alpha=0,05$ a hipótese nula é rejeitada.

	Test Statistics				
	Q4A1	Q4A2	Q5A	Q6A	Q7C
Chi-Square	8,333 ^a	13,370 ^a	19,593 ^a	16,333 ^a	19,593 ^a
df	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,004	,000	,000	,000	,000

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 13,5.

Tabela 16: Qui-quadrado sobre as frequências do agrupamento das respostas Mais que Úteis e Demais.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Entretanto, conforme demonstrando o *p-value* para todas as questões testadas, não há significância estatística para aceitar a hipótese nula, ou seja, a proporção de

respostas Úteis ou inferiores é estatisticamente menor que a proporção daqueles que marcaram alternativas superiores a Úteis (Mais Que Úteis).

Assim, com confiança de 95%, os respondentes consideram essas informações questionadas mais que úteis ao analisar uma entidade que busca captar recursos.

Freqüência de Disponibilidade das Informações

As informações questionadas podem ser úteis aos doadores de recursos, entretanto se tais informações não forem divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos pode-se dizer que as entidades captadoras de recursos estão perdendo uma oportunidade divulgar um fator que influencia a decisão do doador (TRUSSEL; PARSONS, 2008).

Ao analisar a freqüência com que essas informações são divulgadas, devemos observar as alternativas cedidas para respostas. Consideramos aqui que se as entidades analisadas por esses doadores nunca ou raramente divulgam essas informações, então essas entidades captadoras não percebem a necessidade de informação dos doadores.

E se ao menos, às vezes, muitas vezes ou sempre divulgam tais informações, é presumível que haja uma percepção por parte dos captadores de recursos em divulgar tais informações ou então os doadores exigem que sejam divulgadas.

Nessas condições, observamos a seguinte hipótese:

H0 = Não existe diferença entre as respostas Às Vezes, ou alternativa superior, e as respostas raramente ou nunca.

H1 = Existe diferença entre as respostas Às Vezes, ou alternativa superior, e as respostas raramente ou nunca.

Dessa maneira, é possível analisar se as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações

disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários **NÃO** são UTILIZADAS nem ÀS VEZES pelos doadores de recursos no Brasil.

Hipótese Nula $H_0: p \text{ não disponibilização} = p \text{ Às Vezes}$

Hipótese Alternativa $H_1: p \text{ não disponibilização} \neq p \text{ Às Vezes}$

A rejeição da hipótese nula permite afirmar que as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são disponibilizadas pelo menos ÀS VEZES aos doadores de recursos no Brasil.

Dessa forma, da mesma maneira que a análise das hipóteses anteriores, as respostas foram divididas em dois grupos, 1 aqueles que são inferiores a Às Vezes e 2 aqueles que são superiores ou iguais e então utilizamos aqui o qui-quadrado. Assim, o grupo 1 representa o grupo dos que consideram que as respectivas informações não são disponibilizadas (Nunca ou Raramente) e, o grupo 2 corresponde aos que afirmam que são disponibilizadas, pelo menos às vezes.

As questões e seus conteúdos estão assim divididos:

Q4B1 – Missão da Entidade

Q4B2 – Situação dos Beneficiários

Q5B – Eficiência

Q6B – Estabilidade Financeira

Q7A – Qualidade dos Serviços (Reputação)

Q7B – Relatórios já auditados (Reputação)

Conforme as frequências observadas na tabela 16, apesar de respostas considerando que tais informações nunca ou raramente são disponibilizadas, essa quantidade de respostas não é significativamente superior ou igual às alternativas superiores para acreditar que as informações não são disponibilizadas.

As freqüências demonstradas a seguir evidenciam que apenas na Q7B as respostas estão divididas igualmente.

Q4B1				Q4B2			
	Observed N	Expected N	Residual		Observed N	Expected N	Residual
1-não disp	4	13,5	-9,5	1-não disp	3	13,5	-10,5
2-disp	23	13,5	9,5	2-disp	24	13,5	10,5
Total	27			Total	27		

Q5B				Q6B			
	Observed N	Expected N	Residual		Observed N	Expected N	Residual
1-não disp	7	13,5	-6,5	1-não disp	9	13,5	-4,5
2-disp	20	13,5	6,5	2-disp	18	13,5	4,5
Total	27			Total	27		

Q7A				Q7B			
	Observed N	Expected N	Residual		Observed N	Expected N	Residual
1-não disp	3	13,5	-10,5	1-não disp	14	13,5	,5
2-disp	24	13,5	10,5	2-disp	13	13,5	-,5
Total	27			Total	27		

Tabela 17: Conjunto de tabelas com as freqüências do agrupamento das respostas sobre Disponibilidade de Informações.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Dentre as questões testadas, conforme a tabela 17 é possível rejeitar a hipótese nula, exceto para as questões Q6B e Q7B, as quais demonstram significância estatística para afirmar que nunca ou raramente as informações sobre Estabilidade Financeira e informações já Auditadas são disponibilizadas pelas entidades captadoras antes da concessão de recursos.

Isso porque estatisticamente não é possível afirmar que relatórios já auditados são disponibilizados antes da concessão de recursos aos doadores, uma vez que, as respostas pela rara ou nunca disponibilidade são significativamente iguais às demais alternativas.

Dessa mesma forma, também não é possível afirmar que informações sobre a Estabilidade Financeira são divulgadas pela maioria das entidades.

Test Statistics						
	Q4B1	Q4B2	Q5B	Q6B	Q7A	Q7B
Chi-Square	13,370 ^a	16,333 ^a	6,259 ^a	3,000 ^a	16,333 ^a	,037 ^a
Df	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,000	,000	,012	,083	,000	,847

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 13,5.

Tabela 18: Qui-quadrado sobre as frequências do agrupamento das respostas sobre Disponibilidade de Informações.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Essas afirmações são fundamentadas pelo *p-value* maior que 0,05 para as questões Q6B e Q7B, ou seja, essa afirmação é feita com 95% confiança. Ao analisar o qui-quadrado calculado contra o tabelado (3,841), observamos que exceto para as questões Q6B e Q7B o valor calculado é menor que o tabelado, aceitando a hipótese nula.

Além de comparar o qui-quadrado, o software traz o *p-value*, o qual se rejeita a hipótese nula caso o valor seja menor que 0,05, se quisermos 95% de confiança, ou aceita se seu valor é acima de 0,05.

Nessa linha de raciocínio, e considerando que informações financeiras já auditadas e informações sobre estabilidade financeira são úteis, é possível sugerir que as entidades sem fins lucrativos devem disponibilizar relatórios já auditados; pois segundo Trussel e Parsons (2008) melhora a reputação.

Contudo, não é possível afirmar que tanto as informações sobre a estabilidade financeira quanto os relatórios já auditados são divulgados pelo menos às vezes pelas entidades sem fins lucrativos. Ou seja, a frequência de divulgação é incerta, pode ser que às vezes aconteça, mas também pode ser que não aconteça.

Entretanto, é oportuno aqui resgatar que, apesar da incerteza, os doadores consideram essas informações sobre estabilidade financeira e relatórios já auditados como mais que úteis e, resta às entidades sem fins lucrativos a sua divulgação mais frequente.

3.3 Dados das Entidades Sem Fins Lucrativos

Ao analisar a percepção dos profissionais de entidades que concedem dinheiro para financiar projetos sociais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, é interessante constatar até que ponto as informações divulgadas pelas entidades do terceiro setor no Brasil permitem analisar a eficiência em alocar recursos aos programas, a estabilidade financeira, a quantidade de informações disponibilizadas e nível de reputação das organizações sem fins lucrativos.

Com esse intuito, essa parte da pesquisa faz um levantamento de informações divulgadas no cadastro nacional com fins públicos gerenciado pelo Ministério da Justiça no Brasil, calculou os indicadores fornecidos na pesquisa de Trussel e Parsons (2008) e procedeu à análise fatorial, visando identificar quantos fatores podem resumir os indicadores aqui mencionados.

O uso da análise fatorial aqui aplicada busca avaliar a correlação existente entre os indicadores, alimentados com dados da realidade brasileira, e identificar até que ponto é possível agrupar essas variáveis em fatores de eficiência, estabilidade, quantidade de informações disponibilizadas e reputação.

Quanto ao banco de dados utilizado:

“O Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs) é um sistema eletrônico que tem como principal objetivo facilitar a comunicação entre, Estado, entidades e sociedade, à medida que desburocratiza, padroniza e dá transparência aos processos referentes às qualificações federais”.⁹

A escolha do banco de dados do Ministério da Justiça se deu pela facilidade de acesso e publicidade existente nesse órgão público, inclusive para pesquisadores. Adicionalmente, esse banco de dados eletrônico com acesso público sobre informações

⁹ O que é CNEs. www.mj.gov.br. Acesso em 01/07/2009.

de entidades sem fins lucrativos é pioneiro em reunir informações de todas as entidades, as com título de utilidade pública nesse caso, e divulgar na internet.

A busca pelos dados através da internet poderia tornar essa pesquisa inviável devido ao tempo despendido para entrar em entidade por entidade e coletar os dados necessários. Assim, a pesquisa solicitou formalmente ao Ministério da Justiça todos os dados necessários a pesquisa, os quais foram disponibilizados em aproximadamente 30 dias.

O CNEs possui dados de todas as entidades brasileiras com o título utilidade pública federal. Diante dessa população, apenas as localizadas no Distrito Federal foram obtidas para trabalhar os dados.

Essa escolha deu-se em função da pesquisa ser originada no Distrito Federal (DF) e também porque uma localidade com menos dados facilitava a consulta fornecida pelo Ministério da Justiça; isso considerando que o DF é o 10º colocado no ranking de quantidade de entidades registradas nesse cadastro com aproximadamente 2% de entidades de um total de 12.406 registradas no Brasil.

Quanto aos períodos dos dados, foram considerados os dois anos mais recentes disponíveis, 2007 e 2008. Assim, foi obtida uma amostra de 409 itens, englobando 263 entidades, das quais algumas possuem os dados de ambos os anos e outras apenas de um exercício.

As informações fornecidas para a pesquisa baseou-se naqueles necessários para preencher os indicadores, os quais são representados pelos quatro fatores aqui discutidos.

Os indicadores são preenchidos conforme as fórmulas a seguir, que foram apresentadas por Trussel e Parsons (2008).

Eficiência	PRICE = \ln (Despesas Totais/Despesas com Programas) PROG = Despesas com Programas / Despesa Total ADMIN = Despesas Administrativas/ Despesa Total
Estabilidade	EQUITY = Ativo Líquido/Receita Total $\text{CONCEN} = \sum \left[\left(\frac{\text{Receita}_{\text{por}_{\text{Fonte}}}}{\text{Receita}_{\text{Total}}} \right)^2 \right]$ MARGIN = (Receita Total – Despesa Total)/Receita Total
Disponibilidade de Informações	FUND = \ln (Despesas com Captação) FUNDCONT = Despesas com Captação/Contribuições Totais
Reputação	AGE = \ln (nº de anos de existência a partir da isenção tributária) SIZE = \ln (Ativo Total) GRANTS = \ln (Auxílio Governamental+Contribuições Indiretas) PROGREV = \ln (Receita de Programas) OTHREV = \ln (Receita Total – Contribuições Diretas – Contribuições Indiretas – Auxílio Governamental – Receita de Programas)

Quadro 4: Indicadores utilizados no estudo de Trussel e Parsons (2008).

Fonte: Trussel e Parsons (2008, p.267, tradução nossa)

Assim como observado, todos os dados necessários são financeiros e são passíveis de serem encontrados nas Demonstrações Contábeis. Nesse sentido, o Plano de Contas com dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício foi analisado com a finalidade de segregar as contas que preenchem os indicadores. Esse plano de contas é padrão para todas as cadastradas no CNEs.

Para calcular o indicador PRICE é necessário selecionar as despesas com os programas, ou seja, as destinadas aos seus beneficiários, as que são direcionadas a finalidade social da entidade.

Diante da análise do plano de contas, as seguintes contas foram selecionadas como Despesas com Programas.

Demonstrativo	Descrição
DESPESA - CUSTOS DE PROJETOS	Custos de Projetos
DESPESA - DESPESAS BENEFICENTES	Doação de Alimentos
DESPESA - DESPESAS COM BOLSAS DE ESTUDOS A TERCEIROS	Curso Superior
RECEITA - DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(-) Atendimento gratuito (-) Bolsas de estudo concedidas

Quadro 5: Resumo das contas de despesas utilizadas como específicas dos programas.

Fonte: Elaboração própria.

As informações da receita por captação, indispensáveis para preencher o indicador CONCEN, foi encontrada a partir de uma informação adicional às demonstrações contábeis, o percentual de cada fonte de recursos para cada entidade. A partir de então esse percentual foi aplicado ao total da receita, entidade por entidade.

Os dados quanto aos anos de existência das entidades deve ser iniciada a partir da suposta data em que obteve a isenção tributária. Não sendo possível obter esse tipo de dados de maneira precisa, consideramos então a data de obtenção do Título de Utilidade Pública Federal, que é um requisito para solicitar a isenção junto aos demais órgãos do governo.

Segundo Trussel e Parsons (2008, p.272), as Receitas com Programas são consideradas aquelas provenientes de seus serviços.

Uma exceção quanto aos dados obtidos são os necessários para preencher os indicadores de Disponibilidade de Informações, os quais dependem das Despesas com Captação, aquelas direcionadas a captação de recursos, como propagandas, angariações etc.; as destinadas a obter recursos. A falta desses dados prejudica a análise desse indicador.

Diante dos indicadores calculados, a análise multivariada foi realizada.

3.3.1 Análise Fatorial

Inicialmente, é indispensável destacar que Trussel e Parsons (2008) não utilizaram o indicador PROG, pois o mesmo representa a anti-imagem de PRICE com seu coeficiente de correlação anti-imagem superior a 0,90. Em função disso, também foi descartado dessa pesquisa, com o intuito de estudar os mesmos indicadores testados estatisticamente por esses autores.

Uma limitação observada é a falta de dados que preencham todos os indicadores dos diferentes fatores para todas as entidades em análise. Dessa maneira, foi efetuada a análise fatorial apenas com as entidades e para os anos que possuísem dados suficientes para preencher todos os dez indicadores da análise.

Além disso, não obtivemos dados para calcular os indicadores de Divulgação de Informações. A falta dessa informação pode ser atribuída à falta de campo específico, nas Demonstrações Contábeis padronizadas pelo Ministério da Justiça, para informar o montante de despesas direcionadas à captação de recursos.

Diante dessas considerações, é possível iniciar o procedimento para encontrar os fatores. O primeiro passo foi analisar se os dados iniciais viabilizam a utilização da AF (análise fatorial) de forma satisfatória. Etapa em que se analisa o grau de relacionamento entre as variáveis e a conveniência da aplicação da Análise Fatorial, a medida de adequação da amostragem e a esfericidade (CORRAR *et al*, 2007).

A existência de correlação entre os indicadores é um pressuposto da análise fatorial (CORRAR *et al*, 2007). Entretanto se todas as variáveis foram inteiramente correlacionadas entre si, provavelmente existirá um fator que as explica, pois a alta correlação é fundamental para o agrupamento em fatores.

Segundo Corrar (2009, p.100) um valor mínimo para ser observado na Matriz de Correlação é 0,40. Na correlação entre as variáveis aqui analisadas, os indicadores EQUITY, CONCEN e MARGIN não possuem correlação acima de 0,40 com pelo menos um dos demais indicadores.

De maneira complementar à análise de correlação, a análise do Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy é uma medida de adequação da amostra. Com esse teste é possível observar o grau de explicação dos dados a partir dos fatores encontrados na análise fatorial.

Segundo Corrar *et al* (2007, p.100) o número resultado desse teste não deve ser inferior a 0,500, pois significaria que os fatores encontrados na análise não conseguem descrever as variações dos dados originais de maneira satisfatória.

Após o processamento dos dados nessa pesquisa, conforme o quadro a seguir, o indicador encontrado é 0,567; maior que 0,500.

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,567
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	423,45197
	Df	45
	Sig.	0,000

Tabela 19: Teste de Adequação da Amostra e de Esfericidade.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Além desse teste, outro para indicar se existe relação suficiente entre os indicadores da análise fatorial (CORRAR *et al*, 2007, p.102) é o teste de Bartlett's de Esfericidade, onde deve ser observada sua significância, não devendo ultrapassar 0,05 ou chegar a 0,10 para não inviabilizar a capacidade dos fatores em explicar os indicadores.

Como demonstrado, o valor de significância para o teste de esfericidade de Bartlett's foi 0,000, valor que aumenta o poder de explicação dos fatores extraídos na análise.

O Bartlett teste proporciona a probabilidade estatística da Matriz de Correlação ter correlações significantes entre as variáveis (HAIR JR. *et al*, 1998, p99). Isso significa dizer que o resultado desse teste encontrado aqui na pesquisa (Sig.=0,000) demonstra haver correlação estatisticamente significativa entre os indicadores, o que reforça o poder de explicação dos fatores sobre as variáveis utilizadas.

O passo seguinte foi analisar Matriz Anti-imagem, que seus valores na diagonal da correlação anti-imagem indicam as medidas de adequação da amostragem (Measure of Sampling Adequacy) de cada indicador analisado. Os valores da diagonal são ordenados a seguir:

Anti-image Correlation	
PRICE	,443a
ADMIN	,484a
EQUITY	,218a
CONCEN	,509a
MARGIN	,619a
AGE	,760a
SIZE	,609a
GRANTS	,606a
PROGREV	,613a
OTHREV	,748a

a. Measures of Sampling Adequacy(MSA)

Tabela 20: Resultado diagonal das correlações da Matriz Anti-Imagem.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

De acordo com Corrar *et al* (2007), os valores inferiores a 0,50 são considerados muito pequenos para análise. É o que acontece com o indicador EQUITY (0,218), PRICE (0,443) e ADMIN (0,484).

A Matriz Anti-imagem indica o grau de explicação dos fatores para cada variável de forma individual (HAIR JR. *et al*, 1998; CORRAR *et al*, 2007). Assim verificamos que o valor correspondente a EQUITY (0,218) é pequeno. Significa dizer que um dos fatores encontrado pode não representá-lo significativamente.

Adicionalmente às observações dos testes iniciais, verificamos a comunalidade que demonstra o grau de explicação individual de cada indicador pelos seus fatores (MORAES; ABIKO, 2006).

Communalities		
	Initial	Extraction
PRICE	1,000	,871
ADMIN	1,000	,820
EQUITY	1,000	,638
CONCEN	1,000	,384
MARGIN	1,000	,362
AGE	1,000	,553
SIZE	1,000	,868
GRANTS	1,000	,611
PROGREV	1,000	,903
OTHREV	1,000	,631

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela 20: Resultado do teste de comunalidades.
Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

As informações obtidas pela análise não rotacionada (antes da varimax) apresentaram uma capacidade de explicação das variâncias pelos fatores de 66,41%. Isso pode ser observado no quadro a seguir demonstrando a Variância Total Explicada:

Total Variance Explained									
Component	Initial Eigenvalues			Loadings			Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,346	33,457	33,457	3,346	33,457	33,457	3,085	30,846	30,846
2	1,770	17,702	51,159	1,770	17,702	51,159	1,977	19,775	50,621
3	1,525	15,253	66,412	1,525	15,253	66,412	1,579	15,791	66,412
4	,898	8,975	75,387						
5	,851	8,506	83,893						
6	,646	6,460	90,353						
7	,422	4,221	94,574						
8	,366	3,661	98,235						
9	,120	1,205	99,440						
10	,056	,560	100,000						

Tabela 21: Demonstrativo de variância total explicada pelos fatores da análise.
Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Considerando os baixos valores de correlação e anti-imagem de EQUITY e o valor abaixo de 0,60 com o teste Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy, ficou decidido rodar novamente a análise, porém sem presença de EQUITY, pois segundo Hair Jr. *et al* (1998, p.99), até 0,60 não é conveniente efetuar a análise fatorial.

Em função da retirada do indicador EQUITY, novos valores são assumidos para os testes iniciais conforme demonstrado a seguir:

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,616
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	361,011
	Df	36
	Sig.	,000

Tabela 22: Novo teste de Adequação da Amostra e de Esfericidade, excluindo um indicador.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Communalities		
	Initial	Extraction
PRICE	1,000	,874
ADMIN	1,000	,784
CONCEN	1,000	,661
MARGIN	1,000	,484
AGE	1,000	,549
SIZE	1,000	,866
GRANTS	1,000	,573
PROGREV	1,000	,891
OTHREV	1,000	,634

Tabela 23: Resultado do novo teste de comunalidades, excluindo um indicador.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Assim, o grau de explicação dos fatores sobre as variáveis ficou acima de 0,60, obtido pelo *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*. E, os valores de comunalidade em geral são mantidos acima de 0,50, exceto quanto ao indicador MARGIN (0,484).

Além disso, a nova Matriz Anti-imagem foi obtida com suas principais correlações demonstradas a seguir:

Anti-image Correlation	
PRICE	,404 ^a
ADMIN	,507 ^a
CONCEN	,477 ^a
MARGIN	,604 ^a
AGE	,715 ^a
SIZE	,764 ^a
GRANTS	,640 ^a
PROGREV	,611 ^a
OTHREV	,759 ^a

a. Measures of Sampling Adequacy(MSA)

Tabela 24: Resultado diagonal das correlações da Matriz Anti-Imagem, após a exclusão de um indicador.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Nesse caso, apenas o PRICE e CONCEN estão com o valor abaixo do menor valor sugerido por *Corrar et al* (2007); inferiores a 0,50 são considerados muito pequenos para análise.

Entretanto após as novas análises iniciais, foi decido prosseguir com a análise fatorial, pois no geral, os resultados dos testes demonstram que os fatores poderão representar os indicadores de maneira satisfatória.

Em seguida foi utilizada a rotação ortogonal varimax (HAIR JR. *et al*, 1998). Essa rotação minimiza a ocorrência de uma variável possuir altas cargas fatoriais para diferentes fatores, permitindo que uma variável seja facilmente identificada com um único fator (CORRAR *et al*, 2007, p.89). Assim, são encontrados três fatores:

Component Matrix^a			
	Component		
	1-Reputação	2-Eficiência	3-Estabilidade
PRICE	,458	-.809	,098
ADMIN	-,383	.747	-,281
CONCEN	,193	,389	.687
MARGIN	,199	,048	.665
AGE	.579	,456	-,083
SIZE	.880	,293	-,074
GRANTS	.612	-,075	-,439
PROGREV	.934	-,120	-,062
OTHREV	.744	,281	,030

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 3 components extracted.

Tabela 25: Demonstrativo dos fatores encontrados.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

A análise das informações produzidas pela Varimax evidencia um resultado interessante, os indicadores são agrupados nos mesmos fatores que a pesquisa de Trussel e Parsons (2008).

Assim, AGE, SIZE, GRANTS, PROGREV e OTHREV são representados pelo mesmo fator, que a literatura classifica como Reputação. Os indicadores PRICE e ADMIN são explicados por outro fator, denominado Eficiência e o CONCEN e MARGIN pelo terceiro, chamado Estabilidade.

Considerando que nenhuma instituição do banco de dados analisado possuía dados suficientes para preencher os indicadores FUND e FUNDCONT, correspondente ao fator Disponibilidade de Informações, não faz sentido a existência de um quarto fator, o que foi demonstrado estatisticamente com a aplicação da análise fatorial com autovalor e não com a quantidade de fatores determinada pelo pesquisador.

Ao observar a matriz com os fatores, é verificado que o PRICE ($PRICE = \ln[\text{despesa total}/\text{despesa com programas}]$) possui sinal negativo sugerindo que despesas não direcionadas aos programas significam baixa eficiência.

O sinal positivo em ADMIN demonstra justamente o inverso do que ocorre com PRICE, que está inversamente proporcional ao fator. Ou seja, menores gastos com despesas administrativas e maiores direcionadas aos programas representam maior eficiência.

Adicionalmente, o ADMIN apresenta um sinal negativo nos demais fatores, indicando que um ADMIN elevado representa baixa Reputação e desfavorável Estabilidade financeira.

Diante do exposto, ainda resta verificar se a amostra dos dados, composta pelas entidades do Distrito Federal corresponde a um conjunto apenas, que no geral pode-se dizer que é um grupo de entidades que não prestam contas.

Sendo assim temos a seguinte hipótese:

H0 = A quantidade de entidades que divulga as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários é igual a quantidade das que não divulgam.

H1 = A quantidade de entidades que divulga as informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários é diferente da quantidade das que não divulgam.

Hipótese Nula

H0: $p_{\text{divulga}} = p_{\text{não divulga}}$

Hipótese Alternativa

H1: $p_{\text{divulga}} \neq p_{\text{não divulga}}$

Se a hipótese nula for aceita, subentende-se que a quantidade de não divulgação não permite afirmar estatisticamente que as entidades de fato não divulgam suas informações. E, caso seja rejeitada, é possível afirmar, em conjunto com análise da frequência, que existe diferenças estatística entre as que divulgam das que não divulgam.

Para realização dessa análise foi utilizado o qui-quadrado a fim de avaliar se existe significância estatística para afirmar que as informações para preencher todos os indicadores não são divulgadas.

Antes de realizar esse teste, consideramos os que não divulgam todas as informações¹⁰ como 1 e os fornecem 2. Ao testar essa hipótese nula temos 230 entidades do Distrito Federal que não divulgam e outras 52 que divulgam as informações suficientes para preencher todos os indicadores mencionados nessa pesquisa.

¹⁰ A presente pesquisa identificou que as entidades brasileiras sem fins lucrativos não divulgam informações segregadas das despesas com captação, assim os indicadores do fator Disponibilidade de Informações não foram preenchidos.

Englobando todas as 230 entidades, algumas com dados de 2007 e ou 2008, temos uma amostra de 409 itens a serem analisados, divididos conforme o quadro a seguir.

Informações Divulgadas			
	Observed N	Expected N	Residual
1 – Não divulgam	325	204,5	120,5
2 – Divulgam	84	204,5	-120,5
Total	409		

Tabela 26: Frequência da quantidade de entidades que divulgam informações suficientes para preencher os indicadores *versus* a quantidade das que não divulgam.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Ao analisar o *p-value* menor que 0,05 e o qui-quadrado acima do X^2 tabelado (3,841) é observado que existe evidência estatística para rejeitar a hipótese nula, assim os dois grupos não são significativamente iguais e então, não é possível afirmar estatisticamente que as entidades, de um modo em geral, divulgam as informações consideradas úteis, pois a amostra das que não divulgam são significativamente distinta e maior.

Test Statistics	
	Informações Divulgadas
Chi-Square	142,007 ^a
Df	1
Asymp. Sig.	,000

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 204,5.

Tabela 27: Qui-quadrado sobre a frequência da quantidade de entidades que divulgam informações suficientes para preencher os indicadores *versus* a quantidade das que não divulgam.

Fonte: Elaboração própria a partir do SPSS 17.0.

Contudo, as informações sobre as entidades brasileiras não são, em sua maioria, divulgadas para o público em geral, dificultando ao doador de recursos as utilizarem,

necessitando solicitar a alguma entidade específica, para que então permita escolher para qual entidade fará a concessão de recursos.

Esse resultado é uma contribuição para as pesquisas do terceiro setor brasileiro que a partir de então, mediante a disponibilização de dados através da internet, os pesquisadores, assim como os doadores de recursos, têm uma fonte de domínio público para fundamentar suas pesquisas e aprofundar os estudos contribuindo para o conhecimento crescente a respeito do terceiro setor. Entretanto dependerá da divulgação por parte das entidades, algo ainda não feito de maneira significativa.

3.4 Comentários sobre os Resultados

Após a explanação das respostas ao questionário, dos testes estatísticos sobre essas, do trabalho dos dados das entidades sem fins lucrativos e da análise fatorial, os resultados aqui são confrontados, resgatando quando pertinente os achados da literatura levantada.

Inicialmente é apresentado a seguir o quadro 6 que demonstra resumidamente as conclusões a partir dos testes sobre as questões do questionário aplicado. Verificamos que todas as informações referentes aos fatores abordados no referencial teórico são mais que úteis na percepção dos doadores de recursos que financiam projetos sociais no Brasil.

<u>Informações/Fatores</u>	<u>Utilidade</u>	<u>Divulgação</u>
Missão da entidade	Mais que útil	Pelo menos às vezes
Situação dos beneficiários	Mais que útil	Pelo menos às vezes
Eficiência	Mais que útil	Pelo menos às vezes
Estabilidade financeira	Mais que útil	Incerto
Reputação	Mais que útil	Pelo menos às vezes
Qualidade dos serviços		
Relatórios já auditados		Incerto

Quadro 6: Síntese dos resultados a partir do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, estatisticamente, uma quantidade significativa (nove dos vinte e sete respondentes) desses doadores considera que as entidades sem fins lucrativos raramente ou nunca divulgam informações sobre a estabilidade financeira, assim como também percebem a ausência de relatórios já auditados antes da concessão dos recursos.

Nesse sentido existe uma lacuna a ser complementada pelas entidades sem fins lucrativos, pois ao divulgar as demais informações já divulgadas com maior frequência, essas entidades devem *também divulgar informações sobre a estabilidade financeira*, assim como *disponibilizar seus relatórios após serem auditados*. Dessa forma, os gestores terão suas necessidades de informações complementadas.

Tais informações podem ser segregadas dentre os Relatórios Financeiros e de Atividades, desde que contenham essas informações consideradas úteis. Uma vez as contendo e tratando-as como diretrizes, a entidade não estará gastando seus esforços em outros tipos de informações que às vezes pode até não serem tão úteis quanto os quatro fatores aqui abordados.

Se tratando dos Relatórios Financeiros e de Atividades, apesar de Khumawala e Gordon (1997) encontrarem em sua pesquisa que há evidência da informação não financeira ser mais útil que a financeira, para a realidade brasileira, ambos os relatórios são significativamente importantes considerando a frequência de seu uso pelos doadores de recursos.

É importante destacar que a presente pesquisa foi realizada diretamente com os doadores de recursos responsáveis por entidades que financiam projetos sociais (pessoas jurídicas) e a pesquisa de Khumawala e Gordon (1997) consideraram doadores individuais sobre a utilidade do relatório financeiro preparado sob as normas do FASB nº116 e nº117 em suas decisões.

Ademais, a análise fatorial proporcionou resultados esperados pela teoria, porém inovadores na literatura brasileira sobre entidades sem fins lucrativos.

A partir de um banco de dados públicos, a presente pesquisa preencheu os indicadores de desempenho demonstrados, os quais foram lançados numa análise fatorial, de onde foram extraídos três fatores: Eficiência, Estabilidade Financeira e Reputação.

Ao calcular os indicadores, com a amostra de dados das entidades sem fins lucrativos localizadas no Distrito Federal, a presente pesquisa identificou que nenhuma das instituições divulga a informação específica do montante total de despesas direcionadas para a captação de recursos. Esse total é fundamental para o cálculo dos indicadores responsáveis para analisar a Disponibilidade de Informações das entidades, que é o quarto fator demonstrado por Trussel e Parsons (2008).

Para uma gama de 263 entidades, pelo menos um indicador foi preenchido para cada um dos outros fatores, entretanto, apenas 52 dessas entidades possuem dados disponíveis para preencher todos os indicadores dos três fatores restantes: Eficiência, Estabilidade Financeira e Reputação.

Limitado à comparação apenas desses três fatores e considerando os anos de 2007 e 2008 disponibilizados, foi verificado que, em geral, as entidades ainda não divulgam suas informações necessárias para preencher todos esses três fatores, pois a quantidade total das entidades que não disponibilizam os dados é estatisticamente maior frente à quantidade das entidades que disponibilizam.

Quanto ao quarto fator, a partir dos dados cedidos pelo Ministério da Justiça os indicadores do fator Disponibilidade de Informações não podem ser preenchidos, mas a quantidade de doadores de recursos que afirmam que essas informações são disponibilizadas é significativamente maior e diferente da frequência dos que não reconhecem essa disponibilização de informações.

Esse fato permite observar que o problema da falta de dados para calcular os indicadores do fator Disponibilidade de Informações pode ser do próprio órgão que concedeu os dados, pois o mesmo não disponibiliza um campo específico nos demonstrativos contábeis para que as entidades divulguem o montante de despesas destinado a captação de recursos.

Ao contrário das evidências com os dados contábeis, a afirmação dos doadores de que esses dados são disponibilizados pode ser justificada pelo nível de exigências feitas pelos doadores, que dentre essas pode estar informações a respeito da missão da entidade e situação de seus beneficiários. Por esse fato, os doadores podem ter respondido que as entidades divulgam essas informações.

Um terceiro ponto de vista, podendo ser o mais acertado, é de que o conceito apresentado por Trussel e Parsons (2008) sobre o fator disponibilidade de informações pode não ser conciliado perfeitamente com informações específicas sobre as despesas direcionadas a captação de recursos.

Isso porque, para Trussel e Parsons (2008), o fator Disponibilidade de Informações é definido como sendo a quantidade de informações disponíveis sobre a Missão da Entidade e a Situação de seus Beneficiários e, os indicadores são preenchidos com o total das despesas direcionadas à captação de recursos. Assim os dados necessários para calcular os indicadores não estão alinhados com os conceitos da Disponibilidade de Informações.

Outro resultado que merece destaque é o fato da quantidade de doadores afirmando que informações sobre a estabilidade financeira das entidades não são disponibilizadas é significativamente igual à quantidade de quem afirma que essas entidades as divulgam.

Através da análise dos dados cedidos pelo Ministério da Justiça, foi observado que de 263 entidades, em média 85,8% divulgam um dos indicadores da Estabilidade Financeira.

Essa diferença de percepções, a dos doadores questionados com a análise de dados financeiros pode ser explicada pela amostragem, pois a aplicação do questionário considerou entidades financiadoras localizadas no Brasil como um todo e a amostra de dados financeiros considerou apenas o Distrito Federal.

Entretanto a diferença de percepções não pode ser uma afirmação, apenas uma suposição, tanto para a falta de informações sobre a estabilidade financeira, quanto para a ausência de relatórios já auditados, pois o teste estatístico do qui-quadrado permite concluir a freqüência da nunca ou rara disponibilidade e a efetiva

disponibilidade dessas informações são estatisticamente iguais. Problema a ser estudados por pesquisas subseqüentes.

Além dos resultados apresentados até aqui, a análise fatorial em si permite afirmar uma semelhança entre a realidade brasileira e a estadunidense, pois os tipos e quantidades de fatores são os mesmos, porém os indicadores foram calculados com dados distintos entre os países.

Um detalhe na metodologia que direciona a presente pesquisa a confirmar a pesquisa estadunidense de Trussel e Parsons (2008) é o fato de esses autores determinarem previamente a quantidade de quatro fatores com base na literatura. E, na presente pesquisa foi utilizado o autovalor, assim o próprio software determinou a quantidade de fatores após os cálculos de correlações entre os indicadores agrupando-os em seus respectivos fatores.

Apesar da não obtenção dos dados para calcular o fator Disponibilidade de Informações, essa pesquisa encontrou resultados similares a de Trussel e Parsons (2008), pois a análise fatorial encontrou relação entre os mesmos indicadores, formando os outros três fatores similares a pesquisa de Trussel e Parsons (2008).

Essas evidências comprovam que tanto na realidade brasileira, quanto na estadunidense, os fatores Eficiência, Estabilidade Financeira e Reputação são pertinentes para explicar os indicadores aqui calculados. Fatores esses que pelo método de aplicação de questionário são considerados mais que úteis para a decisão de um doador quando da concessão de recursos para financiar projetos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a percepção dos profissionais acerca da utilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, essa pesquisa concluiu que informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários são úteis para essa tomada de decisão.

Diante desse resultado, essa pesquisa contribui como sendo diretriz às entidades sem fins lucrativos brasileiras na confecção dos seus Relatórios Financeiros e de Atividades. Considerando que essas informações são úteis, tais entidades poderão utilizar esses fatores e seus conceitos como fundamentos norteadores na confecção desses relatórios.

Esses fatores são diretrizes que contribuem para melhora da *accountability* no Brasil, necessidade de prestação de contas, uma vez que direcionam a confecção dos Relatórios Financeiros de acordo com os tipos de informações consideradas úteis pelos doadores e dessa forma tendem a preencher uma lacuna existente nesse país.

Durante os testes realizados essa pesquisa conseguiu identificar três dos quatro fatores estudados inicialmente no referencial teórico. Isso permite concluir que algumas entidades do terceiro setor no Brasil divulgam informações suficientes para analisar a eficiência em alocar recursos aos programas, a estabilidade financeira e o nível de reputação das organizações sem fins lucrativos. Mas não permite até então fazer análise com indicadores de disponibilidade de informações, pois foi constatada a ausência de informações específicas sobre o total de despesas direcionadas a captação de recursos.

Apesar de algumas entidades divulgarem as informações a respeito desses três fatores, foi evidenciado que a quantidade de entidades que não divulgam essas informações é maior em proporção estatisticamente significativa que permite concluir que a maior parte das entidades não divulga as informações consideradas úteis aos doadores de recursos aqui estudados.

Ademais, os doadores de recursos reconhecem que há um total estatisticamente significativo de entidades que não disponibilizam seus relatórios já auditados para a concessão de recursos. Isso representa uma necessidade das entidades sem fins lucrativos, pois a disponibilização de relatórios já auditados influencia de maneira positiva a reputação da entidade.

Contudo, é sugerido aqui que as entidades divulguem relatórios já auditados. Que esses relatórios sejam tanto o Financeiro quanto o de Atividades e que sejam confeccionados visando evidenciar informações sobre a eficiência em alocar recursos, a estabilidade financeira, a reputação da organização e informações disponibilizadas sobre a missão da entidade e situação dos beneficiários.

As evidências e resultados apresentados nessa pesquisa não devem ser expandidos para todo o terceiro setor, o que não foi pretendido inicialmente devido às limitações, mas são fatos relevantes que permitem melhorar a relação entre as organizações financiadoras e financiadas no processo de concessão de recursos.

Quanto a essas limitações e diante da carência de pesquisas e literatura que possui o terceiro setor brasileiro, por fim é devido salientar que esse trabalho contribui, porém, assim como outra pesquisa científica, necessita de aprofundamento em busca da consolidação de conceitos e afirmações sobre resultados. Afim de que outras pesquisas critiquem, complementem e contribuam para a evolução do terceiro setor.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Naldo F.; ARIMA, Carlo H.. **Relevância da Contabilidade Financeira para o Processo Decisório: o caso do Grupo Zema**. Porto Alegre: ConTexto, 2006. v. 6, n. 9, 1ºsem..

AZEVEDO, Tânia C.; ARAÚJO, Fabiano da S.. **A evidenciação das informações contábeis das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) Instaladas em Feira de Santana/BA**. XVII Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004.

BABER, Willian R.; ROBERTS, Andrea A.; VISVANATHAN, Gnanakumar. **Charitable Organizations' Strategies and Program-Spending Ratios**. American Accounting Association: Accounting Horizons, 2001. v. 15 nº. 4. dec., pp.329-343.

BENJAMIN, Lehn M.. **How Accountability Requirements Shape Nonprofit Practice**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 2007. 37: 201-223

BETTIOL JUNIOR, Alcides. **Formação e Destinação do Resultado em Entidades do Terceiro Setor: um Estudo de Caso**. São Paulo: USP, 2005. Dissertação (Mestrado).

BETTIOL JUNIOR, Alcides; VARELA, Patrícia S. **Demonstrações Contábeis para Instituições do Terceiro Setor: um Estudo do Statement of Financial Accounting Standards nº117 (FAS 117)**. São Paulo: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006.

BUCHHEIT, Steve; PARSONS, Linda M. **An experimental investigation of accounting information's influence on the individual giving process**. Journal of Accounting and Public Policy, 2006. v. 25 p. 666-686.

CAMARGO, André E. de A.; LEITE, Joubert da S. J.; **A Contabilidade Financeira como Instrumento de Prestação de Contas Socioeconômicas das Entidades do Terceiro Setor**. Campinas, 2005. Cadernos da FACECA, v. 14, n. 2, p. 183-200, jul./dez..

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Resolução Normativa CFC nº1.121/08. Brasília, 2008.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (coordenadores). **Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

EBSEN, Kamille S.; LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa**. Revista Contemporânea de Contabilidade. a. 01 v. 01 n. 01 jan./jun. 2004 p. 11-28.

FALCONER, Andrés P.. **A Promessa do Terceiro Setor: um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. São Paulo: USP, 1999.

FALCONER, Andrés P.; VILELA, Roberto. **Recursos Privados para Fins Públicos: As Grantmakers Brasileiras**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

FASB - Financial Account Standard Board. **The Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics and Constraints of Decision-Useful Financial Reporting Information**. Conceptual Framework. Estados Unidos, 2008.

_____. **Accounting for Contributions Received and Contributions Made**. Financial Accounting Standard nº 116, 1993.

_____. **Financial Statements of Not-for-Profit Organizations**. Financial Accounting Standard nº 117, 1993.

_____. **Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations**. Statement of Financial Accounting Concepts nº 4, 1980.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Relatório de Estatísticas do Mapa do 3º Setor**. Brasil, jul/2005.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson B.; GUERREIRO, Reinaldo. **Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países**. São Paulo: USP, 2007. Revista Contabilidade Financeira, Nº. 44, p. 9 - 22 • mai./ ago..

FRUMKIN, P.; KIM, M.. **Strategic Positioning and the Funding of Nonprofit Organizations: Is Efficiency Rewarded in the Contributions Marketplace?**. Public Administration Review, 2001. v. 61, nº. 3 mai./jun..

GARRISON, Ray H.; NORREN, Eric W. **Contabilidade Gerencial**. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. Tradução.

GIL, Antônio C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORDON, T. P., & KHUMAWALA, S. B.. **The demand for nonprofit financial statements: A model for individual giving**. Journal of Accounting Literature, 1999. v18, 31–56.

HAIR JR., Joseph F.; ANDERSON, Rojph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C.. **Multivariate Data Analysis**. 5ª ed. Prentice-Hall, Inc., 1998.

HILL, Manuela M.; HILL, Andrew. **Investigação por Questionário**. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

KHUMAWALA, S. B. GORDON, T. P. **Bridging the credibility of GAAP: Individual donors and the new accounting Standards for nonprofit organizations**. Accounting Horizons, 1997.

LEVINE, David M.; STEPHAN, David.; KREHBIEL, Timothy C.; BERENSON, Mark L.. **Estatística – Teoria e Prática**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. Tradução.

LIBONATI, J. J.; RUIZ, E.; CATAO, G.. **A Contabilidade como um Sistema de Informação de Apoio ao Processo Decisório nas Entidades do Terceiro Setor**. Lisboa: X Congresso de Contabilidade, 2004.

MARCELINO, Gileno F. **Gestão estratégica de universidades: uma proposta**. Santo Domingo, Rep. Dominicana: V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2000. p. 24-27.

MARUDAS, Nicholas P; JACOBS, Fred A.. **The effect of organizational inefficiency on donations to U.S. nonprofit organizations and the sensitivity of results to different specifications of organizational size**. American Society of Business and Behavioral Sciences, 2008. VI. 15, nº. 1.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Reforma do Estado, Transparência e Democracia no Brasil**. Revista Acadêmica de Economia, 2004. Nº 26. ISSN 1696-8352.

MILANI FILHO, Marco A. F.. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho**. Dissertação (Mestrado) – USP, 2004.

MIRANDA, Luiz C.; OLIVEIRA, Irani M. da S.; FEITOSA, Amanda B.; RODRIGUES, Raimundo N.. **Prestação de Contas das Organizações Não Governamentais Brasileiras: uma Investigação sobre Terminologia Contábil**. Blumenau: Revista Universo Contábil, 2009. v. 5, n. 1, p. 22-37, jan./mar. ISSN 1809-3337

MORAES, Odair B. de; ABIKO, Alex K.. **Utilização da análise fatorial para a identificação de estruturas de interdependência de variáveis em estudos de avaliação pós-ocupação**. Florianópolis: XI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2006. A construção do futuro. ANTAC. 1233-1242.

NETO, Cícero C. **A formação e Evidenciação do Resultado Contábil em Entidade do Terceiro Setor: o caso de uma região administrativa da maçonaria em um estado nordestino**. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis/UFPB, 2007. Dissertação (Mestrado).

OLIVEIRA, Pedro Henrique D. **Sustentabilidade Empresarial: Aplicação do Modelo UNEP/UNESCO (1987) para Avaliação do Equilíbrio Socioeconômico e Ambiental das Empresas**. Brasília: Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis/ UnB, 2007. Dissertação (Mestrado).

PAES, José Eduardo S.. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 6 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PEREIRA, Helda K. dos S.; OLIVEIRA, Marcelle C.; PONTE, Vera M. R.. **Informações para prestação de contas e avaliação de desempenho de OSCIPs que operam com microcrédito: um estudo multicaso**. Vitória-ES: Brazilian Business Review, 2008. v. 5, nº.1, jan-abr, p. 55-71. ISSN 1807-734X.

PINHO, José A. G. de. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2008. V.42, mai/jun, p.471-493. ISSN 0034-7612.

RICHARDSON, Roberto J. (org). **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ROMÃO, José E. E.(org.). **Manual de Entidades Sociais do Ministério da Justiça.** Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SANTOS SILVA, Franciane. **Normas e Práticas contábeis aplicadas ao Terceiro Setor.** Brasília: UnB Contábil, 2004. v.7, n. 2.

SILVEIRA, Douglas da. **Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: uma análise da conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina.** Santa Catarina: UFSC, 2007. Dissertação (Mestrado).

STEVENSON, William J.. **Estatística Aplicada à Administração.** São Paulo: Harper & Row Brasil, 1981.

TRUSSEL, John M.; PARSONS, Linda M. **Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Organizations.** Advances in Accounting, 2008. v. 23, 263–285.

_____. **Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Not-for-Profit Organizations.** American Accounting Association: Mid-Atlantic Region Meeting Paper, 2004.

TURITZ, Shari.; WINDER, David.. **Private Resources for Public Ends: Grantmakers in Brazil, Ecuador and Mexico.** Synergos: Harvard University Press, 2003.

APÊNDICE I – Questionário aplicado

OBJETIVO

Verificar se as informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos atendem às necessidades para tomar uma decisão de conceder o dinheiro que financia projetos sociais.

QUESTIONÁRIO

As perguntas são direcionadas aos profissionais de uma organização que participam do processo decisório para conceder recursos às entidades sem fins lucrativos, com a finalidade de doação de recursos financeiros ou pelo menos financiamento não reembolsável aplicados no Brasil.

Considere que as informações aqui mencionadas devem ser evidenciadas nos Relatórios Financeiros (incluindo relatório de atividades) antes da concessão de recursos, portanto uma análise prévia da entidade que receberá os recursos.

Nessas condições, assinale os itens para responder as perguntas sobre a utilidade de informações a serem inseridas nos relatórios financeiros das entidades que receberão os recursos.

E-mail:

1. Você é profissional responsável por:
 - a. Participar de uma decisão e avaliar as entidades antes de conceder recursos.
 - b. Decidir sobre a concessão de recursos.
2. Antes de decidir se concederão recursos, qual instrumento você utiliza para avaliar uma entidade sem fins lucrativos?
 - a. Relatório Financeiro
 - b. Relatório de Atividades
 - c. Ambos
 - d. Outro(s): descrever
3. Com qual frequência o instrumento assinalado no item 2 é utilizado.
 - Nunca
 - Raramente
 - Às Vezes

Muitas Vezes

Sempre

4. Considere **Disponibilidade de Informações** como sendo a quantidade de informações disponíveis sobre a **Missão da Entidade** e a **Situação de seus Beneficiários**.

a. É útil obter informações sobre a Missão da Entidade e a Situação de seus Beneficiários de uma organização sem fins lucrativos ao decidir sobre a concessão de recursos?

	Missão da Entidade	Situação de seus Beneficiários
Muito pouco útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pouco útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muito Útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bastante útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

b. Com qual frequência as informações sobre a **Missão da Entidade** e a **Situação dos Beneficiários** das entidades são disponibilizadas nos relatórios analisados antes de conceder recursos?

	Missão da Entidade	Situação de seus Beneficiários
Nunca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Raramente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Às vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muitas vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sempre	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Considere **Eficiência** como sendo o grau com que a entidade direciona seus recursos para a missão da organização.

a. É útil obter informações sobre a Eficiência de uma organização sem fins lucrativos antes de decidir sobre a concessão de recursos?

Muito pouco útil

Pouco útil

Útil

Muito útil

Bastante útil

b. Com qual frequência as informações sobre a Eficiência das entidades são

disponibilizadas nos relatórios analisados antes de conceder recursos?

- Nunca
- Raramente
- Às Vezes
- Muitas Vezes
- Sempre

6. Considere **Estabilidade Financeira** como sendo a capacidade de uma organização em continuar operando no futuro.

a. É útil obter informações sobre a Estabilidade Financeira de uma organização sem fins lucrativos ao decidir sobre a concessão de recursos?

- Muito pouco útil
- Pouco útil
- Útil
- Muito útil
- Bastante útil

b. Com qual frequência as informações sobre a Estabilidade Financeira das entidades são disponibilizadas nos relatórios analisados antes de conceder recursos?

- Nunca
- Raramente
- Às Vezes
- Muitas Vezes
- Sempre

7. Considere **Reputação** como sendo a “boa imagem” devido à confiança das informações e qualidade dos serviços disponibilizados pela entidade.

a. Com qual frequência as informações sobre a Qualidade dos Serviços das entidades são disponibilizadas nos relatórios analisados antes de conceder recursos?

- Nunca
- Raramente
- Às Vezes
- Muitas Vezes
- Sempre

b. Com qual frequência as entidades apresentam Relatórios Financeiros já Auditados antes dos recursos serem concedidos?

- Nunca
- Raramente
- Às Vezes
- Muitas Vezes
- Sempre

c. É útil obter informações sobre a Reputação de uma organização sem fins lucrativos ao decidir sobre a concessão de recursos?

- Muito pouco útil
- Pouco útil
- Útil
- Muito útil
- Bastante útil

APÊNDICE II – Plano de Contas do Cadastro Nacional Eletrônico (CNE's)

PLANO DE CONTAS - BALANÇO PATRIMONIAL

Relatório	Origem da Fonte
Ativo Circulante	(-) Provisão para devedores duvidosos Adiantamento a empregados Contas Vinculadas Convênios, Acordo e Ajustes Despesas antecipadas Disponível Estoques Outras Contas do Ativo Circulante Outras contas e títulos a receber Valores a receber de terceiros
Ativo permanente	(-) Depreciação / amortização acumulada Diferido Imobilizado Investimentos Outros Ativos Permanentes
Ativo realizável a longo prazo	Valores a receber a longo prazo
Passivo Circulante	(-) Recursos de Leis de Incentivo Fiscal utilizados Adiantamento de Projetos Adiantamentos de Clientes Aluguéis a Pagar Convênios Públicos (Saldo) Empréstimos e financiamentos a pagar CP Fornecedores Obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL Obrigações Sociais Obrigações Trabalhistas Outros Passivos Circulantes Prestadores de Serviços Provisão para IRenda e CSLL Recursos de Leis de Incentivo Fiscal Sentenças judiciais a pagar - exceto trabalhista Sentenças judiciais trabalhistas a pagar Subvenções Públicas (Saldo)
Passivo exigível a longo prazo	Aluguéis antecipados Contas a pagar Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo Outros passivos exigíveis a longo prazo
Patrimônio social líquido	Doações patrimoniais Outras Contas do Patrimônio Social Patrimônio Social (Fundo Patrimonial) Reservas constituídas Superávits / Déficits acumulados Superávits / Déficits do exercício
Resultado de exercícios futuros	Resultados de exercícios futuros

PLANO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstrativo	Descrição
DESPESA - CUSTOS DE PROJETOS	Custos de Projetos
DESPESA - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E LEASING	Despesas com Amortização Despesas com Depreciação Despesas com Leasing
DESPESA - DESPESAS BENEFICENTES	Doação de Alimentos Doação de Medicamentos Doação de Roupas e Agasalhos Outras despesas beneficentes
DESPESA - DESPESAS COM BOLSAS DE ESTUDOS A TERCEIROS	Curso Superior Ensino Fundamental Estagiários Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados Outras Despesas com Bolsas de Estudo
DESPESA - DESPESAS COM PESSOAL	Despesas Diversas com Pessoal Encargos Sociais com dirigentes Encargos Sociais com Pessoal Outras despesas com Pessoal Outros Encargos Sociais Compulsórios Remuneração de Dirigentes Salários de Funcionários (c/ vínculo empregatício)
DESPESA - DESPESAS FINANCEIRAS	Descontos concedidos Despesas Bancárias Outras despesas financeiras
DESPESA - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	Águas, gás e energia elétrica Aluguéis pagos Despesas com atividades sociais e culturais Despesas com Informática Despesas com veículos Diárias e passagens Hospedagem Outras despesas administrativas Passagens aéreas/ rodoviárias Prêmios de seguros contratados Publicações Técnicas Serviços Técnicos e Especializados Telefone, Fax e outras despesas com comunicações

PLANO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstrativo	Descrição
DESPESA - DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS	Custo de ativo permanente baixado Custo de ativo permanente vendido Outras despesas não-operacionais
DESPESA - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (não lançados em receitas)	COFINS CPMF Impostos estaduais Impostos federais Impostos municipais IOF Outros tributos, taxas e contribuições
DESPESA - OUTRAS DESPESAS E CUSTOS	Outras despesas não classificadas anteriormente
DESPESA - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(-) Recuperação de despesas Outras despesas operacionais
DESPESA - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	Participações e Contribuições
DESPESA - PROVISÕES CONSTITUÍDAS	Outras provisões constituídas Provisão para IRenda e CSLL
DESPESA - SERVIÇOS CONTRATADOS	INSS sobre serviços prestados por terceiros Outras despesas com serviços contratados Recursos Humanos Externos - Pessoa Física Recursos Humanos Externos - Pessoa Jurídica
RECEITA - DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(-) Atendimento gratuito (-) Bolsas de estudo concedidas (-) COFINS sobre receitas (-) Descontos Comerciais Obtidos (-) ICMS sobre vendas (-) ISS sobre serviços (-) Outras deduções (-) PIS sobre receitas (-) Vendas Canceladas
RECEITA - Outras Receitas	Outras receitas não classificadas anteriormente
RECEITA - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Outras receitas operacionais
RECEITA - RECEITA OPERACIONAL	Contribuição de empresas mantenedoras Doações e contribuições para custeio Doações, Campanhas e patrocínios Inscrições de cursos e vestibulares Prestação de serviços (Exceto de Saúde / Educacional) Prestação de serviços de saúde não conveniados Receita de convênios de saúde privados Recursos - auxílios públicos Recursos - contribuições públicas Recursos - convênios públicos Recursos - subvenções públicas Recursos - Termo de Parceria Recursos Internacionais Serviços Educacionais SUS - Sistema Único de Saúde Taxa, mensalidades e contribuições

PLANO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA - OUTRAS RECEITAS	
OPERACIONAIS	Outras receitas operacionais
	Serviços Educacionais
	SUS - Sistema Único de Saúde
	Taxa, mensalidades e contribuições
Demonstrativo	Descrição
RECEITA - RECEITAS	
FINANCEIRAS PATRIMONIAIS	(-) Impostos sobre aplicações financeiras
	Descontos Obtidos
	Outras Receitas Financeiras
	Renda de aluguéis e arrendamentos
	Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro